

Universidade do Porto
Faculdade de Arquitetura

**A transformação da habitação rural no Vale do Sousa.
Um estudo no concelho de Penafiel.**

Ana Catarina Silva de Jesus

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Orientador
Prof. Dr. José Virgílio Borges Pereira

F.A.U.P.
2018

NOTA PRÉVIA:

Na presente dissertação, todas as citações foram mantidas na sua versão original para evitar qualquer engano.

As imagens apresentadas ao longo desta dissertação foram dimensionadas, tratadas ou cortadas pela autora.

Agradeço a todas as pessoas que, de diversas formas, me apoiaram e contribuíram para a realização desta dissertação.

Ao Professor Doutor José Virgílio Borges Pereira pela sua orientação, disponibilidade e partilha de conhecimentos durante a elaboração de toda esta dissertação.

Aos meus colegas de curso e amigos pelo seu apoio, partilha e auxílio durante este percurso.

Aos Penafidenses que amavelmente me acolheram e ajudaram na recolha de dados.

Ao Bruno pela compreensão e força transmitida.

À minha avó por acreditar em mim e me aconselhar a lutar pelos meus objetivos.

À F que esteve sempre ao meu lado em todos os momentos.

À minha família a quem devo muito.

Aos meus pais pelo apoio incondicional, por acreditarem sempre e me incentivarem a continuar, a fazer mais e melhor, e pela paciência que tiveram durante todo o meu percurso universitário, pois sem eles não teria sido possível.

A todos, o meu muito obrigada.

ÍNDICE

Resumo	7
Abstract	9

Introdução Geral

1. Tema	13
2. Método	15
2.1. Fontes bibliográficas, cartográficas e as visitas ao Vale do Sousa	15
2.2. Estrutura da dissertação	18

Parte I

Apropriação e transformação da habitação rural: teoria e método

1. Introdução	23
2. O espaço, a habitação e a condição socioeconómica das coletividades rurais	25
3. Apontamentos sobre a questão da habitação popular e rural em Portugal	31
4. Uma nova condição rural: processo de desruralização e urbanização dos campos	43
5. Síntese	51

Parte II

Contextualização das singularidades territoriais do Vale do Sousa

1. Introdução	55
2. Densidade populacional na AMP	57
3. O território	61
4. O Vale do Sousa e o enquadramento de Penafiel na região	65
4.1 O clima e os recursos naturais	68
4.2. Sociodemografia	70
4.3. A economia	74
4.4. Educação e Formação	78
4.5. Emigração e retorno - caracterização dos movimentos migratórios	80
4.6. Acessibilidade, transportes e mobilidade	84
5. Síntese	87

Parte III

A habitação rural: Tendências recentes e elementos fundamentais para a sua análise

1. Introdução	93
2. (Re) nascimento do rural	95
3. Casa Senhorial	97
3.1. Caraterização	97
3.2. Casa da Companhia, Paço de Sousa	100
3.3. Elementos arquitetónicos e construtivos fundamentais	108
3.4. A persistência da Casa Senhorial: Interpretação	118
4. Reabilitação de um aglomerado em contexto rural: Quintandona, uma aldeia da freguesia de Lagares	119
4.1. Recuperação dos espaços públicos	121
4.2. Recuperação das unidades de residência	123
4.3. Quinta Camponesa	127
4.3.1. Caraterização	127
4.3.2. A Quinta como espaço de habitação	129
4.3.3. A Quinta como espaço de trabalho	136
4.3.4. Reabilitação da Casa do Amásio (Quinta Camponesa), Quintandona	142
5. Síntese	151
Considerações Finais	153
Fontes e Bibliografia	159
Créditos de Imagem	167
Anexos	175
Fichas de identificação e caraterização de algumas habitações rurais em Penafiel (HRP)	

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo a realização de um estudo sobre a arquitetura da habitação rural no Vale do Sousa, com particular atenção ao caso do concelho de Penafiel, onde tal arquitetura é estudada como modo de habitar, construir e vivenciar o espaço. Procura-se entender, em particular, se é possível e viável salvaguardar o património arquitetónico e cultural, mantendo, pelo menos, parte da autenticidade física das habitações rurais que se configuraram neste contexto. As sociedades e o território estão a passar por grandes processos de reestruturação a nível global, que tornam impossível compreender o espaço geográfico e a arquitetura vernacular segundo parâmetros tradicionais. O Vale do Sousa é um território diversificado, onde as populações se disseminam entre planícies e vales acidentados; esta disseminação dos povoamentos verifica-se cada vez mais devido à intensificação dos processos de urbanização, à introdução da máquina no quotidiano das pessoas, às relações capitalistas nos campos e à integração de Portugal na União Europeia. Num tal quadro, torna-se complexo distinguir o que é ‘cidade’ ou é ‘campo’. À luz de uma abordagem dos processos elencados, a presente dissertação analisa os processos de recomposição da habitação rural e atenta nas modalidades de incorporação de novas estratégias de organização da estrutura da casa. A compreensão das alterações e da organização destes processos permite fazer uma caracterização mais fundamentada e estruturada sobre a realidade.

Palavras-Chave: Contexto Rural / Industrialização / Vale do Sousa / Habitação / Reestruturação / Paisagem

ABSTRACT

The present dissertation is aimed to carry out a study about the rural architecture in Vale do Sousa, with particular attention to the case of the municipality of Penafiel, as a way of residing, building and living the space. There is an attempt to understand whether it is possible and viable to safeguard the architectural and cultural heritage, keeping the physical authenticity of the rural habitations in this context. Societies and the territory are going through a great restructuring at a global level, which makes it impossible to understand the geographical space and vernacular architecture according to traditional parameters. Vale do Sousa is a diversified territory, where population spread between plains and irregular valleys; this dissemination of people is increasingly seen due to the intensification of the processes of demographic transformation and urbanization, to the introduction of the machine in people's daily life and capitalist relations in the fields and to the integration of Portugal in European Union. Consequently, it is impossible nowadays to distinguish what is 'town' or 'field'. After the approach of the listed processes, the present dissertation analyses the process of rural housing recovery and focuses on methods of incorporation of new organization strategies on the house structure. The changes and the organization of these processes provide a more reasoned and structured characterization about reality.

Key-words: Rural Context / Industrialization / Vale do Sousa / Habitation / Restructuring / Landscape

“(…) o espaço organizado não é apenas condicionado mas é também condicionante (…)

Uma casa, por exemplo, é condicionada na medida em que terá de satisfazer determinado programa, construir-se com determinada quantia, assentar em determinado terreno, enquadrar-se em determinado ambiente, utilizar determinados materiais e mão-de-obra, satisfazer aspectos físicos e espirituais dos seus utentes, etc.; mas, uma vez realizado, uma vez traduzida em forma organizadora de espaço, a mesma casa, que para existir teve de obedecer a um tão grande número de factores, passa a ser elemento condicionante, passa a constituir também circunstância e do modo como ela foi resolvida, como foram atendidos os problemas que levantou a sua concepção, da atitude tomada por quem a projectou, depende muita coisa desde a valorização ou desvalorização de um espaço até à felicidade ou infelicidade dos seus moradores.

Deste pequeno exemplo, que pode generalizar-se a tudo o que o homem realiza para organizar o seu espaço, resultam dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, a importância de que as formas se revestem na vida dos homens e em segundo lugar, e como consequência, a responsabilidade que assume cada homem ao organizar o espaço que o cerca.”

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto,

6ª edição, 2006, , pp. 23 - 24.

INTRODUÇÃO GERAL

1. TEMA

A paisagem do Vale do Sousa, que hoje se contempla, é peculiar e heterogénea, por isso este território não pode ser visto como um conjunto de sobrevivências passivas ou de inovações contemporâneas. É necessário compreender a organização do espaço, a forma como se articula com os recursos naturais e a lógica que está por trás dos assentamentos. O objeto de estudo desta dissertação são as habitações com génese em modos de vida rurais do Vale do Sousa e as transformações que nelas ocorreram após o período de industrialização¹. Esta questão da habitação em contextos, atualmente, desruralizados está longe de ser totalmente clarificada. Por isso, e com noção da complexidade da temática em estudo, pretende-se aqui construir uma ideia mais abrangente e rigorosa sobre o território do Noroeste português e a sua diferente morfologia.

A opção pelo estudo do concelho de Penafiel deve-se a razões de ordem profissional e ao facto de ter desenvolvido trabalho neste local, durante um período compreendido entre Abril de 2015 até Julho de 2016, que me deu a conhecer uma realidade diferente daquela que me era familiar, me fez interessar por compreender as transformações que estão a ocorrer e se desenvolvem de forma distinta pelas várias freguesias do concelho. O Vale do Sousa localiza-se a poucos quilómetros do Porto, acessível através da A4, e desenvolve-se ao longo do rio Sousa e dos seus afluentes. É formado pelos concelhos de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, e tem “cerca de 800 Km²”² no total. Estas terras, antes da colonização romana, foram muito povoadas e ponto de passagem dos povos suevos, celtas, visigodos e mouros, conheceram um grande desenvolvimento humano, social e económico, a partir da Idade Média e, principalmente, depois da Reconquista. Prova disso são os numerosos mosteiros e igrejas dos séculos XII e XIII, que hoje constituem a Rota do Românico³. Ao nível da paisagem, o relevo é sinuoso, “com vales encetados e profundos”⁴, uma caraterística importante para compreender a implantação dos aglomerados

¹ A industrialização é um processo que se intensificou a partir do final do século XIX, mas a abordagem deste estudo remete para as transformações que ocorreram entre o século XX e o século XXI.

² Associação de Municípios do Vale do Sousa, “*Bem-Vindo às Terras Verdes do Vale do Sousa*”, Lousada: Valsousa, p. 2.

³ O património construído no Vale do Sousa, nos séculos XII e XIII, tem valor significativo elevado e o conjunto dos edifícios românicos assume um papel importante na promoção do turismo cultural, contribui para a salvaguarda do património e para a diversificação das atividades económicas e de emprego na comunidade local.

⁴ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, MOREIRA DA ROCHA, Manuel Joaquim, SANTOS, Diana, BARROS, Márcia Santos, *Rota do Românico do Vale do Sousa*. 2.^a Edição, Lousada: Valsousa, p.62.

populacionais, das práticas agrícolas e dos traçados viários, que transformam a região num “mosaico de carácter policultural”⁵.

Atendendo à dimensão territorial em estudo, a determinado momento foi necessário criar limites, que restringissem mais a área de análise e, ao mesmo tempo, permitissem estudar mais pormenorizadamente as habitações, percebendo os modos de vida dos seus habitantes e as transformações que ocorreram ao longo dos últimos anos. Assim sendo, optou-se por explorar o caso do concelho de Penafiel, por uma questão de familiaridade com o território e, ao mesmo tempo, porque é um exemplo com situações bastante diferentes e peculiares: “O património arqueológico e arquitectónico do concelho de Penafiel demonstra de forma inequívoca como os séculos medievais foram marcantes na sua História e identidade. A esta situação não é alheio o facto de, por um lado, Penafiel ter sido um eixo de circulação e passagem obrigatória na ligação entre o litoral e o interior desta época remota, e por outro, ser um território de recursos naturais diversos propícios à exploração agrícola e geomorfologicamente apto à ocupação humana. Daí algumas das principais linhagens da época deterem neste território boa parte dos seus domínio fundiários e contribuírem de forma decisiva para a afirmação deste espaço no âmbito do Vale do Sousa”⁶.

Até ao início da industrialização, Penafiel era, de facto, maioritariamente, constituído por propriedades fundiárias, ou seja, grande parte das construções era propriedade das famílias com mais bens na região, que arrendavam as suas terras e casas a outras pessoas, os caseiros. O desenvolvimento da indústria e o aumento das migrações por causa do trabalho fez com que muitas das famílias, que tinham casa arrendada na região, partissem à procura de melhores condições de trabalho e de melhores remunerações; por consequência, muitos optaram por diminuir a distância entre o lugar onde habitavam e o sítio onde trabalhavam, e deixaram ao abandono as casas e os campos que exploravam. Tendo por base as alterações que ocorreram nos últimos 50 anos, pretende-se documentar as mudanças que influenciaram nos modos de vida das pessoas e as consequências que essas mudanças têm na organização da estrutura do espaço familiar e do próprio lugar que habitam. Na arquitetura, a questão da habitação pode ser tomada como um programa heurístico para responder e revelar as estruturas das sociedades.

⁵ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, MOREIRA DA ROCHA, Manuel Joaquim, SANTOS, Diana, BARROS, Márcia Santos, op. cit., p.62.

⁶ SANTOS, Maria José Ferreira dos, *A Terra de Penafiel na Idade Média – Estratégias de ocupação do território (875-1308)*, Penafiel: Cadernos do Museu Municipal, 2005, p. 8.

2. MÉTODO

O estudo desta dissertação inicia-se a partir da aproximação à escala real do território, de modo a compreender a relação que as pessoas têm com ele e o modo como se foram apropriando de cada lugar ao longo do tempo. O padrão disperso de povoamento na envolvente regional da área metropolitana do Porto continua a conjugar, na paisagem, espaços residenciais e unidades industriais, por um lado, e por outro lado, antigos espaços de atividade agrícola e de reserva natural. A partir desta nova tendência, pretende-se compreender a realidade que medeia entre a ruralidade e o processo de urbanização dos campos, ensaiando, ao mesmo tempo, uma leitura sobre os processos de industrialização e da sua conjugação com a urbanização. Retêm-se, para este efeito, estudos de história e de sócio-antropologia produzidos sobre Portugal, de modo a identificar os padrões dominantes da urbanização, avançando com hipóteses explicativas dos processos que lhes deram origem na região do Vale do Sousa e, em particular, no concelho de Penafiel.

Com várias visitas aos espaços de habitar de algumas famílias que residem nestes contextos ruralizados e, entretanto, desruralizados, é possível compreender as relações que as pessoas têm com o lugar que habitam, a relação com a paisagem e as características morfológicas que a região do Vale do Sousa partilha entre si.

Com a crise que atingiu o mundo rural, devido à incorporação de novas tecnologias e técnicas de produção mais produtivas, e com menos mão de obra necessária, muitas famílias viram-se obrigadas a deixar os seus bens e a partir para outros locais à procura de melhores condições de vida e de sustento noutras atividades. À medida que se consolida esta transformação no espaço rural português é preciso entender o rumo que é dado à casa e à terra da família.

2.1. FONTES BIBLIOGRÁFICAS, CARTOGRÁFICAS, FOTOGRÁFICAS E AS VISITAS AO VALE DO SOUSA

Para além do estudo e da bibliografia consultada sobre esta temática, a estratégia metodológica principal desenvolvida neste estudo passou pela dinamização de um programa de visitas aos locais, pelo desenvolvimento de uma estratégia de pesquisa de terreno, por conversas com os proprietários, pela observação das características arquitetónicas e da relação que os moradores têm com as casas. O registo fotográfico

realizado nas visitas às habitações também constituiu uma importante base de trabalho e fundamento desta dissertação.

A conversa com os proprietários permitiu fazer importantes recolhas de dados relativamente à relação do habitante com o espaço que o rodeia, pois estes influenciam-se mutuamente. No livro ‘Da Organização do Espaço’, do arquiteto Fernando Távora, este refere que o homem é o agente principal para os fenómenos da organização do espaço e do meio que o envolve, por conseguinte é necessário conhecer os fatores intervenientes e as características espaciais para saber como agir sobre a paisagem, sem que seja posta em causa a sua organização e identidade: o homem influencia o espaço e é o responsável pelas transformações que nele ocorrem. De acordo com Fernando Távora, da continuidade e da irreversibilidade do espaço: “(...) resulta ainda que a organização do espaço como actividade pertence a todos os homens e não apenas a alguns, o mesmo é que dizer que a organização do espaço é obra de participação de todos os homens, em graus diferentes de intensidade e até de responsabilidade, mas, de qualquer modo, obra de que nenhum homem pode eximir-se”⁷. Segundo o mesmo autor, “(...) contra o que o homem por vezes pensa, as formas que ele cria, os espaços que ele organiza não são criados ou organizados em regime de liberdade total, mas antes profundamente condicionados por uma soma infinita de factores, de alguns dos quais o homem tem plena consciência e agindo outros inconscientemente sobre ele”⁸. Em termos urbanísticos e arquitetónicos, existem vários fatores que influenciam as decisões do homem, sendo que as formas variam de lugar para lugar porque “variam a luz, as formas naturais dos terrenos e a sua constituição, variam os climas, variam os conceitos de vida física e espiritual, variam as técnicas, variam os usos e costumes... varia, numa palavra, a circunstância de cada um desses mundos diferentes de formas que o homem criou”⁹.

O recurso à fotografia nem sempre foi um método consensual, como diz Douglas Harper no seu artigo ‘Framing photographic ethnography’. A fotografia nem sempre foi reconhecida como um meio para realizar estudos etnográficos e sociológicos. No entanto, é possível “reconhecer que a informação visual é selecionada e construída de

⁷ TÁVORA, Fernando, op. cit., p. 19.

⁸ *Ibid.*, p. 21.

⁹ *Ibid.*, p. 23.

forma diferente mas em nada diminui o seu valor”¹⁰, tal como referem “alguns sociólogos da ‘Escola de Chicago’ da sociologia americana que também começaram a usar fotografias nas suas pesquisas de campo (...) As fotografias são úteis porque se focam nos intervenientes e nos seus ambientes”¹¹. Claramente, “é possível usar fotografias para produzir argumentos etnográficos”¹², pois complementam a informação recolhida junto da população e as fontes bibliográficas.

Durante as visitas aos locais de estudo, procurou-se perceber a época de construção das habitações, o enquadramento em que foram feitas e o mote que levou à sua construção, a utilização original, a tipologia e a organização dos espaços internos e externos; algumas das propriedades que foram analisadas têm um interesse particular, porque são o núcleo de uma extensão que diverge para outras quintas mais pequenas, até mesmo em freguesias vizinhas, ou noutros concelhos, no entanto a certa altura perdeu-se essa relação – houve uma autonomia das propriedades e das pessoas que tomavam conta delas.

O contacto com instituições e órgãos autárquicos permitiu perceber que até 1970/1980 as habitações não necessitavam de processos de licenciamento para serem construídas ou reabilitadas, por isso, muitas das casas que entretanto não tiveram alterações na sua estrutura ou nas suas proporções não têm registos, nem informações disponibilizadas na Câmara Municipal de Penafiel ou no Arquivo Municipal da cidade, ou seja, não existem documentos oficiais associados à construção e legitimação dessas habitações. As visitas ao Arquivo Municipal de Penafiel foram essenciais para compreender aspetos sociais e económicos que estão associados às casas visitadas, e foi através desta instituição que se conseguiu o acesso a algumas habitações, que de outro modo seria mais difícil.

¹⁰ HARPER, Douglas, *Framing photographic ethnography: a case study*, Ethnography, 2003, vol.4(2), p. 241. Tradução da autora.

¹¹ *Ibid.*, p. 242. Tradução da autora.

¹² *Ibid.*, p. 263. Tradução da autora.

A partir da capacidade de resposta dos intervenientes necessários para a recolha de informação, de alguma persistência, da coerência das histórias que se foram ouvindo, fez-se um retrato da evolução dos tempos e de algumas casas, de modo a compreender as características da arquitetura vernacular¹³ da casa no Vale do Sousa.

Assim, a metodologia adoptada permitiu complementar e enriquecer um conhecimento de natureza mais teórico, com um conhecimento mais prático e operacional; em anexo, nesta dissertação, estão patentes fichas técnicas de várias habitações que ajudam a compreender e a sintetizar as tipologias habitacionais que se podem encontrar no concelho de Penafiel, no entanto apenas os dados comprovados foram registados.

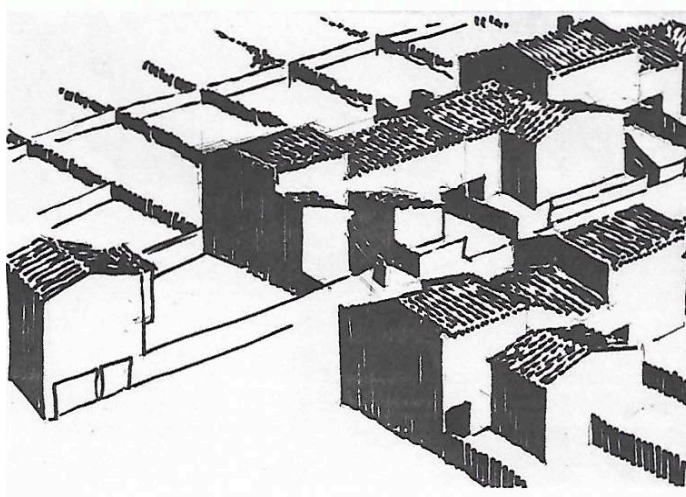
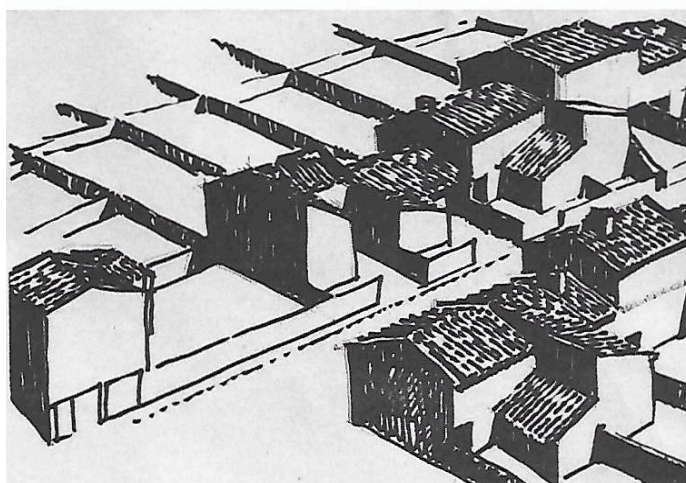
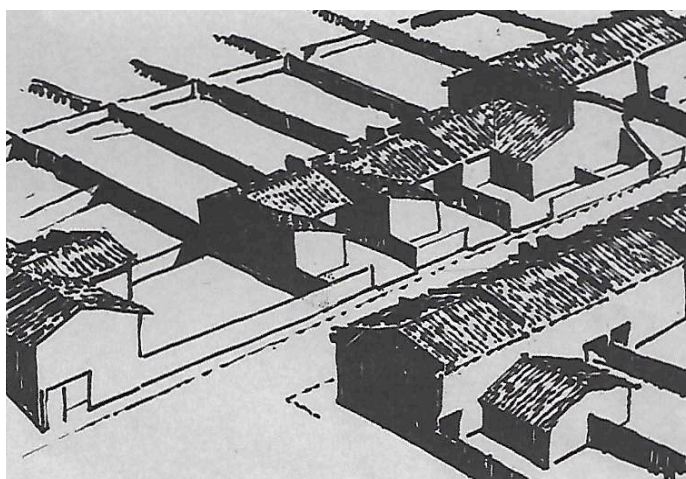
2.2. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O exercício que aqui se propõe fazer é observar o território e o edificado presente na região, ter um contacto direto com os proprietários das casas e residentes nas várias freguesias que compõe o Vale do Sousa e ficar a conhecer vivências nas aldeias rurais do concelho de Penafiel. Ao longo dos caminhos percorridos observam-se padieiras, colocadas na entrada das casas ou nos cruzeiros, com datas que remontam para o século XVIII, ou anteriores. No entanto, o tempo histórico de referência que aqui importa focar é o século XX em mudança para o século XXI. Com este estudo, não se pretende fazer uma avaliação dos projetos apresentados, nem mesmo um retrato económico e social do seu estado atual. Contudo, estes aspetos não são ignorados nos seus pressupostos e nas tentativas de compreensão das transformações arquitetónicas ocorridas nas casas e quintas rurais. Assim sendo, este trabalho encontra-se organizado em três partes: na primeira parte pretende-se fazer uma breve introdução ao tema da habitação rural, focando-se também nas transformações que ocorreram a partir do século XIX e que têm uma influência direta nas mudanças ocorridas na região, nas transformações urbanas e industriais que as aldeias rurais sofreram; na segunda parte é feita uma apresentação da região e abordam-se algumas questões sobre o território e o Vale do Sousa, sobre o clima e os recursos naturais existentes, e encaminha-se a leitura para uma análise sociodemográfica, dos transportes e acessibilidades tomando como referência, sobretudo, o concelho de Penafiel; por último, na terceira parte, far-se-á

¹³ Por património vernacular pode-se entender como a expressão essencial da cultura de uma determinada comunidade ou aldeia, é a sua relação com o território e a paisagem, mas ao mesmo tempo já reflete a interação da diversidade cultural entre todo o mundo.

uma interpretação do estudo realizado no meio rural de Penafiel. Com um olhar atento à aldeia de Quintandona e às reestruturações coletivas que nela ocorrem, tenta mostrar-se a possibilidade de recuperar um aglomerado rural dando resposta a novos programas incorporados nos espaços pré-existentes e adaptados às necessidades das novas gerações. Além disto pretende-se estudar a possibilidade de haver um padrão na construção e distribuição dos espaços nas habitações rurais de Penafiel. Fundamentalmente, nesta parte do trabalho serão abordados dois tipos de intervenções distintos em espaço rural, um colectivo e outros individuais que ocorrem com maior frequência na região.

PARTE I
APROPRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA HABITAÇÃO RURAL:
TEORIA E MÉTODO



1.

1. “Habitação Evolutiva”, Nuno Portas.

MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João, *NUNO PORTAS, PRÉMIO SIR PATRICK ABERCROMBIE UIA 2005*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2005, 2ª edição, p. 4.

1. INTRODUÇÃO

A habitação rural é o tema fulcral deste trabalho, por isso importa começar por compreender a sua origem e evolução. Desde sempre, o homem transformou a paisagem em seu proveito e criou rituais, que originaram novos assentamentos e culturas; assim, importa esclarecer que as morfologias e os princípios construtivos das habitações vernaculares são diferentes e estão de acordo com o lugar onde se inserem.

De seguida, faz-se uma reflexão em torno da origem e o conceito de arquitetura popular de matriz rural, fazendo-se referência a autores como Álvaro Domingues, João Leal ou Leonardo Benevolo, entre outros.

Segue-se uma análise à dicotomia entre as tipologias rural – urbano, dando conta de que Portugal foi um país rural, que evoluiu com o processo de industrialização e de urbanização.

No contexto do Vale do Sousa, a natureza é a característica mais marcante das construções populares que acontecem em zonas que outrora eram rurais, no entanto importa referir que as construções vernaculares e populares não se relacionam exclusivamente com o campo, tratam-se de construções realizadas pelo homem e resultam da adaptação ao meio ambiente, à história e cultura de um povo de determinado lugar; estas construções são realizadas para dar uma resposta funcional às necessidades para as quais foram edificadas.



2.

2. Palheiro em Marvão, relacionado com as construções primitivas

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p.126.

2. O ESPAÇO, A HABITAÇÃO E A CONDIÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS COLETIVIDADES RURAIS

O conceito de rural¹⁴ é frequentemente associado à vida agrícola ou pertencente ao campo e a tudo o que não é citadino. Para melhor se dissertar sobre o tema da habitação popular e rural é necessário perceber, numa primeira fase, a origem do tema enquanto conceito que agrega um conjunto de modos de edificar com fundamentos caraterísticos de uma coletividade ou lugar, aglomerados disseminados pelo território e pouco densos, que refletem uma relação de dependência entre o homem, o lugar e a obra.

O espaço rural pode ser entendido como uma herança deixada pelas gerações passadas, ao nível da cultura, dos costumes e das histórias que ainda são contadas por quem as vivenciou. Rural é um conceito demasiado geral; no entanto, sempre esteve relacionado com tudo o que vem e advém do campo; o conceito de campo está dicotomicamente ligado ao conceito de cidade, conceito historicamente relacionado com a condição de urbano, portanto ao longo deste trabalho será impossível dissociar estes ideais (rural / urbano e campo / cidade). Hoje em dia, não faz sentido falar de espaço rural sem discutir os processos da sua transformação, que implicam a produção de espaços desruralizados e de espaços rurais urbanizados, entre outros aspetos. Tal não deve impedir, contudo, que se recorde as características e a história herdada de um Portugal fundamentalmente rural.

O primeiro contacto entre o homem e a arquitetura deriva da necessidade de ele se proteger das adversidades do meio ambiente e resulta em forma de abrigo. Já desde o período paleolítico que se verifica a relação entre homem e os primeiros indícios de arquitetura, mas é a partir do Neolítico que “o homem adapta o ambiente à sua vida (...) começando a transformar a Terra”¹⁵; o homem passa a predominar a terra e as outras espécies, transformando a paisagem em seu proveito e selecionando as espécies mais adequadas ao cultivo e criação, fixando-se num lugar. A palha e a madeira são substituídas por materiais mais duradouros e resistentes, como é o caso da pedra e da argila (fig. 2).

O homem, ao longo do tempo, vai adquirindo profundos conhecimentos sobre o

¹⁴ Do latim “rurale”, significa “relativo, próprio ou pertencente ao campo ou à vida agrícola; rústico; campesino; diz-se da freguesia situada fora da vila ou da cidade”.

COSTA, J. Almeida, MELO, A. Sampaio, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora, 1999, 8.ª Edição, p. 1454.

¹⁵ BENEVOLO, Leonardo, ALBRECHT, Benno, *As origens da arquitetura*, Lisboa: Edições 70, LDA., 2002, p. 38.

território, as suas condicionantes, e esse entendimento traduz-se nas habitações populares, onde está patente uma clara relação entre o construído e o meio onde se insere. O próprio habitante é o autor destas habitações, que são criadas com funcionalidades práticas bem definidas (agro-pastoris e artesanais) e estéticas, enquadradas na sociedade e no lugar; as arquiteturas populares e vernaculares, abrigos para o homem, são muitas vezes pensadas como abrigo também para os animais. É desta forma que surge então a expressão “arquitetura sem arquitetos”¹⁶. No livro ‘Vida no Campo’, de Álvaro Domingues, o autor faz uma descrição do seu entendimento sobre o que é vernacular:

“(...) adequado ao local e ao contexto; usado pelos habitantes anónimos; sem conhecimentos técnicos específicos; sem formação profissional especializada; artesanal; empírico; intuitivo; tradicional; típico; familiar; costumeiro; usando materiais naturais; adaptado ao meio geográfico e/ou especificidades étnicas; estável ou com evolução muito lenta; a-histórico; vulgar; ordinário; comum; popular; corrente; não erudito; profano (...); não monumental (a arquitectura vernacular relaciona-se mais com edifícios e usos domésticos e vulgares); arquitectura indígena; anónima; sem arquitectos; sem autor; sem pedigree; primitivo; do passado longínquo; rural; não ocidental; pronto-industrial; imune a ciclos, modas e períodos históricos; quase imutável; subtendendo-se um laço de pertença cultural e físico a um contexto, vernacular denomina o que não é universal como a ciência; não sendo da cultura erudita, o vernacular não se enquadra nos seus cânones ou estilos; diferente dos parâmetros universalizantes do moderno (puro, racional, funcional, universal, sem ornamentação); não industrializado; etc.”¹⁷, resumindo “a pertença a um determinado lugar parece ser a única definição consensual de vernacular. Tudo o resto é variável consoante o autor, a época, o contexto, ou o campo científico e cultural a que pertence uma determinada produção científica ou artística”¹⁸.

As lembranças dos modos de vida rurais continuam bastante presentes na memória de quem as vivenciou ou pela arquitetura que permanece intacta e salvaguardada de intervenções condicionantes: o atraso das tecnologias e dos meios de produção, a

¹⁶ “Architecture without Architects” – catálogo de uma exposição que exhibe fotografias recolhidas de um vasto conjunto de construções vernáculas, em sequência da investigação dirigida pelo arquiteto Bernard Rudofsky. A primeira exposição aconteceu no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA) em Novembro de 1964.

¹⁷ DOMINGUES, Álvaro, *Vida no Campo*, Porto: Dafine Editora, 2011, p. 197.

¹⁸ *Ibid.*, p. 235.

agricultura de subsistência, uma vida precária e dura resultante do árduo trabalho de campo, faziam parte do dia-a-dia da população portuguesa. Esta realidade rural ainda está muito próxima dos nossos dias, ainda que agora seja difícil, possivelmente mesmo impossível, encontrar quem viva como se viveu até meados do século XIX.

Álvaro Domingues, no mesmo livro, faz referência ao modo de vida que o povo levava no ‘mundo rural’:

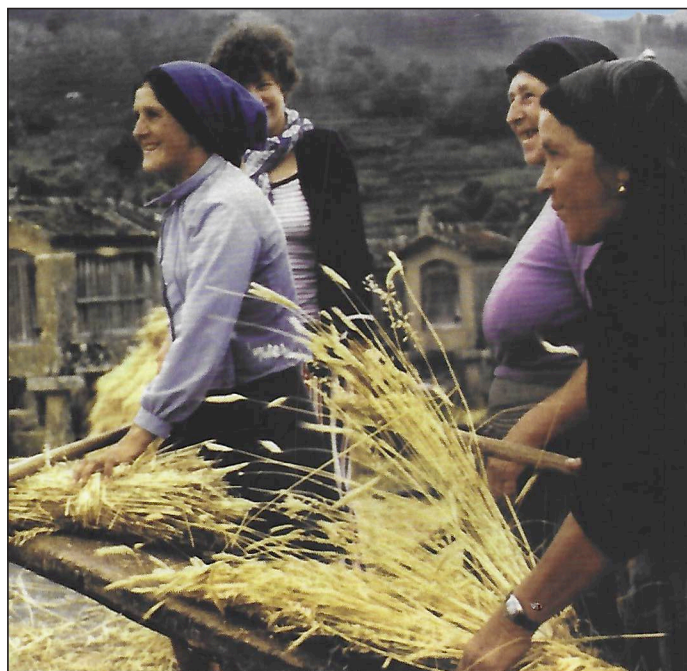
“O bom povo era pobre, às vezes mesmo miserável, e emigrava em massa para o Brasil, para as outras Américas, para a Europa ou para o outro mundo.

Como convinha à elite que sobre ele pensava, era um povo submisso, camponês de gema, resignado, ocupado nos trabalhos e nos dias, temente aos deuses e à Natureza que com eles se confundia, ensimesmado nas suas coisas de conservar o legado da tradição, de guardar os bens preciosos do chão, o espírito da pátria e dos egrégios avós; conservava, simultaneamente, brutesas e imaginários sublimes. No tempo da ditadura salazarista, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) reciclou uma imagem da felicidade dos rurais e da vida no campo, inventou uma cultura popular para fundamentar uma identidade e uma suposta genealogia de autenticidade lusitana”¹⁹.

¹⁹ DOMINGUES, Álvaro, op. cit., pp. 18-19.



3.



4.

3. “Povo Que Canta”

Série da autoria do etnomusicólogo Michel Giacometti, exibida entre 1971 e 1974, na RTP. Uma viagem pelo Portugal profundo, em busca das imagens, das vozes com que se produziu uma das mais importantes recolhas antológicas de sempre da música regional portuguesa e um retrato da vida em meio rural. <http://www.rtp.pt/programa/tv/p33734>. (Consultado em Junho de 2018)

4. Fotografia de uma coletividade rural

SILVA, Manuel Carlos, *Sócio-antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*, Porto: Edições Afrontamento, 2012, capa.

A sociedade rural não era assim tão homogénea como se chegou a pensar, o cenário de grande desigualdade social só era visto e percebido de perto, em cada local. A partir da capital e dos próprios governantes transmitia-se uma ideia de que toda a gente vivia nas mesmas condições. Também é verdade que em cada residência, e em cada aldeia, se produziam códigos de leitura do mundo que eram difíceis de perceber por quem vinha de fora, ao nível da linguagem, do vocabulário, das tradições culturais e dos rituais (figs. 3 e 4).

Até meados do século XIX, a sociedade rural era composta por vários grupos sociais com modos de vida distintos e reveladores de uma grande desigualdade social. Os grandes proprietários das terras eram a burguesia, a nobreza e o clero; os camponeses, classe social pobre, desfavorecida e sem meios de subsistência, trabalhavam as terras e dedicavam os seus dias à agricultura e à criação de gado.

A agricultura, em Portugal, só muito tarde é que começou a ter algumas melhorias e um progresso face ao que estava a acontecer no resto da Europa. Introduziram-se novas espécies alimentares, como é o caso do milho e da batata, e novas técnicas: tais como a rega e o uso de fertilizantes, que obrigaram “à estabulação do gado e ao corte de matos para fabricar estrume”²⁰, e rituais de cultivos de cada espécie em determinada altura do ano. Estas alterações “produziram uma nova fisionomia de paisagem, multiplicaram o socalco até quase o impossível e permitiram um povoamento denso e disperso, centrado na exploração familiar camponesa”²¹. A sociedade camponesa era amplamente marcada pela relação de dependência com a natureza, organizava as suas casas e os seus modos de vida de acordo com o ambiente e o tempo, no entanto esta conjugação, por vezes, originava mais constrangimentos na vida dos camponeses do que oportunidades. O ‘mundo camponês’ sempre foi completamente dependente da natureza e dos seus ciclos, a casa e o grupo doméstico eram compostos pela articulação da unidade de residência, de consumo e produção, que era autossustentável, autónomo, e dependente apenas de quem habitava na própria casa.

Na sua maioria, os camponeses não eram os proprietários das terras, eles arrendavam as quintas e os campos aos grandes proprietários em troca de uma renda anual, normalmente paga com géneros alimentares - as rendas, acordadas entre o senhorio e o caseiro, eram variáveis e podiam ser de terço, a meias, ou de certa medida por ano;

²⁰ DOMINGUES, Álvaro, TRAVASSO, Nuno, *Território – Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas do Território*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015, p. 54.

²¹ Ibid., p.54.

caso o caseiro tivesse que pagar este último acordo ao patrão, em anos de seca ou de menor produção, tinha de se endividar ou até passar forme para pagar o acordado.

A quantidade de terra que se detinha e o nome da casa eram questões essenciais e reveladoras da condição económico-social das famílias.

Os caseiros eram famílias numerosas e viviam nas ‘quintas camponesas’ arrendadas pelos proprietários das ‘casas senhoriais’, estas quintas tinham as paredes, portas, janelas e os próprios soalhos esburacados, ou seja eram espaços com pouquíssimas condições. Geralmente, para amenizar o frio, no inverno, valia o calor produzido pelas brasas nas grandes lareiras e os animais que viviam, nas cortes, por baixo do soalho esburacado. O analfabetismo entre os caseiros era frequente e a naturalização de diferenças sociais regular, o que envolvia relações sociais muito desequilibradas, informadas, não raramente, por práticas de dominação marcadas pelo menosprezo de senhorios relativamente a caseiros; por exemplo, era também rara a convivência sistemática de crianças de diferentes grupos sociais.

O regime ditatorial que governou em Portugal, até 1974, obrigava a que as escolas possuissem uma sala de aula para cada género (feminino e masculino), embora houvesse um único recreio onde os responsáveis estabeleciam uma linha imaginária que nem as meninas nem os rapazes podiam ultrapassar. O ensino obrigatório até essa altura era a 3ª classe e poucos podiam fazer mais um ano de estudo, porque “(...) a maior parte dos pais não ganhava dinheiro para dar calçado e agasalho suficiente aos filhos, que andavam descalços na geada e com o calor, não possuíam guarda chuva e deslocavam-se de lugares bem distantes para a escola sem qualquer meio de transporte e sem abrigo, chegando molhados e secando a roupa no corpo! Boa parte das famílias eram analfabetas e as crianças não tinham quem lhes tirasse qualquer dúvida em casa!”²². Só após o 25 de Abril de 1974, o ensino tornou-se obrigatório e acessível a todos, a idade mínima de escolarização foi progressivamente aumentando, os pais começaram a reconhecer os benefícios que a formação podia trazer aos filhos, mas outros, menos sensíveis e conscientes, continuavam a obrigar os seus filhos a conjugar trabalhos árduos nos campos com os estudos.

²² SOARES, João, *Evolução Sociológica na Freguesia de Boelhe Desde a Década de 1940*, e-mail enviado pelo “Bonellense João Soares” a 27 de Março de 2018.

3. APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR E RURAL EM PORTUGAL

Portugal Continental situa-se na zona ocidental da Península Ibérica, sendo delimitado a norte e a leste por Espanha, a sul e a oeste pelo Oceano Atlântico, a sua forma assemelha-se a um quadrilátero, cortado por diversos recursos de água e alguns acidentes naturais: a linha de água do Rio Tejo divide o país em duas zonas sensivelmente iguais e separa uma região de planícies interiores, a sul, de outra região, a norte, com um relevo mais acidentado e montanhoso. No norte do país, “a região leste, montanhosa e planáltica, cortada (por) vales profundos e rios mais encaixados; e a região a oeste, litorânea e de relevos pequenos e muito irrequietos, aberta sobre o oceano, pelos vales amplos dos seus rios, muito numerosos, que correm no sentido nordeste–sudoeste”²³. O Algarve é, na verdade, “anfiteatro aberto às influências africanas”²⁴.

Portugal “situa-se, assim, no ponto de cruzamento de dois mares: o Atlântico, que domina a Noroeste, com a sua função regularizadora, conferindo a essa região, pela sua proximidade e pela ação dos ventos oceânicos que a varrem, um clima temperado, com fracas oscilações de temperatura, Verões frescos, céus frequentemente nublados, chuvas abundantes, a atmosfera carregada de humidade; e o Mediterrâneo, dominando o Sul, e conferindo-lhe o seu clima caraterístico, com influências norte-africanas, de temperaturas sempre elevadas, Invernos temperados e Verões muito quentes e secos, grande luminosidade, céus límpidos, chuvas escassas e estiagem severíssima no Verão. Por outro lado, o relevo do solo, isolando o Nordeste das influências atlânticas, relaciona essa região com o clima continental da Meseta (Ibérica), com oscilações extremas de temperatura, Invernos rigorosos e prolongados, neves e ventos glaciais, e verões secos e ardentes”²⁵.

O fenómeno da diversidade humana presente no país, nomeadamente, europeus do Norte e norte-africanos no Noroeste, uma herança deixada desde o século VI d.C. com a presença do povo Suevo, e do Mediterrâneo e norte-africanos no Sul, Alentejo e Algarve, onde mais se faz sentir a presença de povos árabes. Este fenómeno também colaborou para a diversidade cultural – da economia, psicologia, fonética, dos costumes e caraterísticas sociais, bem como para a introdução de novos artefactos e instrumentos

²³ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003, 5ª edição, p.16.

²⁴ Ibid., p.16.

²⁵ Ibid., p.16.

de trabalho. A divisão do país, em termos territoriais, resulta da ação conjunta de factores naturais e humanos, económico-sociais, e históricos; esta divisão é também visível na construção da habitação, popular ou tradicional, que apresenta uma grande diversidade de características arquitetónicas e estruturais, relacionadas com os materiais e princípios construtivos, e resultam em “inúmeras versões e variantes regionais, os géneros básicos conhecidos da casa popular: casas térreas e casas de andar, ou casas-torres; casas-blocos e casas de pátio, aberto ou fechado; casas de pedra, granito, xisto ou calcário, conforme a natureza dos solos e o costume local, e casas de materiais leves, de taipa, adobe ou tijolo – e hoje de cimento e de <<blocos>> -, e de madeira; coberturas de palha, de materiais vegetais em geral, de telha, artesanal ou de fábrica, de lajes de pedra, e de uma, duas, três ou quatro águas; casas isoladas, no meio das terras ou bordando os caminhos, nas áreas de povoamento disperso ou com tendência para a disseminação, e casas alinhadas e arruadas umas a seguir às outras nas áreas de povoamento concentrado ou nos aglomerados urbanos; etc.”²⁶.

Em Portugal, a partir das décadas de 1870 e 1880, foi necessário começar a contextualizar o termo “popular”, acelerado pela necessidade de encontrar uma identidade nacional em torno da antropologia portuguesa e do estudo da cultura popular baseada no rural. É de reter que o conceito de arquitetura popular deriva da obra que é produzida pelo povo e da sabedoria popular, por isso dentro deste ponto analisa-se a morfologia e enquadramento territorial, bem como as materialidades e princípios construtivos, pois são eles os principais fatores a ter em atenção quando se trata de construir de acordo com o lugar onde a obra é inserida. No livro “Etnografias Portuguesas”, de João Leal, é possível distinguir em quatro períodos a história da antropologia portuguesa, anos de 1870 e 1880, a passagem do século XIX para o XX, anos de 1910 e 1920 e, finalmente, anos 1930 a 1970.²⁷ Ao longo do século XIX, Portugal é apresentado como um país menos desenvolvido relativamente aos restantes países da Europa Central, a realidade do país era ignorada e havia falta de investimento; a viragem do século permitiu alargar os campos de estudo, para lá da identidade do mundo rural, incluindo as tecnologias, a cultura e os modos de vida socioeconómicos; no entanto, decorrentes dos estudos realizados, começam a ocorrer várias reações negativas em Lisboa e no Porto por causa

²⁶ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, op. cit., pp. 17-18.

²⁷ LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870 – 1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, 1ª Edição.

da decadência do país.

No início dos anos 20 século XX, com o surgimento de novas materialidades, por exemplo o cimento, foi possível modernizar as técnicas construtivas e implementar novos métodos, originando novas correntes arquitetónicas como o modernismo e a art deco. Mas, mesmo assim, a questão da habitação popular continuou a suscitar interesse aos arquitetos que, por esta altura, se depararam com uma nova problemática, a “polémica e as propostas sobre a ‘casa portuguesa’”²⁸.

²⁸ COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007, 2ª edição, p. 57.

raras vezes se verificam. Só mencionou excepcionais ocasiões em que a sala poderia servir: casamento, baptizado e visita Pascal da Cruz.

2) *Arrumação* — Com 5,85 metros quadrados de área ou seja 3,90 m. \times 1,50 m.. Estava ocupada de ferramenta vária e poderia vir a

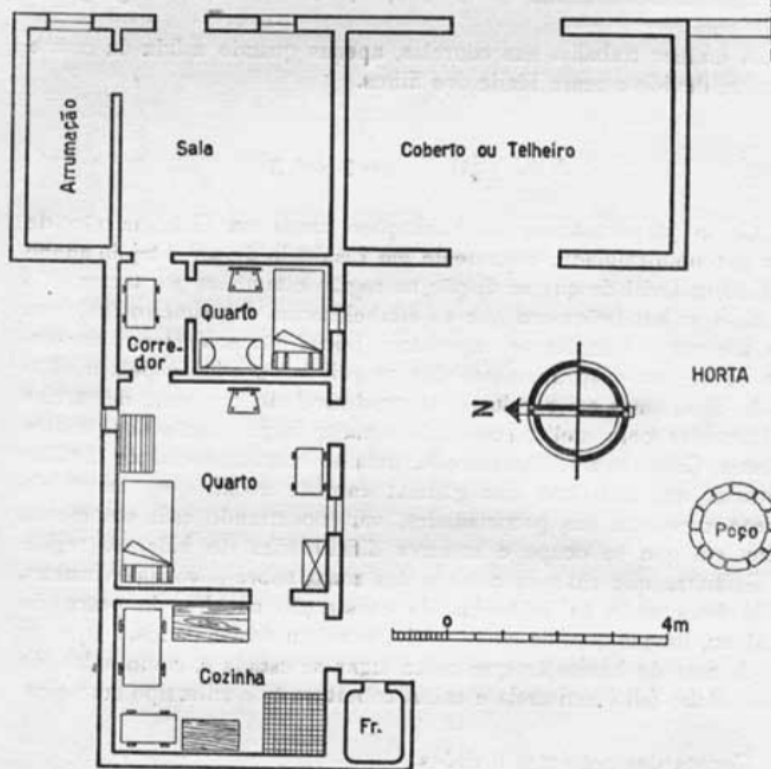


Fig. 8

servir um dia, segundo disse o inquirido, para quarto de um dos filhos. Tem uma janela de guilhotina igual à anteriormente descrita.

3) *Quarto* — Compartimento interior, apenas com um postigo de 0,48 m. \times 0,34 m.. Tem de comprimento 2,35 m. e de largura 1,95 m. ou seja 4,58 metros quadrados. Está forrado e caiado. Duas portas, uma para o corredor e outra permanentemente fechada e que dá para a sala.

5.

5. Página do Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João, *Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português*, p. 32. <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. (Consultado em Fevereiro de 2018).



6.

6. Página do “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal”.

LEAL, João, *Conferência Arquitecto Marques da Silva*. 2008. *Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português*, p. 46. <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. (Consultado em Fevereiro de 2018).

Quando o tema é arquitetura popular no século XX em Portugal é necessário falar do arquiteto Raul Lino e do Inquérito à Habitação Rural²⁹ (fig. 5), por um lado, e do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal³⁰ (fig. 6), promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos, por outro lado. Estes constituem de facto dois dos momentos mais conhecidos e mais marcantes na reflexão e pesquisa sobre arquitetura popular em Portugal no século XX.

Durante os primeiros anos, o Estado Novo tornou-se um aliado do modernismo português, mas no final dos anos 30 o cenário alterou-se; o Estado Novo adoptou uma postura fascista, estabelecendo exemplos arquitetónicos que estavam de acordo com a arquitetura tradicional portuguesa, uma clara oposição ao modernismo, e surgem então novas obras públicas, como habitação social, pousadas, escolas, entre outras.

A partir da seguinte frase do arquiteto Raul Lino é possível entender a ideia conservadora proposta por ele e pelos outros defensores da ‘Casa Portuguesa’:

*“Essas simpáticas casinhas à beira da estrada, ou entre os campos, melhor nos revelam o seu português sentido. Que alegres no seu variado matiz; que acomodadas nas proporções; que graça, que modéstia e contentamento não respiram! Nada têm de forçado ou de menos seguro efeito; tudo parece nascido do próprio lugar com naturalidade. Parece que estas casas eram dotadas de uma espécie de bom senso que as impedia de tomar atitudes agressivas, na forma ou na cor; que incomodam o viandante, que nenhuma obrigação tem de aturar extravagâncias e imbecilidades”*³¹.

Nesta frase está patente o espírito nacionalista que era defendido pelo Estado Novo e pelos seus apoiantes, é uma afirmação da identidade nacional. A frase de Raul Lino transmite a ideia de que tudo aquilo que era popular e nacional era bonito e ideal. No entanto, atendendo às más condições económicas de grande parte da população, as casas eram compostas normalmente por um único compartimento de soalho onde dormia toda a família, com pequenas frestas que não permitiam grande circulação de

²⁹ A Casa Portuguesa é o modelo defendido no Inquérito à Habitação Rural descreve como seriam as habitações e a vida no campo, defendendo o retorno à terra, através do parcelamento dos terrenos para o desenvolvimento do país; Salazar era um dos defensores deste ideal.

³⁰ Designa os trabalhos de campo realizados no território português, na década de 50 do século XX, por arquitetos portugueses interessados em compreender a arquitetura vernacular construída. O Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, e outras publicações realizadas nesta altura, surgem como resposta ao Inquérito à Habitação Rural.

³¹ LEAL, João, *Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitetura popular no século XX português*, p. 19. <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

ar ou iluminação, sem higienização, muito degradadas quer no interior quer no exterior, e com pouquíssimos móveis ou utensílios; no exterior, onde eram os aposentos dos animais, também brincavam as crianças.

Era esta a realidade miserável que a geração de arquitetos que vigorava na altura, empenhada na crítica ao regime, quis refutar e provar a diversidade da realidade nacional e a “racionalidade estrutural da arquitectura espontânea”³²; desta forma, “da resposta funcional da arquitectura espontânea, no contexto rural e em determinada situação de desenvolvimento das forças produtivas decorreria a necessidade de (atribuir) uma nova funcionalidade para novos contextos urbanos e nova situação daquele desenvolvimento. Colocar a arquitectura na sua coerência, significava adoptar o formulário do movimento moderno, as novas tecnologias, as novas concepções adaptadas a novos conceitos de vida e que se podiam concretizar na Carta de Atenas³³, em nome de um novo humanismo”³⁴.

Na sequência de uma reunião preparatória para a apresentação dos resultados do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, com o ministro Arantes e Oliveira, surge o seguinte relato do arquiteto Fernando Távora:

“E eu lembrome que na véspera da visita do Salazar à SNBA fez-se uma projecção de slides para o Arantes e Oliveira e passou em determinada altura um conjunto de casas – no Sul – todas iguais, com aquelas chaminés alentejanas fortes, uma solução bastante fechada. E o ministro disse “que bonito, isso parece arquitectura moderna”. E eu que estava atrás – lembrome perfeitamente disto – disselhe “mas, ó sr. ministro, o Inquérito vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna”. E ele disse assim: “o sr. arquitecto pense isso, mas não diga isso amanhã ao Sr. Presidente do Conselho”.”³⁵

De entre as visões que surgem após a realização do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, é de salientar que em comum defendiam o estudo da arquitetura regional e popular para refutar a ideia da ‘Casa Portuguesa’ do fascismo, ou melhor, de um estilo

³² COSTA, Alexandre Alves, op. cit, p. 58.

³³ É um manifesto realizado 1933, em Atenas, sobre arquitetura contemporânea e “cidade funcional”, que preconiza a separação dos espaços de lazer, de trabalho e de habitar como modelo para a nova arquitetura.

³⁴ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., pp. 58-59 .

³⁵ LEAL, João, *Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitetura popular no século XX português*, p. 41. <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

unicamente nacional, defendiam a introdução de novas linguagens que iam chegando de fora, bem como o estudo das reais necessidades da situação nacional, construída com fundamento a partir da realidade.

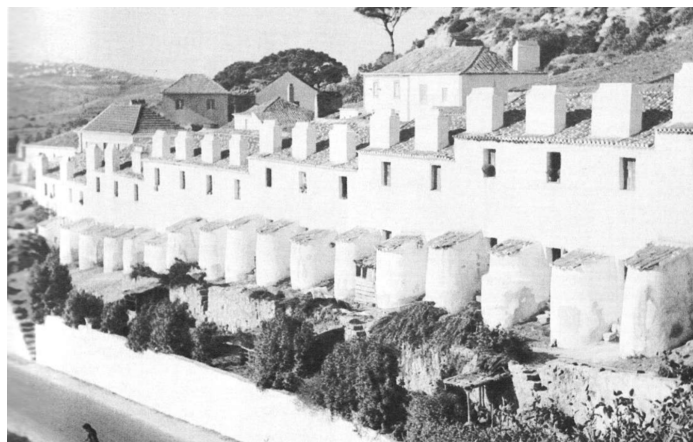
Ou seja, enquanto os defensores da ‘Casa Portuguesa’ olhavam o modelo pelo exterior, o enquadramento na paisagem, o Inquérito à Arquitectura Popular analisava pelo interior também, pela falta de condições das famílias e pelo facto de a agricultura já não ser suficiente para sustentar uma família, mais do que pelas formas e aspetos arquitetónicos da habitação, transmitindo assim uma imagem negativa da casa popular portuguesa.

Desta forma, entre o final do século XIX e o início do século XX, surgiu um novo conceito onde a arquitetura era adaptada à época e às necessidades de quem a vivenciava, através do lema ‘a forma segue a função’; criticavam a ‘Casa Portuguesa’ defendida pelo Estado Novo e os modos de vida da população rural, e defendiam a introdução de novos materiais e técnicas construtivas, numa época em que a máquina trouxe novas possibilidades, possibilitou a criação de formas arquitetónicas inovadoras e facilitou a prática dos cinco princípios da arquitetura³⁶ propostos por Le Corbusier. Concluindo, o movimento moderno desprezava a ligação com o passado opressor, ou melhor criticavam a falta de condições, a ignorância em que as pessoas viviam, a incoerência com o contexto urbano existente e as técnicas construtivas tradicionais.

³⁶ Fachada e planta livres que possibilitavam a colocação de janelas em banda, o assentamento do edifício em pilotis de modo a libertar o piso térreo e a cobertura-jardim.



7.



8.



9.

7. Casa em Vilarinho da Mó, Boticas. Tradicional casa transmontana.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 127.

8. Conjunto de casas para trabalhadores agrícolas em Picanceiros, Mafra.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 125.

9. Casas em Santa Vitória do Ameixial, Estremoz.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 128.

Em Portugal pode considerar-se que o Inquérito à Arquitetura Popular foi a primeira aproximação a uma sistematização tipológica da arquitetura vernacular do território português. A arquitetura popular é aquela que é realizada por pessoas menos eruditas, com recurso a materiais e utensílios que têm à disposição nas proximidades da região. Ao longo de várias gerações, estas formas de construir foram sendo aperfeiçoadas de modo a adaptarem-se melhor às condições climáticas locais e aos próprios modos de vida. As formas construtivas são simples e puramente funcionais.

Em França já tinham sido realizados estudos sobre a questão rural do país, segundo Albert Demangeon, geógrafo francês com estudos geográficos sobre o mundo rural, classifica as casas rurais com base na distinção entre casas em que todas as dependências – de habitação, dos animais e anexos – se situam debaixo do mesmo telhado - “a casa-bloco, nas suas variadas formas e modelos”³⁷ e as casas em que cada espaço é independente, tem uma determinada finalidade e organizam-se em torno de um recinto central - “a casa-pátio -, podendo este ser fechado ou aberto”³⁸; os contextos rurais em França revelam algumas semelhanças com o caso português.

Segundo as reflexões de Orlando Ribeiro, geógrafo e historiador português do século XX, existe um “modelo (habitacional) tripartido em Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico (...), segundo o qual seria possível distinguir em Portugal três áreas claramente individualizadas do ponto de vista da geografia física e humana: o Portugal Mediterrânico - coincidente com o Algarve, o Alentejo, a Estremadura e o Ribatejo - o Portugal Atlântico - correspondente à Beira Litoral, ao distrito do Porto e ao Minho - e o Portugal Transmontano - compreendendo Trás-os-Montes e as Beiras”³⁹.

Em Portugal, sintetizando, as casas rurais podem ser sobradas (com um andar) ou térreas; importa esclarecer que o conceito de rural ou ruralidade refere-se, geralmente, “às zonas utilizadas principalmente para a agricultura e práticas afins, mas também à função residencial e às actividades económicas e culturais das suas populações, inclusive as que têm a ver com o recreio e o lazer”⁴⁰. Apesar da atividade agrícola já não ser um dos principais fatores de desenvolvimento económico destas regiões, os novos elementos e funções que se vão inserindo tendem a adquirir características físicas

³⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, op. cit., p. 18.

³⁸ *Ibid.*, p. 18.

³⁹ LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 58.

⁴⁰ MARCOLIN, Paolo, *O desenho da cidade alargada e os sistemas rurais e naturais: princípios e critérios metodológicos de ocupação nos territórios centrais do Vale do Sousa*, Porto: FAUP, 2012, p. 71.

próprias e derivadas do lugar.

Estudos realizados por Ernesto Veiga de Oliveira e os seus colaboradores mostram que a casa sobrada é frequente nas regiões “Entre-Douro-E-Minho, Trás-os-Montes, Beira Transmontana, Beira Alta e Beira Baixa, região de Coimbra e terras saloias dos arredores de Lisboa”⁴¹, sendo que, por norma, o piso térreo era para o gado e arrumações e o andar para habitação. Nos povoamentos dispersos destas regiões as casas apresentam uma “fileira de janelas corridas numa fachada lisa; o telhado com beiral, é de quatro e três águas”⁴²; “e de duas (águas) - nas casas arruadas das aldeias da serra minhota, da Estrela e da zona serrana da Beira Baixa”⁴³; em “Trás-os-Montes, de telha caleira, em regra, hoje, de telha marselha, e outrora, e em zonas mais arcaizantes (nomeadamente nas regiões serranas) muitas vezes de colmo ou placas de xisto”⁴⁴.

No que diz respeito à distribuição das funções na casa rural, “a cozinha fica ora no (piso) térreo ora no andar; a escada de acesso ao andar, geralmente exterior, é também de pedra e rematada numa varanda aberta, de pau, que serve de logradouro ou por vezes de local de sequeiro de cereais ou de arrumos, assente sobre pilares, (com) cachorros salientes ou pontas de trave, ou num patim, que em certos casos mais raros (...) é alpendrado; e existem também além desta, muitas vezes, escada interior em madeira”⁴⁵.

Nas áreas serranas do Norte, as casas são mais pequenas e toscas, muitas vezes, “de pedra rudimentarmente aparelhada e sem reboco, e com cápeas fazendo de beiral, e guarda-ventos de proteção para amparar a cobertura de colmo ou telha caleira contra o vento”⁴⁶.

Nalgumas aldeias da Beira Baixa, por exemplo em Malpica do Tejo, e nas terras baixas ocidentais do distrito de Coimbra, a Bairrada é exemplo disso, assiste-se a uma inversão da organização das casas de piso térreo ou sobrado, o piso superior é para arrumos, para o palheiro e o piso térreo para habitação.

A casa térrea é a mais frequente um pouco por todo o país, ela “define o estilo arquitetónico dessa área e exprime verdadeiramente a vida domestica e

⁴¹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, op. cit., p. 18.

⁴² *Ibid.*, p. 19.

⁴³ *Ibid.*, p. 19.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 19.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 19.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 19.

económico-profissional da sua população”⁴⁷; por norma, é simples e pequena, e no Sul, Estremadura, Ribatejo, Alentejo e Algarve, esta tipologia de casa é mais frequente, mas também se pode encontrar nas zonas ribeirinhas de Aveiro, Pombal, Leiria e na região entre o rio Vouga e o Mondego. No Norte é possível encontra-se este tipo de casa nos aglomerados piscatórios, como é o caso da Póvoa do Varzim e de Fão.

A casa-pátio típica é um derivado das casas térreas, organiza-se em volta de um pátio, que pode ser fechado ou não, “rodeado pelas várias dependências rurais e onde se acumulam os moliços e estrumes necessários às lavouras desses solos”⁴⁸. Os anexos são de reduzida dimensão e servem para guardar os animais e arrumações, “cortes ou estábulos, palheiros, sequeiros ou espigueiros, eiras cobertas, lojas, etc. que se distribuem de volta de um amplo espaço aberto, terreiro, ou quinteiro, que integram o complexo da lavoura”⁴⁹. No Norte do país é frequente ver-se este tipo de casas rurais, onde maioritariamente são construídas em pedra, granito ou xisto, e algumas vezes as duas materialidades conjugadas e à vista. No Sul, no Alentejo e no Algarve, são rebocadas e caiadas a branco, com janelas, portas, chaminés e rodapés que lhe dão cor.

Concluindo, “como característica comum às casas populares portuguesas em geral, pode certamente dizer-se que, em todo o País, elas se apresentam com uma grande singeleza de linhas e de estilo, não sendo mesmo raros os exemplos de casas elementares. Em todo o País, elas mostram também, como regra, uma planta quadrangular simples; mas esta identidade elementar deixa transparecer claramente aquela dualidade essencial (do norte e sul do País)”⁵⁰.

⁴⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, op. cit., p. 19.

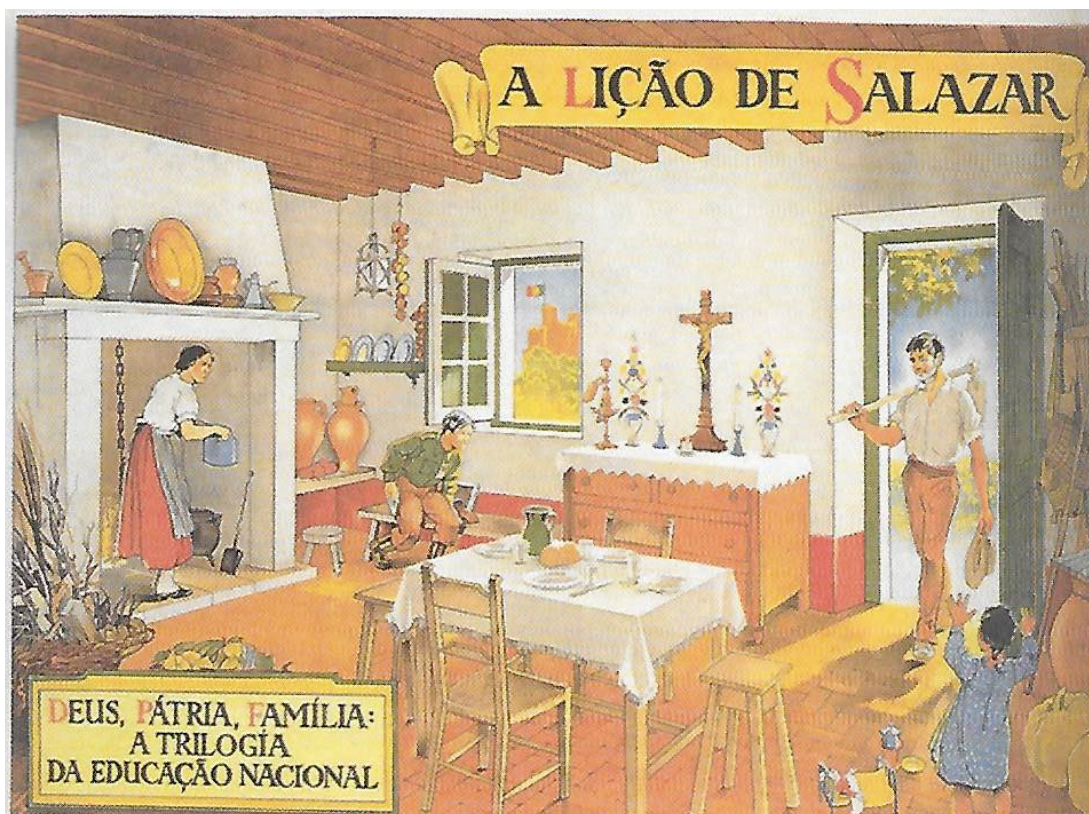
⁴⁸ *Ibid.*, p. 20.

⁴⁹ *Ibid.*, pp. 18 - 19.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 21.

4. UMA NOVA CONDIÇÃO RURAL: PROCESSO DE DESRURALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DOS CAMPOS





11.



12.

11. “A Lição de Salazar”.

DOMINGUES, Álvaro, *Vida no Campo*, Porto: Dafine Editora, 2011, p. 123.

12. Fotografia do Inquérito à Habitação Rural. Uma Habitação com aspeto modesto, mas que ilustra a precariedade com que as sociedades rurais viviam.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 122.

Entre os séculos XVIII e XIX, com a sistematização dos modos de produção, a mecanização e a seriação dos produtos – processo de industrialização⁵¹ na Europa – iniciou-se um crescimento que se mantém até hoje, no que diz respeito à criação de emprego na atividade industrial e noutras não rurais que surgiram, e em resultado disso a economia acabou por se globalizar.

Com o processo de industrialização houve uma mudança social e espacial a marcar as sociedades europeias. Houve um apuramento de algumas lógicas do espaço rural com contexto produtivo, distinto da lógica de dependência da natureza apenas para consumo familiar, da relação com os rios e da extração de matérias primas, introduziu-se a criação da oficina e a construção da fábrica enquanto espaço e disciplina, impôs-se um ritmo de trabalho, houve uma inversão dos métodos de racionalização de trabalho e automatização dos processos de montagem. A fábrica e a sua disciplina significaram uma mudança drástica nos modos de vida de quem vivia de acordo com o tempo e a natureza; aliado ao desejo de ganhar mais, trabalhar fora de casa significava a separação do tempo e do espaço destinado ao trabalho e à família, ou seja, significou a reivindicação de uma vida pessoal.

Os espaços perto dos rios, das regiões mineiras, com boas acessibilidades tanto para relações internas como externas e a matérias-primas, rapidamente, ganharam densidade, porque os trabalhadores preferiam viver perto do local de trabalho. O espaço acabou por se tornar raro e investido por uma lógica capitalista de gestão, por exemplo com intensas jornadas de trabalho e pagas com salários baixos, devido à abundância de mão-de-obra. Por toda a Europa formaram-se cidades industriais, com uma lógica fabril intensa, onde quase se misturavam os espaços residenciais e laborais dos trabalhadores fabris.

Ainda no início da década de 60 do século XX, alguns portugueses descontentes com o seu modo de vida, com a degradação social, a perseguição àqueles que estavam contra o regime de Salazar e o início das guerras nas antigas colónias portuguesas acabaram por abandonar o país, aumentando a emigração clandestina, principalmente para a Europa e outros para o Brasil: uns foram motivados pela procura de um futuro melhor e outros para fugir à guerra nas ex-colónias portuguesas (Angola, Moçambique

⁵¹ O processo de industrialização do território, um processo histórico e social, intensificou-se a partir do século XIX, processo no qual a indústria se torna o sector dominante em vários países; consta na alteração das técnicas e modos de produção, da substituição dos instrumentos mais arcaicos, contribuindo para o aumento da produção, da rentabilidade de trabalho e, consequentemente, da riqueza produzida. Anteriormente, ao processo de industrialização, a economia tinha uma base agrária, artesanal e comercial, e depois passou a ter uma base industrial e urbana.

e Guiné-Bissau).

Em Portugal, até aos anos 70 do século XX, os conhecimentos da população, em geral, eram muito escassos, havia muita resistência do Estado Novo à realização de estudos e produção de trabalhos sobre a realidade social portuguesa e, pelo contrário, incentivavam a que Portugal continuasse a viver num mundo rural e que tivesse por ideal a casa camponesa. Este mundo rural, fechado sobre si próprio, era desigual e apenas de subsistência em grande parte do país; o cenário que se observava era dissemelhante, enquanto no Centro e Sul existiam grandes propriedades e quintas, noutras regiões a população vivia em situação bastante precária.

O processo de industrialização, que levou muitos anos a acontecer noutros países, em Portugal começou por volta de 1970 e fez-se num curto espaço de tempo. A paisagem mudou em cerca de 30 anos, pois fizeram-se várias transformações geográficas e sociais, no entanto do ponto de vista económico essas mudanças não são assim tão evidentes, porque Portugal continuava a ser um país desequilibrado entre o Norte e o Sul, e o interior e o litoral.

Segundo Álvaro Domingues, *“não há paisagens para sempre. A paisagem é o registo de uma sociedade que muda e, se a mudança é tanta, tão profunda e acelerada, haverá sinais disso, para além de pouco tempo e muito espaço para compreender ou digerir as marcas e formas como se vão atropelando mutuamente, ora relíquias, ora destroços”*⁵².

Depois do dia 25 de Abril de 1974⁵³, as sociedades começaram a rejeitar os modelos antigos por estarem associados à pobreza vivida noutros tempos e as novas construções passaram a refletir, muitas vezes, ideais importados do estrangeiro. Mesmo os rapazes que regressavam da guerra traziam consigo novas ambições e uma nova forma de ver o mundo, que derivava do convívio com outros rapazes oriundos dos centros urbanos que lhes mostravam outras realidades, muito diferentes daquela que tinham vivido no ‘mundo rural’.

Os anos 70 do século XX ficaram profundamente marcados pela transformação do espaço geográfico e social do país, as aldeias rurais são absorvidas pelos meios urbanos

⁵² DOMINGUES, Álvaro, op. cit., p. 15.

⁵³ Dia em que um movimento social de cidadãos depôs o regime ditatorial do Estado Novo e promoveu a instauração da democracia em Portugal.

e as próprias pessoas mudaram as suas rotinas diárias; formaram-se conurbações⁵⁴ entre vários espaços e começaram a delinear-se novas relações territoriais. Entre o final da década de 70 do século XX e início do século XXI, a combinação das mudanças ocorridas, “acelerou o processo de “desruralização”, isto é, a desarticulação das condições que permitiam, ao mesmo tempo, a pequena produção agrícola familiar em regime de subsistência, os sistemas e tecnologias de produção e a gama de produtos, as práticas sociais e as visões do mundo camponês tradicional”⁵⁵. As alterações que ocorreram no mundo camponês contribuíram para a transformação das paisagens dos campos, das habitações rurais e senhoriais; a economia agrícola deixou de ser sustentável e deu lugar a um emprego remunerado, muitas pessoas não se adaptaram a esta transformação e partiram para o estrangeiro, ou para perto dos grandes centros urbanos, à procura de melhores condições de vida.

Este conjunto de factores contribuiu para que as aldeias ficassem praticamente desertificadas, originando a decadência da agricultura e, conseqüentemente, das habitações rurais. Os campos ficaram abandonados, o cereal e os frutos que outrora cresciam nos campos foram substituídos por mato e silvas, e os próprios proprietários, em desespero e sem saber o que fazer, começaram a vender as quintas ao desbarato aos caseiros, principalmente as que estavam nas margens dos rios e nas encostas porque eram mais difíceis de cultivar devido ao declive acentuado.

Esta profunda transformação no território rural teve conseqüências, também na arquitetura, que resultaram em novos ideais e práticas adoptadas pelo homem. Embora o próprio processo de formação e desenvolvimento das cidades seja anterior ao progresso que ocorreu em sequência da industrialização, e em Portugal consolidado pela instauração da Independência, as cidades sofreram uma grande e complexa transformação que requer uma análise mais fina sobre as duas realidades vivenciadas: cidade-campo e rural-urbano; nos últimos anos, as dicotomias entre rural e urbano ou campo e cidade perderam todo o sentido, importa salientar que estas oposições, tendencialmente, têm-se reestruturado e dão lugar a um espaço que integra as duas realidades em convívio.

A distinção entre cidade e campo, atualmente, é muito ténue porque, originalmente,

⁵⁴ Conurbação é o processo de unificação da mancha urbana entre duas ou mais cidades, que deriva do crescimento geográfico; Este processo resulta do prolongamento das cidades para fora do seu perímetro, através da absorção de outras cidades e aglomerados rurais.

⁵⁵ DOMINGUES, Álvaro, TRAVASSO, Nuno, op. cit., p. 132.

“remete para um determinado modo de territorialidade, (...) um determinado modo de relação entre o lugar de habitat e a vida social”⁵⁶. Desde o final do século XX e o início do século XXI, em Portugal, existe uma nova condição territorial. A realidade do mundo rural sofreu uma profunda transformação, que deriva do processo de desruralização e urbanização do seu território. Por urbanização pode entender-se o resultado da interação de quatro elementos fundamentais: população, meio ambiente, tecnologia e organização social; ou seja, cada indivíduo, ou coletividade, tende a localizar-se de acordo com os recursos disponíveis e reconhece-se a importância atribuída aos lugares centrais.

“A urbanização assim definida afecta tanto a cidade como o campo e induz mudanças análogas. Se, em situação não urbanizada, a associação entre a morfologia e a função social é relativamente estrita, o mesmo não ocorre quando intervém o processo de urbanização. A ligação entre ambos torna-se então mais flexível, de modo que habitar o campo já não significa necessariamente trabalhar na agricultura e que pode haver dissociação entre o futuro da aldeia e o dinamismo da agricultura; assim, sem que isso anule radicalmente a ligação entre a aldeia e a simbólica agrícola, a qual permanece um elemento integrador importante da percepção do campo enquanto quadro de vida, o facto de se voltar a viver no campo está longe de implicar um retorno automático à actividade agrícola, e os cidadãos (como insistimos em designar os habitantes das cidades) que, em dado momento vão habitar para o campo não se recrutam prioritariamente entre os que não têm responsabilidades na cidade e/ou que delas não tiram o máximo de vantagens”⁵⁷.

Nos últimos anos, Portugal seguiu a tendência europeia e urbanizou-se, redesenharam-se as aldeias e as cidades, no entanto nem tudo foi realizado de forma organizada e racional. A queda do regime em 1974 suscitou um clima de confusão e instabilidade no país. Em termos urbanísticos só em 1982, com a instituição do Plano Diretor Municipal, é que as autarquias começaram a repensar na gestão das suas áreas urbanas e rurais, através de loteamentos, projetos para as infraestruturas e arquitetura dos edifícios e das paisagens; ou seja, o planeamento urbano em Portugal atravessou um período

⁵⁶ RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição?*, Porto: Edições Afrontamento, 3.^a edição, 2004, p.15.

⁵⁷ *Ibid.*, p.17.

controverso, porque faltavam estudos de enquadramento regional e intermunicipais, as estratégias de planeamento eram desconectadas, as autarquias locais não tinham meios nem poderes para responder aos problemas complicados que surgiam do planeamento, só quando as autarquias começaram a assumir uma gestão ativa quanto à política dos solos, da habitação, dos transportes e do ambiente (tudo isto funcionando em conjunto) é que foi possível começar a observarem-se resultados mais positivos quanto à organização territorial. Ainda assim, as decisões de maior impacto continuam, em parte, a serem tomadas na capital e o poder local não tem autonomia suficiente para tomar essas decisões ou reajustá-las, como por exemplo as ligações rodoviárias e ferroviárias que alargam o perímetro das cidades, mas ao mesmo tempo deixam isoladas e ‘esquecidas’ algumas aldeias no interior do país. A criação de novas ligações gerou um aumento considerável das deslocações pendulares, dos congestionamentos e com elevados custos sociais, económicos e ambientais. Perante esta situação, é pertinente mudar o rumo da história, é necessário olhar para as zonas históricas das cidades, cheias de memórias e infraestruturas, e requalificá-las, ou seja dar-lhes uma nova vida; tal como os aglomerados rurais têm potencialidade para serem reabilitados e transformados, seja para habitação ou para novos programas que ajudem à inovação e requalificação dos meios em que estão inseridos.

“Estamos numa sociedade onde a informação ocupa um lugar cada vez mais importante nas atividades económicas e sociais; as novas tecnologias permitem transportar facilmente a informação para longe e depressa; numa certa medida, elas anulam as distâncias, desprezam o espaço e, desta forma, as atividades económicas e sociais, que necessitam cada vez mais de informações, podem localizar-se em qualquer lugar”⁵⁸.

Portanto as melhorias das infraestruturas permitem a circulação de pessoas, informação, bens e energia (PIBE) e, decorrente destas transformações também os modos de vida e as coletividades se alteram. Ocorreu uma metamorfose do rural e urbano, onde agora tudo é variante do urbano, apenas restam as memórias e histórias dos povoamentos antigos: “Sinal dos tempos: o local já não existe enquanto entidade autónoma, é cada vez mais uma expressão do global e com ele se comunica de muitas maneiras”⁵⁹.

⁵⁸ ASCHER, François, *Métapolis ou l’avenir des villes*, Paris: Odile Jacob, 1995, p. 43.
Tradução da autora.

⁵⁹ DOMINGUES, Álvaro, op. cit., p. 251.



13.



14.

13. Quinta da Venda, pertencente à Casa de Cabanelas, em Bustelo.
Fotografia da autora (2018/01/26).

14. Casa da Câmara da Honra de Barbosa, Rans
Fotografia da autora (2018/01/15).

5. SÍNTESE

A dicotomia cidade/campo ou urbano/rural deixou de fazer sentido, uma vez que a sociedade está em transformação e a paisagem acompanha essas mudanças, ou seja também se modifica, os modos de vida são diferentes, a paisagem transforma-se diariamente e as infraestruturas vão crescendo e dando resposta a novas solicitações. Segundo o arquiteto Fernando Távora, no livro ‘Da Organização do Espaço’:

*“Na arquitectura – e também a mais ou menos longo prazo – o tempo joga como factor fundamental e não apenas como dimensão de observação, mas como dimensão da própria obra, sabido como é que um edifício tem uma vida – tal como uma pintura ou uma escultura – neste caso mais agitada pois que o cumprimento de determinadas funções concretas e obrigam a uma actualização – ou a um abandono – que o alteram como espaço organizado.”*⁶⁰

Ao longo dos tempos foi-se assistindo a uma transformação espacial, pois alguns lugares foram adquirindo importância, enquanto outros foram perdendo a importância de tempos passados (figs. 13 e 14). Desde, sobretudo, a Revolução Industrial, verificou-se um aumento dos habitantes no interior e na periferia das cidades, o que levou à reorganização do seu espaço. Assim, pelo menos a partir do século XIX, constatou-se a necessidade de reorganizar o espaço da urbe, de forma a acomodar os que a ela chegavam, mas também se tornou imperioso reabilitar edifícios. Com o tempo, a população deslocou-se para as zonas periféricas, desertificando os centros outrora povoados. A cidade foi-se expandindo ao mesmo tempo que criava no seu centro um vazio urbano, desvalorizado, económica e socialmente. Apesar do progressivo abandono a que foram votadas, as áreas centrais da cidade tiveram nalguns casos a merecida atenção. Se por um lado se redefiniam espaços, em função das novas necessidades, como exigências de conforto, ou ruas com abertura para o tráfego, por outro lado, cuidava-se da preservação e reabilitação de monumentos e de outros edificados, duas operações que por vezes coincidiam, e outras divergiam, como na intervenção urbana na viragem do séc. XIX para o séc. XX, em prejuízo de edificado mais antigo, algum que hoje se descreveria como património histórico.

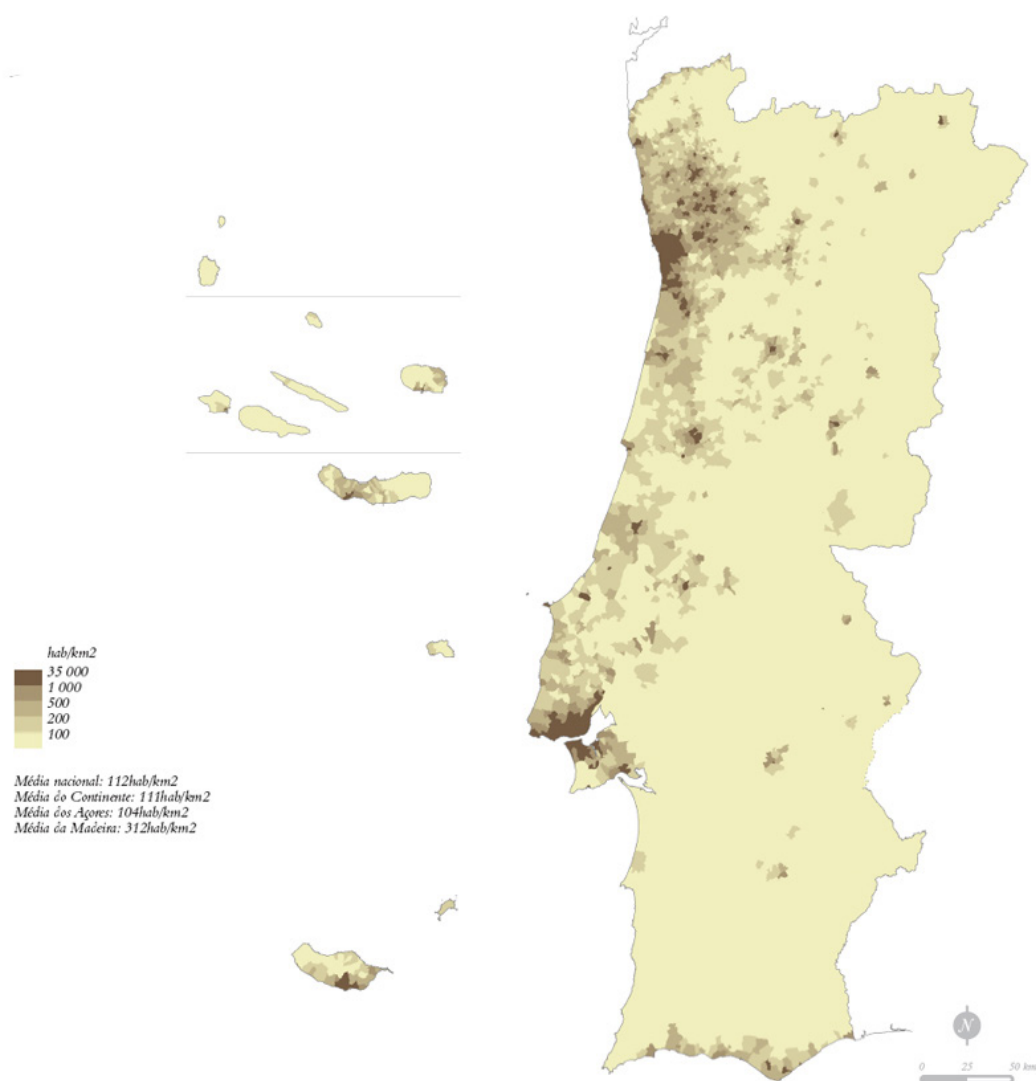
⁶⁰ TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, op. cit., p. 16.

Efetivamente, a partir do século XX começaram a surgir movimentos em direção aos “vazios urbanos” que procuravam beneficiar da sua centralidade e inverter as tendências instaladas; no entanto o aumento do capitalismo junto das fontes e matérias primas, e o excesso de mão-de-obra, consolidaram-se nas cidades diversas indústrias (têxtil, tipográfica, metalúrgica), assistiu-se à separação do local de produção do de consumo, do local de trabalho e do local de residência. Atualmente, ainda é possível verificar as consequências deste desmedido crescimento industrial, que ocorreu nos séculos XIX e XX, através do encerramento de muitas unidades industriais a paisagem voltou a modificar-se e o território desvaneceu. A degradação do património e do território decorre da falta de recursos financeiros e da desorganização nos procedimentos de construção, uma construção desmedida e demasiado ambiciosa fez com que muitos acabassem por encerrar as empresas e deixar ao abandono as fábricas.

PARTE II
CONTEXTUALIZAÇÃO DAS SINGULARIDADES TERRITORIAIS DO
VALE DO SOUSA

1. INTRODUÇÃO

Na sequência da análise efetuada na primeira parte, relativa à importância da casa no mundo rural, procura-se nesta segunda parte sintetizar os fatores condicionantes para as mudanças contemporâneas tendo presente o contexto regional do Vale do Sousa, onde esta investigação se desenvolve. Assim, depois de uma breve contextualização histórica, começa-se por detalhar a densidade populacional na Área Metropolitana do Porto, com base em dados estatísticos. Procede-se a uma análise do território e das suas transformações, focando o Arco Metropolitano do Porto e a conurbação Urbano-Industrial do Vale do Sousa. Ainda neste ponto faz-se um enquadramento de Penafiel na região do Vale do Sousa, aborda-se o clima, os recursos naturais e a economia, faz-se uma análise sociodemográfica, refere-se a educação e formação, caracteriza-se a emigração e retorno e, por fim, a acessibilidade, transportes e mobilidade. Os estudos realizados, através dos Censos por exemplo, mostram que as tendências que aconteciam no passado continuam a persistir; persistem modelos que tendem a prejudicar as famílias com menos capital financeiro e social, e este prejuízo é visível no nível de escolarização e nos trabalhos mais precários.



15.

15. Distribuição da densidade populacional em Portugal.

Atlas de Portugal, Instituto Geográfico Português (ed. Online – Consultado em Julho 2018)

2. DENSIDADE POPULACIONAL NA AMP⁶¹

Para compreender as profundas mudanças sociais que têm ocorrido em Portugal é necessário recuar um pouco no tempo. Algumas dessas mudanças começaram a surgir ainda na década de 60 do século XX, no entanto, as mais marcantes só surgiram após a restauração da democracia em 1974, sendo que grande parte das transformações que ocorreram estão relacionadas com o reposicionamento do país perante as relações internacionais.

A década de 1970, que coincidiu com o “retorno de população das ex-colónias”⁶² e o regresso de alguns emigrantes da Europa, apresentou “uma dinâmica de crescimento demográfico (...) na região do Sousa em patamares mais elevados”⁶³ do que era habitual. O fim do ciclo de emigração maciça para a Europa começou a diminuir também em meados de 1970, e assim Portugal iniciou os anos 1980 num quadro demográfico mais estável. Os anos de 1980 trouxeram ao país “um ritmo de crescimento populacional expurgado de <<desvios>> conjunturais notáveis”⁶⁴; sobretudo a partir de meados de 1990, houve uma “volumosa vaga de imigração de indivíduos oriundos da Europa de Leste, de África, do Brasil e alguns países asiáticos”⁶⁵.

É necessário realçar outro traço caracterizador da evolução demográfica portuguesa nas últimas décadas do século XX, extensível ao século XXI, que se prende com a acentuada quebra da taxa de natalidade, comparativamente a registos de anos anteriores, “em quarenta anos, passa-se, no nosso país, em termos de taxas de natalidade, e por referência aos padrões médios europeus, de valores muito elevados, para valores bastante reduzidos”⁶⁶.

O declínio da natalidade é bem elucidativo do muito que mudou em Portugal. Na transição do século XX para o século XXI, houve uma individualização da vida familiar, foram-se perdendo os ideais de casamento, enquanto sacramento e compromisso, e verificou-se um aumento das famílias monoparentais e das uniões de facto.

Durante toda a segunda metade do século XX, o Vale do Sousa foi ponto de partida de fluxos migratórios que superaram regularmente o volume de entradas; no caso de

⁶¹ Área Metropolitana do Porto.

⁶² PINTO, José Madureira, *Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do Vale do Sousa e do concelho de Penafiel (1950-2006)*, Porto: Instituto de Sociologia da FLUP, 2008, p. 18.

⁶³ *Ibid.*, p.18.

⁶⁴ *Ibid.*, p.234.

⁶⁵ *Ibid.*, p.234.

⁶⁶ *Ibid.*, p.235.

Penafiel houve significativos movimentos de saída para os concelhos envolventes.

No Noroeste português, a prevalência de processos de industrialização e urbanização difusa, associada a um défice de capitalidade do Centro Metropolitano do Porto, resulta num sistema urbano polinucleado e numa realidade espacialmente mais equilibrada, desde logo por não se encontrar submetida exclusivamente aos efeitos de polarização do Porto.

A aparente harmonização entre a influência polarizadora do Grande Porto e a manutenção do padrão disperso de povoamento, transforma Penafiel numa espécie de área de charneira entre o litoral globalmente mais dinâmico e um interior em regressão demográfica – decorre, como tudo indica, da importância, no concelho, de um terceiro fator, relacionado com movimentos migratórios de tipo residencial e pendular de grande intensidade.

Na ausência de um tecido industrial capaz de assegurar a ampliação do volume de emprego concelhio e de sustentar um processo endógeno de crescimento económico, as migrações pendulares vieram assegurar um tripla função: permitiram a libertação de boa parte da pressão exercida sobre o mercado de emprego local; construíram no concelho mais oportunidades de trabalho indiferenciado e de baixo custo, tanto no sector secundário como no sector terciário⁶⁷; e garantiram que certos custos e, sobretudo, riscos pessoais e familiares de uma reestruturação global dos modos de vida, motivada pelo corte radical com a colectividade ou pela decisão mudança da trajetória profissional, não se verificassem.

Analisando os últimos censos realizados, em 2011, a região Norte apresentava uma densidade populacional de 173,3 habitantes/Km², acima da média nacional (114,5 habitantes/Km²). O valor mais elevado registava-se no Porto, 5736,1 habitantes/Km², e a maior parte dos restantes municípios tem menor densidade populacional⁶⁸.

⁶⁷ Sector secundário (indústria transformadora e, sobretudo, construção civil); Sector terciário (empregados de execução nos serviços sociais e pessoais, no comércio, reparação de automóveis, restauração e hotelaria).

⁶⁸ Censos 2011 – Resultados Definitivos – Região Norte, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2012, p.19. Disponível on-line: ISBN 978-989-25-0186-4 (consultado em Janeiro de 2018).

A Norte e a Nascente da área metropolitana do Porto (AMP), as descontinuidades do padrão de urbanização são mais evidentes. No entanto, existem corredores ou manchas onde o tecido urbanizado não é interrompido. As áreas mais expressivas estão compreendidas entre Porto/Braga e Porto/Amarante/Vila Real; o traçado da A3 e da A4 vieram dar uma resposta mais eficaz e contribuir para a fluidez das deslocações. A Sul da AMP as descontinuidades no tecido urbano já não são tão evidentes; os quadros territoriais de Vila Nova de Gaia e Espinho prolongam-se para Ovar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis. Aveiro tem uma posição, no extremo Sudoeste do mapa, isolada da mancha demográfica, principalmente pelo desenho da Ria de Aveiro e não pela ocupação dos terrenos agrícolas próximos. A rede de infraestruturas é ainda assegurada pelo traçado da A1, que faz a ligação Norte/Sul e vice-versa, e do IC1.

Assim sendo, os maiores aglomerados populacionais da Área Metropolitana do Porto coincidem com a mancha urbana de Braga, que se prolonga do Cávado até Barcelos, a conurbação do Médio Ave, o Vale do Sousa e a mancha de Santa Maria da Feira, Ovar, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis a Sul do Douro e da AMP. Todas estas áreas, à exceção de Braga (município e cidade), densificaram-se com base num processo de industrialização rural difuso. Em meados do século XIX, as regiões do Médio Ave e do Vale do Sousa sofreram uma urbanização muito marcante, com a indústria têxtil, vestuário e do calçado a desenvolverem-se rapidamente. As conurbações que ocorreram fizeram com que a população se fosse fixando entre as cidades, no que diz respeito à habitação e emprego, misturando padrões de urbanização e densificando linearmente as estradas nacionais e municipais que articulam as regiões; surgiram também novos núcleos e densificaram-se os povoamentos rurais historicamente dispersos pelos vales e encostas.⁶⁹

As atividades industriais, desde as micro empresas às macro empresas e das mais recentes às mais antigas, foram escolhendo estrategicamente a sua localização atendendo a diversos fatores; optaram por se localizar junto de recursos naturais, por exemplo perto de linhas de água, e de estradas que facilitassem os acessos e acessibilidades,

⁶⁹ Houve um “reforço das antigas “vilas” (como Vizela, aglomerado termal e industrial recentemente incluída no programa homónimo); nucleações em pontos estratégicos da rede viária (o caso da Trofa, também recentemente elevada a município); e, um pouco por todo o lado, densificação de um tipo de povoamento rural historicamente dispersos nos vales e meia-encosta (até cerca dos 350 metros) e administrativamente recortado por freguesias de reduzida dimensão.”

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro e CABRAL, João, *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, 4ª edição, p. 46.

ocuparam loteamentos definidos pelo ordenamento do território de acordo com a disponibilidade do solo, ou localizaram-se em parques industriais junto de um considerável número de empresas que são regulamentadas pelas novas formas de planeamento e licenciamento industrial.

O sistema de produção das conurbações é bastante diverso, no entanto a atividade industrial⁷⁰ prevalece como principal motor da fixação e da criação de emprego, verificando-se que as empresas se instalam de forma propositada em áreas específicas, ou seja onde há maior concentração da atividade, organizando-se territorialmente em “distritos industriais”⁷¹ ou “sistemas flexíveis de produção”⁷².

Existe uma clara distinção entre os modelos industriais e os rurais, a relação entre os aglomerados históricos e as atividades industriais é também distinta, verificando-se uma interdependência funcional entre os territórios e as atividades: “A matriz rural deste modelo, as pequenas e grandes descontinuidade de solos florestados que ocupam os terrenos mais acidentados, ainda estão muito presentes nas formas da paisagem, constituindo um dos maiores desafios para a qualificação de um território muito desqualificado: subsistem ainda fortes rupturas nos sistemas hídricos, falta completar a rede de saneamento industrial e doméstico, e não se vislumbra uma verdadeira política florestal e agrícola que contrarie a crise profunda dos sistemas dominantes...”⁷³; por estes motivos torna-se urgente criar políticas de ordenamento regional, planeamentos urbanísticos que se adequem a cada conurbação específica e salvaguardem o território da destruição.

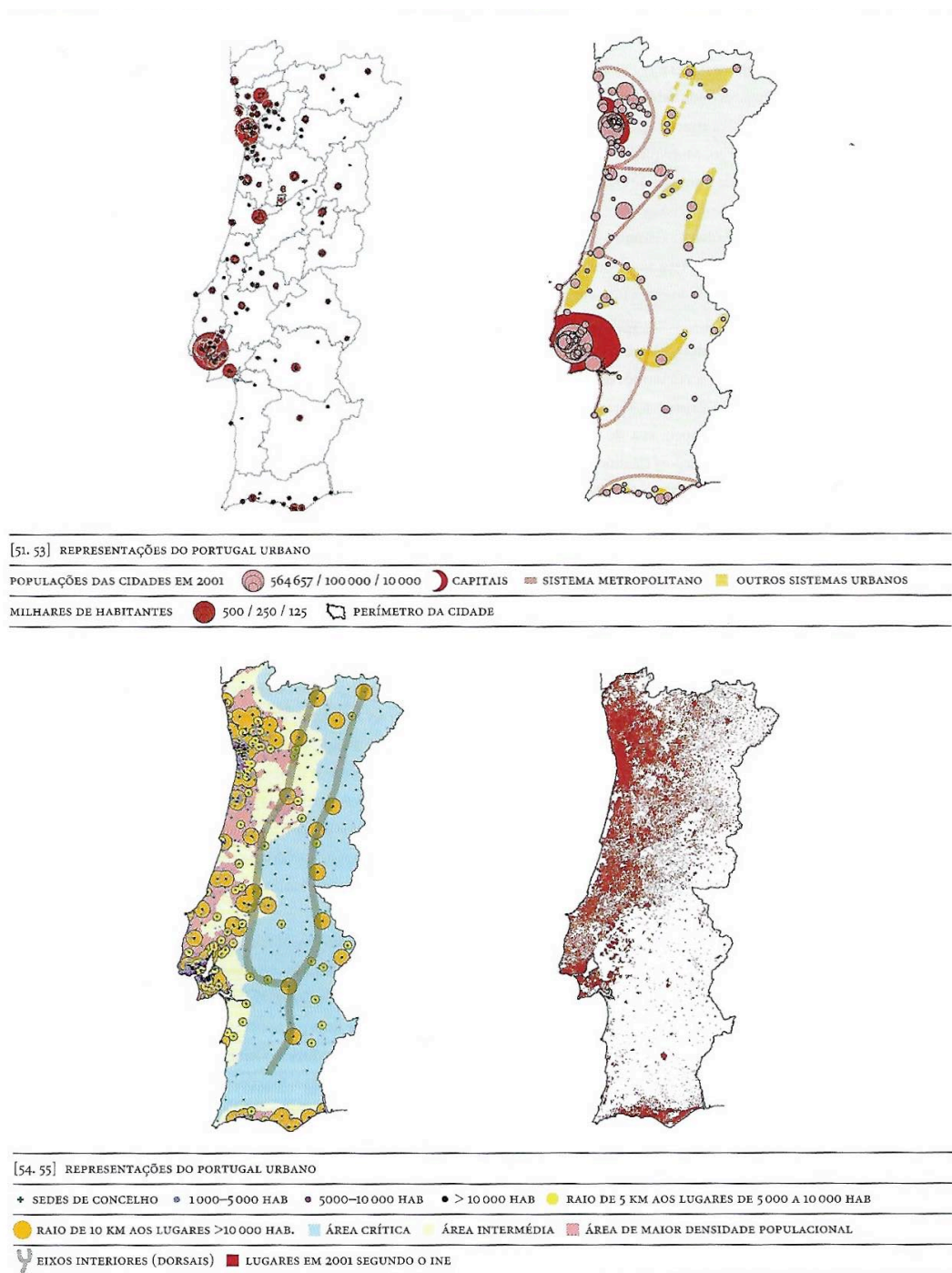
⁷⁰ O têxtil/vestuário na região do Ave e em Barcelos, a madeira/mobiliário no Vale do Sousa, o calçado em Felgueiras e São João da Madeira, os moldes em Oliveira de Azeméis, a cortiça em Santa Maria da Feira, entre outros.

⁷¹ PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro e CABRAL, João, *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, 4ª edição, p. 46.

⁷² *Ibid.*, p. 46.

⁷³ *Ibid.*, p. 46.

3. O TERRITÓRIO



16.

16. As transformações do território

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 72.

Apartir do século XVI, começaram a ocorrer melhorias na atividade agrícola, no entanto foi no século XIX, principalmente, que começaram a surgir os maiores progressos ao nível das infraestruturas e das tecnologias, que permitiram diminuir o tempo das deslocações e, conseqüentemente, tornar o território mais acessível; inovou-se em termos de comunicação, facilitaram-se os transportes e as deslocações “de pessoas, bens, informação e energia”⁷⁴, metaforicamente falando, o mundo tornou-se mais pequeno e adequado para a troca de bens e serviços.

Tal como acontece noutras realidades geográficas, Portugal apresenta um território fenomenológico diverso, com características urbanísticas, geográficas, arquitetónicas, de planeamento e de ordenamento do território, e de outras áreas relacionadas com a gestão urbanística, próprias e variantes de lugar para lugar; por isso, é que se torna importante a realização de estudos locais, de modo a distinguir a diversidade dos contextos e de escalas de urbanização.

Em Portugal distinguem-se duas aglomerações metropolitanas principais, o Arco Metropolitano de Lisboa e o Arco Metropolitano do Porto⁷⁵, estas duas áreas incluem um núcleo denso e um sistema metropolitano representado por uma vasta área envolvente diretamente relacionada com essa centralidade. No caso do AML, a área de influência é bastante alargada e não se verifica uma urbanização contínua, enquanto no caso do AMP o sistema metropolitano inclui uma urbanização extensiva marcada pela presença de edificado entre as cidades. Importa também referir o Arco Metropolitano Algarvio, um contínuo urbano circunscrito ao Litoral Algarvio, com formas de urbanização muito distintas e padrões de urbanização diversos produzidos, principalmente, pela distribuição do turismo e da economia de modo não homogéneo e, ainda, o Sistema Metropolitano do Centro Litoral que é constituído por um triângulo com os vértices assentes em Leiria, Aveiro e Viseu (Coimbra e Figueira da Foz também fazem parte deste sistema), que combina aglomerações urbanas convencionais com padrões de urbanização difusa na Beira Litoral. Além das aglomerações urbanas que existem em Portugal, existe uma rede de cidades médias, situadas em contextos geográficos mais desocupados, que corresponde a áreas bastante afetadas pelo processo de

⁷⁴ DOMINGUES, Álvaro, TRAVASSO, Nuno, op. cit., p. 54.

⁷⁵ É uma expressão utilizada no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007) para designar “a conurbação que se estende, grosso modo, entre Viana do Castelo e Aveiro e progride para Este até às barreiras montanhosas do Gerês, Cabreira, Alvão, Marão (a norte do rio Douro) e Montemuro, Arada e Freita (a sul)”.

DOMINGUES, Álvaro, TRAVASSO, Nuno, op. cit., p. 58.

desruralização, de declínio geográfico e económico do país.

Como resultado destas transformações, a ocupação urbana estendeu-se “de forma continuada por extensas áreas do Noroeste nacional – a urbanização extensiva – marcada pela mistura de formas construídas, usos e tempos, desafiando os modelos urbanos convencionais e a própria dicotomia cidade / campo”⁷⁶.

Nesta área geográfica de Portugal continental estende-se “a nova geografia da cidade continuada”, uma região agora intensamente urbanizada e, definitivamente, ilegível se insistirmos em usar a dicotomia “urbano / rural ou cidade / campo”⁷⁷. Falar da realidade atual dos “6800 Km²”⁷⁸ do Arco Metropolitano do Porto é muito diferente do “panorama anterior a 1960”⁷⁹, quando se percebia claramente a localização dos aglomerados urbanos, apesar de serem de reduzida dimensão, notava-se a descontinuidade entre os campos e os povoamentos rurais⁸⁰.

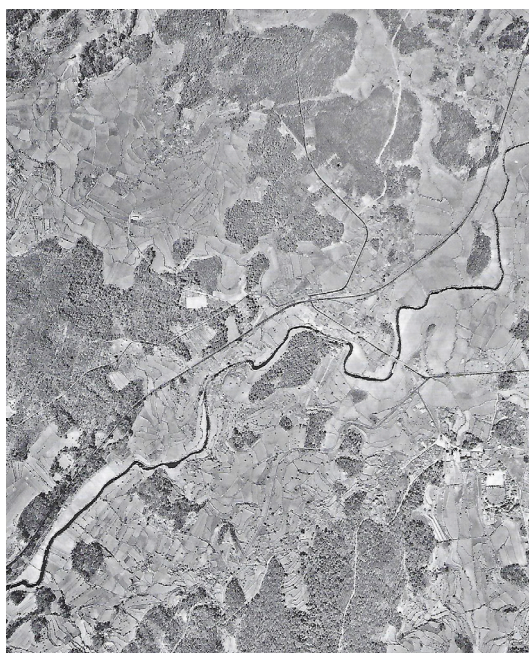
⁷⁶ DOMINGUES, Álvaro, TRAVASSO, Nuno, op. cit., p. 54.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 58.

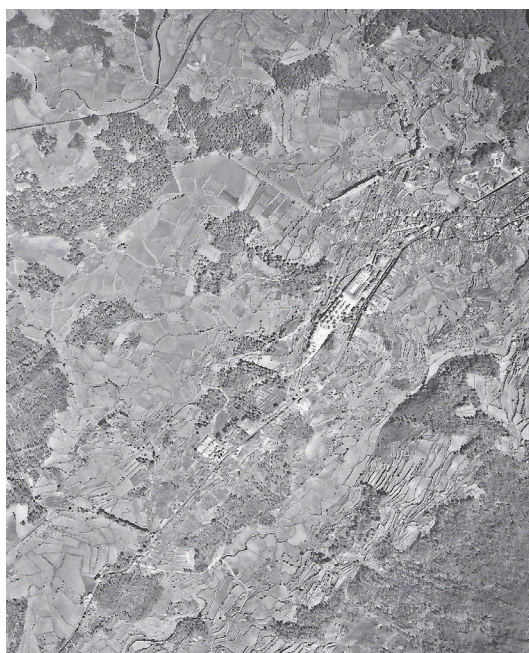
⁷⁸ *Ibid.*, p. 58.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 58.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 58.



17.



18.

17. Fotografia Aérea do Vale do Sousa, levantamento de 1965

SOEIRO, Teresa, *Penafiel, composição de um espaço administrativo*, Penafiel: Cadernos do Museu Municipal, 2005, p. 106.

18. Fotografia Aérea da cidade de Penafiel, levantamento de 1965

SOEIRO, Teresa, *Penafiel, composição de um espaço administrativo*, Penafiel: Cadernos do Museu Municipal, 2005, p. 107.

4. O VALE DO SOUSA E O ENQUADRAMENTO DE PENAFIEL NA REGIÃO

Nos últimos anos, os aglomerados de média dimensão, aqueles que ocupam um posicionamento intermédio entre as grandes cidades, ou nos grandes centros urbanos, e os pequenos aglomerados têm sido repensados e alvo de uma reflexão ponderada sobre o seu desenvolvimento. Assim sendo, as conurbações são “caracterizadas por processos de urbanização extensiva e pontuadas por uma rede muito diversa de centralidades e de polaridades (cidades antigas e as suas extensões, vilas, condensações funcionais junto dos nós de auto-estradas, densificações axiais do tipo estrada-rua, etc.), estas conurbações não constituem uma área metropolitana nem possuem um centro urbano hegemónico em termos funcionais. As nucleações mais densas correspondem quase sempre a aglomerações de funções e de emprego nos serviços públicos e privados; as estruturas lineares, às estradas nacionais e sua diversidade funcional e de usos; a mancha mais pulverizada tem como base o modelo convencional do povoamento disperso do Entre-Douro-e-Minho, agora sem o suporte da agricultura”⁸¹.

As cidades médias, as conurbações que se vão formando, são definidas através da sua condição intermédia e intermediária, são polarizações urbanas que desempenham papéis de equilíbrio do sistema urbano, face à tendência dominante de crescimento das grandes metrópoles; assim sendo, enfatizou-se a importância destas cidades médias enquanto aglomerados importantes na estrutura do sistema urbano nacional, iniciaram-se algumas estratégias intercidades e intermunicípios, através da obrigatoriedade das candidaturas e respetivos planos estratégicos⁸², por exemplo em cidades como Penafiel e Paredes, e, ainda, houve um contributo positivo para a renovação das políticas urbanas em vigor. Nomeadamente, através de planos estratégicos, programas de financiamento, ações e projetos que combatessem as principais tendências negativas e aproveitassem as oportunidades de desenvolvimento social e de qualificação urbana. Com base em diferentes perspetivas e áreas disciplinares sobre o entendimento do território é considerado neste estudo um exemplo de uma cidade média com características diversificadas mas, ao mesmo tempo, muito marcada

⁸¹ PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 120.

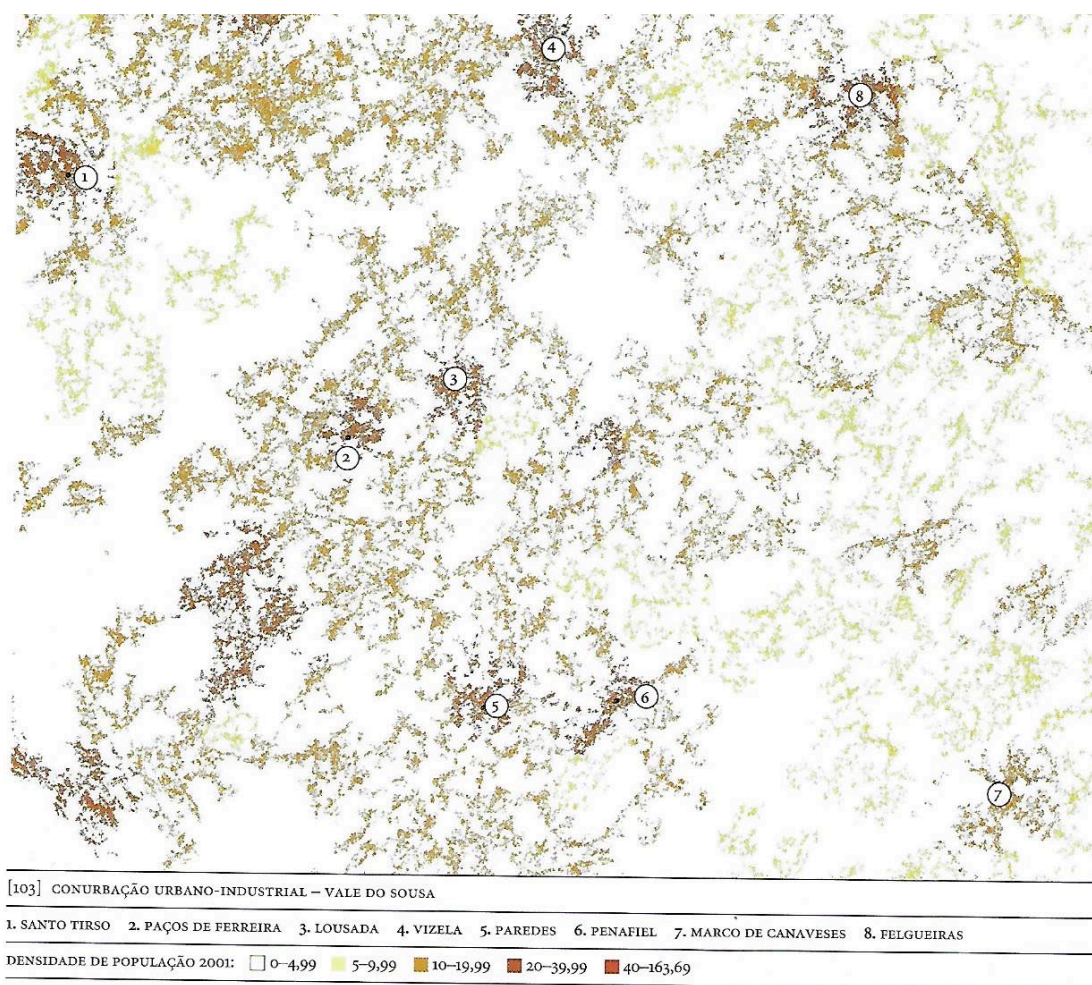
⁸² Plano Estratégico ou Plano Diretor Municipal (PDM) é um conjunto de documentos, ou melhor, a síntese de uma abordagem articulada e prospetiva das políticas urbanas.

pelo processo de desruralização que começou a ocorrer após o início da industrialização. O município de Penafiel é composto por 28 freguesias⁸³, que se distribuem por 212,2 Kms² de um espaço bastante heterogéneo.⁸⁴ A norte faz fronteira com os municípios de Amarante e Lousada, a leste com o de Marco de Canaveses, poente com o de Paredes e, no ângulo a Sudoeste, junto ao Rio Douro, com Gondomar. A Sul do Douro fica Castelo de Paiva, que já pertence ao concelho de Aveiro.

O padrão disperso de povoamento do território na envolvente regional do Grande Porto continua a coexistir na paisagem, convivem espaços residenciais e unidades industriais emergentes, por um lado, e por outro, antigos espaços de atividade agrícola e de reserva natural.

⁸³ Conforme a lei nº 22/2012 de 30 de Maio, algumas freguesias do concelho foram agregadas, passando de 38 para 28: Santa Marta, Novelas, Santiago de Sub-Arrifana, Marecos, Milhundos e Penafiel, formaram a freguesia de Penafiel; Pinheiro, S. Miguel de Paredes e Portela, originou as Termas de S. Vicente. Agregaram-se, ainda, Guilhufe com Urrô, Vila Cova com Luzim (União de freguesias de Luzim e Vila Cova), e Lagares com Figueira. As restantes permanecem: Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Irivo, Oldrões, Paço de Sousa, Peroselo, Rans, Rio de Moinhos, Rio Mau, S. Mamede de Recezinhos, Sebolido e Valpedre.

⁸⁴ SOEIRO, Teresa, *Penafiel, composição de um espaço administrativo*, Penafiel: Cadernos do Museu Municipal, 2005, p. 101.



19.

19. Conurbação Urbano-Industrial - Vale do Sousa

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 120.

4.1. O CLIMA E OS RECURSOS NATURAIS

No Vale do Sousa o clima é ameno, com invernos moderados e um pouco chuvosos e verões quentes e secos, “a Primavera e o Outono são aqui belas estações de transição bem demarcadas, e as características climáticas e proximidade do mar permitem, todo o ano, temperaturas moderadas e um verde sempre pujante e viçoso”⁸⁵.

De uma forma geral, no interior da região Entre-Douro-e-Minho, o clima é temperado, por vezes com ventos frios vindos das terras altas; muito pouco frequente é a ocorrência de neve nas cidades, por exemplo em Penafiel ou nos picos mais elevados; em contrapartida, a formação de geada que costuma ocorrer no final do Outono e no Inverno é a causa para muitos prejuízos que ocorrem na agricultura e, consequentemente, no sustento de algumas famílias da região.

Penafiel não apresenta uma diferença muito acentuada entre o norte, mais húmido e nublado, e sul, com temperaturas mais amenas e maior insolação⁸⁶. A precipitação mais avultada, normalmente, ocorre entre Novembro e Fevereiro, e é uma condição necessária para o aproveitamento agrícola. O concelho é marcado por relevo acidentado e vales encaixados na morfologia do terreno, sendo que 12,5% da área do concelho tem uma altitude superior a 400 m e as cotas mais elevadas encontram-se entre as bacias do Sousa e do Tâmega.⁸⁷

O concelho de Penafiel é rico ao nível dos recursos naturais⁸⁸, como é o caso daqueles que se concentram nas bacias hidrográficas do Sousa e do Tâmega, onde o substrato é de granito, das nascentes de água mineromedicinais existentes nas termas de S. Vivente e da Torre e pelos aproveitamentos hidráulicos, locais de captação de água e de lazer associados à albufeira de Crestuma-Lever a sul do concelho e, a nascente, pela do Torrão.

⁸⁵ Associação de Municípios do Vale do Sousa, op. cit., p. 2.

⁸⁶ GIPP – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, *Plano Diretor Municipal de Penafiel – Relatório com programa de execução e plano de financiamento*, Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, Janeiro de 2007, p. 12. Descrição do clima segundo os critérios de classificação de Thornwait.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁸⁸ “Os rios Douro e Tâmega delimitam grande parte do município de Penafiel, tendo servido como importantes vias de comunicação e transporte, ligando as populações aos lugares vizinhos, ao interior do país e à cidade do Porto. Por aqui passavam embarcações carregadas de pessoas e mercadorias, que tinham no lugar de Entre-os-Rios um porto seguro. Os rios eram também um manancial (uma nascente) de recursos naturais, desde sempre utilizados pelas populações ribeirinhas. A pesca sazonal do sável e da lampreia constituiu uma importantíssima fonte de riqueza, traduzindo-se no desenvolvimento de artes de pesca específicas, e na construção de estruturas próprias como pesqueiras, boqueiros e pesqueirões.”

Legenda da exposição ‘Reconstituição da Vida Rural’, patente no Museu Municipal de Penafiel, e visitada pela autora em 2017/05/18.

O pinheiro bravo e a mistura desta espécie com a de eucaliptos domina no que diz respeito aos recursos florestais distribuídos pelo concelho⁸⁹.

Na área do concelho de Penafiel há em abundância rochas graníticas e, sabendo que o substrato granítico desta região faz parte da extensa faixa granítica do Minho e das Beiras, com características texturais, minerais, físico-mecânicas e em boas condições de explorabilidade, fazem desta região singular para a produção de pedra industrial, constituindo assim uma atividade económica de grande importância para o concelho, no que diz respeito ao mercado interno bem como à exportação⁹⁰. A localização geográfica, a proximidade aos portos marítimos e grandes centros de consumidores, fez com que fosse possível o crescimento das pedreiras e a prospecção para um crescimento ainda maior, em parte da área ocupada por este recurso geológico. Assim sendo, a indústria extrativa assume em Penafiel um lugar de relevo, pelo peso que tem na economia local, e nacional, e na paisagem da região.

⁸⁹ GIPP – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, op. cit., p. 12.

⁹⁰ *Ibid.*, p.12.

4.2. SOCIODEMOGRAFIA

O território do Vale do Sousa é constituído pelos concelhos de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, ocupando “cerca de 800 Km²” no total.

Segundo os censos de 2011, residem “550 469 habitantes”⁹¹ na sub-região do Tâmega e do Vale do Sousa, numa “área de 2 629 Km²”⁹², que inclui 11 concelhos (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende), sendo que 337 644⁹³ residem nas Terras do Sousa. Entre 2001 e 2011 o número de habitantes manteve-se sensivelmente o mesmo, sendo que a distribuição por género ao longo do território é pouco homogénea, evidenciam-se grandes aglomerados populacionais em municípios como o Porto, Matosinhos, São João da Madeira e Vila Nova de Gaia, enquanto nos municípios vizinhos os povoamentos são mais dispersos.

Portugal entra nos anos 80 do século XX com “alguma normalidade demográfica”⁹⁴, desde então o crescimento demográfico na região de estudo tem sido acompanhado por um não irrelevante crescimento industrial, social e económico. Ainda que inscritas em sectores tradicionais, atividades industriais cada vez mais modernizadas e marcadas por capacidade empreendedora vigoram na região, principalmente ligadas aos sectores do calçado, têxtil, mobiliário, vinhos verdes e granitos; estas empresas industriais dão emprego à população local, são uma importante fonte de rendimento regional e nacional, e estão essencialmente vocacionadas para a exportação.

A distribuição por género, ao longo das Terras do Sousa, é praticamente equitativa, sendo que 51% são mulheres e 49% homens. De forma a analisar tendências registadas pela população torna-se pertinente observar o volume de indivíduos, de uma determinada localização geográfica, que se encontram distribuídos por idade e género; a estruturação destes dados permite compreender a evolução da população, tendo em linha de conta o seu envelhecimento ou rejuvenescimento.

⁹¹ Conselho Local de Ação Social de Penafiel, *Diagnóstico Social de Penafiel 2014*, Penafiel: Rede Social de Penafiel, 2014, p. 11.

⁹² *Ibid.*, p.11.

⁹³ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011/2012).

⁹⁴ PINTO, José Madureira, op. cit., p. 14.

O volume populacional de um determinado território está organizado em três secções – a base que espelha a população jovem, o centro que retrata a população adulta e, ainda, o topo que reflete o número de idosos.

De salientar a importância que os jovens (faixa etária dos 0 – 25 anos) têm na região, representam 31,7% da população, superior à média nacional (25,5%) e da região Norte (26,6%). Nos últimos anos verificou-se um “reforço de políticas locais que contribuam para manter a população na região e impedir fluxos migratórios de saída, evitando o agravamento do seu envelhecimento”⁹⁵, a permanência da população jovem na região “é um indicativo ainda mais premente quanto à necessidade de criação de emprego qualificado que acorra à sua entrada no mercado de trabalho, desincentivando a emigração”⁹⁶.

	Total	Homens	Mulheres
Vale do Sousa	337 644	165 166	172 478
Castelo de Paiva	16 733	8 184	8 549
Felgueiras	58 065	28 103	29 962
Paços de Ferreira	56 340	20 081	28 259
Paredes	86 854	42 530	44 324
Penafiel	72 265	35 191	37 074
Lousada	47 387	23 077	24 310

População Residente, segundo o sexo.

Obtenção de dados nos Censos 2011 da região Norte

O concelho de Penafiel caracteriza-se, de uma forma geral, por um povoamento disperso, que se pode explicar em dois pontos de vista diferentes e decorrentes da evolução e transformação dos modos de vida da população. Anteriormente, existia uma lógica de povoamento que estava de acordo com a procura dos melhores solos agrícolas, ou seja terrenos menos inclinados, de menores altitudes ao longo do Vale do Sousa e perto de

⁹⁵ Análise de contexto, ADER-SOUSA (Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa), acedido em 01/11/2017, em: <http://www.dlbc.adersousa.pt/analise-de-contexto.html>

⁹⁶ *Ibid.*

recursos hídricos, como rios e ribeiros; e atualmente privilegia-se a proximidade às estruturas viárias de modo a reduzir os custos de deslocação, a ocupação de construções existentes ao longo das principais vias, onde se localizam grande parte dos serviços e de emprego na região.

As freguesias mais povoadas são aquelas que se localizam ao longo dos principais eixos rodoviários, por exemplo nas estradas nacionais 15, 16 e 106, mas com menos evidência na estrada nacional 320.

Entre os anos de 1991 e 2001, as freguesias localizadas ao longo da EN 106 tiveram um evidente crescimento, principalmente as freguesias Croca, Pinheiro e Urrô; este crescimento justifica-se, possivelmente, devido à proximidade desta estrada nacional, bem como às dinâmicas de expansão residencial da cidade de Penafiel.

Nesta mesma altura, a cidade teve um crescimento (2,9%) inferior ao do concelho (4,9%), sendo que Milhufe, Santiago e Marecos tiveram um decréscimo no número de habitantes mais acentuado, o que revela a dificuldade ainda hoje verificada de Penafiel atrair e fixar população nas suas freguesias. Na década de 1990, as freguesias mais urbanas de Penafiel (Penafiel, Novelas, Paço de Sousa e Galegos) apresentaram fracas taxas de crescimento populacional, o que pode estar em parte justificado pela ausência de uma política de disponibilização de solo urbanizável que contrarie o aumento esperado dos valores fundiários dos solos urbanos.⁹⁷

Dez anos passados e, de acordo com os Censos de 2011 realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Penafiel representa 13% do total da população residente da região do Tâmega. O concelho é, desta forma, constituído por 72265 habitantes, sendo 35191 do género masculino e 37074 do género feminino; “as freguesias do concelho com maior número de população residente são Penafiel (21,74%), Termas de S. Vicente (6,86%), Guilhufe e Urrô (5,54%). Com menor população residente temos Capela (1,45%) e Sebolido (1,26%)”.⁹⁸

A rede urbana despolarizada e a dispersão do povoamento ao longo do território têm consequências negativas, tais como a baixa eficácia de investimento, tanto privado como público, que gera problemas de desvalorização dos equipamentos e serviços básicos e, por consequência, má qualidade de vida dos seus habitantes.

⁹⁷ GIPP – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, op.cit., p. 20.

⁹⁸ Conselho Local de Ação Social de Penafiel, op. cit., p. 14.

No concelho de Penafiel está patente uma política de concentração das atividades económicas no centro urbano da cidade e existe um elevado número de aglomerados populacionais de pequenas dimensões em redor, por isso pode-se concluir que as vias rodoviárias e os acessos têm um papel estruturante no ordenamento do território, porque é evidente a localização de um maior número de pessoas ao longo dos principais eixos da cidade e a implantação continua nestas vias. Por vezes, já não possível distinguir, com exatidão, os diferentes lugares da cidade, porque os lugares desocupados têm sido privilegiados e ocupados.

4.3. A ECONOMIA

A partir dos anos 60 e 70 do século XX, o crescimento urbano fez-se sentir de forma exponencial, verificou-se um alastramento para a periferia das cidades, ao mesmo tempo que a desindustrialização dos centros históricos começou a acontecer; assim sendo, tornou-se cada vez mais comum o surgimento de vastas áreas industriais em redor dos centros urbanos - o Vale do Sousa é um perfeito exemplo deste facto.

Na envolvente regional do Grande Porto, a densidade de atividades industriais criadoras de emprego e fomentadoras de um processo de urbanização difuso tem-se mantido e, por vezes, reforçado. A região tem assistido ao reforço do processo de urbanização, à intensificação do assalariamento das suas populações (sobretudo no universo das mulheres), quer em atividades industriais, quer no sector terciário, à diversificação do padrão de movimentos migratórios, potenciada pela densificação da rede viária e pelas melhorias introduzidas no sistema de transportes ferroviários – configurando assim uma importante mudança do Espaço Social Regional e o aprofundamento do processo de extroversão das suas coletividades locais.

O Vale do Sousa é uma região “com um nível de industrialização elevado”⁹⁹ e “com predomínio de atividades trabalho intensivas e de pequenas e médias empresas”¹⁰⁰, conformando assim “um quadro de especialização muito marcado em atividades de baixo potencial de crescimento e de baixo valor acrescentado, nas quais, no entanto, a região revelou acentuada capacidade de multiplicação das unidades produtivas”¹⁰¹.

As transformações e alterações mais significativas que ocorreram no âmbito do mercado de trabalho, e das suas estruturas produtivas, intensificaram os processos de transformação demográfica e de urbanização, e levaram à penetração dos modos e relações de produção capitalistas nos campos. A integração de Portugal, por volta dos meados da década de 1980, nas relações Europeias teve profundas consequências ao nível da organização económica do país¹⁰²; com os processos de industrialização e terciarização da economia portuguesa a partir de meados de 1970, houve uma

⁹⁹ PINTO, José Madureira e QUEIRÓS, João, *Ir e Voltar – Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977-2007)*, Porto, Edições Afrontamento, 2010, 1ª edição, p. 276

¹⁰⁰ *Ibid.*, p.276.

¹⁰¹ *Ibid.*, p.276.

Nos últimos anos devido à crise económica verificou-se o fecho de algumas empresas e, por consequência, o aumento do desemprego.

¹⁰² A adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986, terá, ao mesmo tempo, contribuído para um intensificação deste movimento de abandono da agricultura portuguesa, ao tornar mais difícil a sobrevivência de explorações pouco rentáveis.

diminuição da mão de obra necessária e, por consequência, um aumento considerável do número de desempregados; em simultâneo, com a perda de importância do sector primário, verificou-se neste período um aumento muito significativo do sector terciário, quer ao nível do valor acrescentado, quer em termos de criação de emprego; e contrariamente à evolução verificada noutros países, onde a redução da importância económica da agricultura foi acompanhada pela modernização do sector, permitindo uma maior libertação de mão-de-obra para outras atividades, no caso português a retração traduziu-se, na maioria, por um mero abandono da atividade nos campos.

A partir do final dos anos de 1970, “de acordo com a informação dos recenseamentos agrícolas, entre 1979 e 1999 o número de explorações agrícolas diminui quase 70% na região do Vale do Sousa e em Penafiel”¹⁰³, esta redução acentuada do número de explorações revela um declínio drástico da atividade nos campos; com a liberalização do mercado agrícola e, consequentemente, a entrada de produtos estrangeiros a preços mais baixos tornaram-se mais evidentes as dificuldades de manutenção das explorações agrícolas da região e de emprego.

Os níveis de rentabilidade na agricultura também ficaram prejudicados pela “condução de uma política agrícola claramente desajustada face à situação particular deste contexto regional, orientada por critérios de produtividade e com incentivos para a retirada de terras, terá atuado no mesmo sentido, reduzindo o incentivo económico associado à manutenção da atividade agrícola”¹⁰⁴.

A intensificação do processo de industrialização registado na região, orientou uma transferência considerável dos ativos com ocupação na agricultura para atividades de natureza industrial. Na verdade, o próprio crescimento industrial da região não pode ser dissociado da oferta abundante de mão-de-obra a baixo custo, decorrente dos elevados índices de vitalidade demográfica nela registados e da pouca escolaridade que se verifica nos habitantes da região.

A análise dos principais sectores empregadores de mão-de-obra nos concelhos do Vale do Sousa sugere a manutenção de uma situação de emprego pouco qualificado, que é comprovado pela leitura das qualificações da população trabalhadora, sendo que:

¹⁰³ PINTO, José Madureira e QUEIRÓS, João, op. cit., p. 145.

¹⁰⁴ *Ibid.*, pp. 146-147.

Castelo de Paiva, estruturalmente, é um concelho de cariz rural, mas procurou desenvolver acessibilidades mais diretas para o litoral e para o grande Porto, de modo a aumentar as unidades industriais de calçado e mobiliário instaladas na zona; Felgueiras tem um papel muito importante na indústria do calçado nacional e, consequentemente, na produtividade e economia da região e do próprio país; Lousada é um município central no Vale do Sousa e é fortemente industrializado, principalmente, pelo sector têxtil e agrícola, sobretudo nos vinhos verdes e nos lacticínios; em Paços de Ferreira há um claro domínio da indústria da madeira e do mobiliário, e ainda da área têxtil e metalomecânica; Paredes tem uma localização muito privilegiada, é um concelho percorrido por rede ferroviária e viárias de rápida ligação ao Porto e aos arredores, e além disso contém a importante ligação da linha do Douro, ligações essenciais para sector do mobiliário e da construção que aqui dominam; por fim, Penafiel é capital histórica do Vale do Sousa e desempenha um papel importantíssimo na articulação do interior/litoral, devido à sua boa localização e acessibilidades, tendo vindo a afirmar-se, nos últimos anos, fundamentalmente, no sector terciário e dos serviços, com a concentração de infraestruturas supramunicipais, como é o caso do Hospital Padre Américo e do aterro sanitário.

Penafiel é um concelho que apresenta uma vitalidade económica e social favorável e, por isso, é valorizado no contexto regional, sendo que, para tal valorização, também contribui a proximidade privilegiada que tem da sede distrital, o Porto. O sector secundário tem um impacto bastante considerável no concelho; é ele que emprega a maior parte da população residente em Penafiel ou nos arredores, com particular destaque para as áreas da construção civil, de extração de granito, da indústria transformadora, têxtil e da produção de vinhos verdes. Nos últimos anos, tem vindo a verificar-se uma crescente terciarização das atividades profissionais da população residente em Penafiel e um decréscimo das atividades relacionadas com o sector primário; com a implementação de máquinas e formas mais rápidas de construir e transformar as matérias-primas, verifica-se um crescimento acentuado, nos últimos anos, do sector terciário no concelho; há cada vez mais empresas a dedicarem-se ao comércio e serviços nas várias freguesias do concelho de Penafiel. Assim sendo, é possível compreender que a partir da segunda metade do século XX a região sofreu uma acentuada transformação socioeconómica, as “transformações envolveram uma mudança nas taxas de actividade, feminização e crescimento da presença jovem activa, tal como um importante movimento de desruralização e um consolidado movimento

de activos em direcção às ocupações profissionais na indústria”¹⁰⁵, apesar desta atividade ser mal remunerada e pouco exigente em relação ao nível escolarização dos seus trabalhadores.

¹⁰⁵ PINTO, José Madureira, op. cit., p. 111.

4.4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

De acordo com vários estudos, de diversas proveniências e objetivos, é de referir a singularidade da questão educacional no Vale do Sousa e o significado que aqui assume a desqualificação escolar.

O Vale do Sousa apresenta-se “como um espaço com um nível de industrialização elevado e com predomínio de atividades trabalho intensivas e de pequenas e médias empresas, configurando assim um quadro de especialização muito marcado em atividades de baixo potencial de crescimento e de baixo valor acrescentado, nas quais, no entanto, a região revelou acentuada capacidade de multiplicação de unidades produtivas”¹⁰⁶, principalmente do sector do calçado e das confecções; contudo, ainda que a sua população seja jovem, haja dinamismo empresarial derivado das indústrias presentes na região e da localização privilegiada, próxima do litoral e dos principais centros urbanos do noroeste português, os concelhos do Vale do Sousa caracterizam-se por deterem populações com baixos níveis de escolaridade, associadas às taxas pouco intensivas de formação e à baixa percentagem de população residente jovem a frequentar a escola, e evidenciam as dificuldades de desenvolvimento cultural, económico e social da região.

As carências nas infraestruturas educativas persistiram até muito tarde, mais concretamente até ao final do século XX. A rede escolar não era suficiente para servir toda a população e a oferta formativa era fraca em termos de diversidade, e além disso a mentalidade dos agregados familiares incentivava a que muito cedo os mais novos deixassem a escola para se iniciarem numa atividade profissional, onde os próprios empregadores pouco requeriam no que toca ao nível educacional dos seus trabalhadores.

As indústrias, principais empregadoras na região, assentavam os seus critérios em mão-de-obra barata e pouco qualificada, ao ponto de não excluir o recurso ao trabalho infantil. O modelo industrial continua a prevalecer na região, continua a apelar a uma formação pouco qualificada, de modo a justificar os baixos salários, e a uma relação mais ou menos intensa com a agricultura local.

¹⁰⁶ PINTO, José Madureira e QUEIRÓS, João, op. cit., p. 276

No entanto nos últimos anos, devido à crise económica verificou-se o fecho de algumas empresas e por consequência o aumento do desemprego.

	Sem Es- colaridade	Ensino Pré-esco- lar	Ensino Básico	Ensino Se- cundário	Ensino Pós Se- cundário	Ensino Superior	Taxa de Anal- fabetismo
Vale do Sousa	28 370	8 452	229 743	43 926	1 827	25 326	4,86 %
Castelo de Paiva	1 391	401	11 678	2 076	111	1 076	5,66 %
Felgueiras	4 918	1 206	39 452	7 811	331	4 347	5,06 %
Paços de Ferreira	4 504	1 372	39 458	6 764	256	3 986	3,78 %
Paredes	7 112	2 391	58 458	11 455	529	6 909	4,18 %
Penafiel	6 267	1 859	47 980	9 966	374	5 819	5,42 %
Lousada	4 178	1 223	32 717	5 854	226	3 189	5,07 %

Nível de Escolaridade e Analfabetismo da População (sem distinção de género).

Obtenção de dados nos Censos 2011 da região Norte

No que diz respeito ao grau de instrução dos residentes no Vale do Sousa, em 2011, 68% possuía o ensino básico, que inclui o 1º, 2º e 3º ciclos de ensino, e 8,4% não detinha qualquer tipo de ensino. Só 13% da população possuía o ensino secundário completo. E, somente, 0,5% e 7,5% da população residente possuía o ensino pós-secundário e o ensino superior, respetivamente. A taxa de analfabetismo era, em média, de 4,86%.

4.5. EMIGRAÇÃO E RETORNO - CARATERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS¹⁰⁷

Após a 2ª guerra mundial, com a recuperação da Europa, e o 25 de Abril de 1974, em Portugal, as distâncias começam a encurtar-se, porque as deslocações tornam-se mais rápidas e o tempo de viagem diminuiu; desta forma, a exportação de alguns produtos ficou mais facilitada, como é o caso do granito da região de Penafiel e outros caraterísticos dos diversos concelhos da região, bem como fomentou os movimentos migratórios dos trabalhadores e das famílias que partiram à procura de melhores condições de trabalho e de vida.

Os processos de transformação demográficos e de urbanização, o aumento e introdução de novas relações de produção capitalistas nos campos fizeram com que se verificasse uma grande alteração da situação económica dos habitantes naturais da região, as atividades agrícolas não têm a importância que tiveram noutros tempos, chegou a existir um cenário de sobrepovoamento associado à acumulação da atividade agrícola a título complementar da função profissional que exerciam, os trabalhos não remunerados também deixaram de ter lugar. Agora as principais tendências são os movimentos pendulares das classes trabalhadoras, o aumento da distância das deslocações e o envelhecimento da população ativa.

¹⁰⁷ Entende-se por movimentos migratórios a deslocação da população de uma determinada área para outra, com objetivo de fixação temporária ou definitiva. Já o saldo migratório expressa a diferença da população que entra e sai de uma determinada localização.

	Variação Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou +
Vale do Sousa					
Castelo de Paiva	- 3,49	- 18,93	- 23,56	3,79	14,75
Felgueiras	0,82	- 22,24	- 14,48	9,62	33,82
Paços de Ferreira	6,33	- 10,12	- 10,03	12,63	38,78
Paredes	4,17	- 8,25	- 19,97	11,68	34,57
Penafiel	0,65	- 16,10	- 19,30	9,71	21,87
Lousada	5,98	- 12,30	- 11,33	15,30	29,74

Variação da População Residente entre 2001 e 2011 (%).

Obtenção de dados nos Censos 2011 da região Norte

Nem o saldo migratório, nem a população estrangeira são muito relevantes no quantitativo da população residente nas Terras do Sousa, visto que na amostra realizada pelos censos de 2011 em comparação com os de 2001 revela que o número de habitantes não sofreu grandes alterações no que respeita à população ativa.

Em conclusão, é de salientar o progressivo envelhecimento da população em toda a região do Vale do Sousa, porque “a progressiva mercantilização da actividade económica, num contexto de maior liberalização e de abertura ao mercado estrangeiro, tornaram mais difíceis as condições de sobrevivência da agricultura tradicional característica da região. Num quadro marcado pela crescente entrada de produtos alimentares a baixo custo vindos do estrangeiro, a tradicional função das áreas envolventes dos grandes centros urbanos como fornecedoras de bens alimentares e matérias-primas a baixo custo perdeu a sua razão de ser”¹⁰⁸. A diminuição da atividade agrícola conduziu à libertação de mão de obra para outras atividades e para outros lugares, grande parte dos ativos de Penafiel estão nesta situação e, agora, exerce uma profissão fora do local de residência ou então engrossa o elevado número de migrações pendulares por motivo de trabalho.

¹⁰⁸ PINTO, José Madureira e QUEIRÓS, João, op. cit., p. 162.

	Total	Taxa de Atividade H / M	Taxa de Atividade H	Taxa de Atividade M
Vale do Sousa				
Castelo de Paiva	7 421	44,35 %	52,75 %	36,31 %
Felgueiras	29 795	51,35 %	55,53 %	47,36 %
Paços de Ferreira	29 075	51,61 %	56,81 %	46,43 %
Paredes	43 272	49,82 %	55,93 %	43,96 %
Penafiel	34 228	47,36 %	54,17 %	40,90 %
Lousada	23 995	50,64 %	55,72 %	45,81 %

População Economicamente Ativa, segundo o Sexo.

Obtenção de dados nos Censos 2011 da região Norte

	Total	Taxa de Desempregados H / M	Taxa de Desempregados H	Taxa de Desempregados M
Vale do Sousa				
Castelo de Paiva	1 271	17,13 %	12,39 %	23,71 %
Felgueiras	3 079	10,33 %	9,80 %	10,92 %
Paços de Ferreira	4 155	14,29 %	13,98 %	14,67 %
Paredes	6 707	15,50 %	13,44 %	18,01 %
Penafiel	4 237	12,38 %	10,59 %	14,63 %
Lousada	3 178	13,24 %	11,96 %	14,73 %

População Desempregada, segundo o Sexo.

Obtenção de dados nos Censos 2011 da região Norte

Para o aumento da taxa de desemprego terá contribuído, provavelmente, a intensificação da componente industrial nos trabalhos que outrora eram realizados somente pelo homem e a terciarização da economia. A perda da importância do sector primário em detrimento do terciário fez diminuir a criação de emprego.

Ao contrário do que aconteceu noutros países, onde a redução da importância económica da agricultura acompanhou a evolução tecnológica, em Portugal permitiu a libertação da mão-de-obra para outras atividades e os progressos que ocorreram na agricultura resultaram no abandono dos campos e da atividade agrícola. O abandono continuado das terras em Portugal, possivelmente, deveu-se à reduzida rentabilidade económica, ao trabalho pouco instruído e bastante envelhecido, e à reduzida área cultivada que resultava em baixos níveis de produtividade e por consequência em pouca rentabilidade económica.

4.6. ACESSIBILIDADE, TRANSPORTES E MOBILIDADE

As acessibilidades ao Vale do Sousa colocam-no numa situação privilegiada, embora seja de salientar que não existe nenhuma rede viária principal que ligue o Norte ao Sul da região, pois o Vale do Sousa é cortado transversalmente pela autoestrada A4 e pela rede ferroviária Linha do Douro. A nível fluvial, é de salientar a navegabilidade do Douro e a consequente importância do porto de Sardoura em Castelo de Paiva.

No município de Penafiel estão localizados grande parte dos equipamentos de maior importância não só para o município mas também para a região do Vale do Sousa, pois determinadas funcionalidades institucionais supramunicipais, por exemplo o Hospital Padre Américo que cobre os concelhos do Tâmega e do Sousa, localizam-se nesta cidade.

Associados “à malha dispersa e irregular da rede viária”¹⁰⁹ existem inúmeros pequenos povoados “que também desempenham funções relevantes no contexto das 38 freguesias”¹¹⁰, agora 28 com a associação de freguesias realizada em 2012¹¹¹. É um concelho que tem associado “inúmeros equipamentos, a espaços urbanos e, simultaneamente, apresentam uma orografia complexa face a elevados relevos montanhosos e variadas linhas de água”¹¹². Além disso, a posição privilegiada que tem num contexto mais alargado, o facto de estar a 15 minutos da cidade do Porto, de apresentar um património arquitetónico e natural característico da região tem vindo a ser mais procurado para local de residência e de descanso; desta forma, verificou-se o aparecimento de mais serviços e equipamentos, e para evitar o crescimento desmedido é necessário aplicar “medidas estratégicas na definição da qualificação dos espaços urbanos, em particular, envolventes às habitações e aos equipamentos localizados”¹¹³ na área do concelho.

¹⁰⁹ Programas de promoção da acessibilidade, Câmara Municipal de Penafiel, Acedido em 22/08/2017, em: <http://www.cm-penafiel.pt/pt-pt/servicos-municipais/mobilidade/programas-de-promocao-da-acessibilidade.aspx>

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ A Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial ao nível das autarquias.

No caso de Penafiel, tratou-se da fusão de Guilhufe e Urrô, de Lagares e Figueira, de Luzim e Vila Cova, de Penafiel, Marecos, Milhundos, Novelas, Santa Marta e Santiago de Subarrifana, e de Termas de São Vicente, Paredes, Pinheiro e Portela.

¹¹² Programas de promoção da acessibilidade, Câmara Municipal de Penafiel, Acedido em 22/08/2017, em: <http://www.cm-penafiel.pt/pt-pt/servicos-municipais/mobilidade/programas-de-promocao-da-acessibilidade.aspx>

¹¹³ *Ibid.*



20.

20. Cartografia da Rede Viária Capilar - Arco Metropolitano do Porto

BISPO, Cristina Leite da Silva, A territorialização do Urbano e a sua representação, FAUP: Prova Final para Licenciatura em Arquitetura 2007/2008, p. 96

No que diz respeito a acessibilidades, o município de Penafiel encontra-se numa posição privilegiada e acessível por um conjunto de vias que estabelecem importantes relações interurbanas, como é o caso do Itinerário Principal (IP) 4, que liga a região do Porto a Quintanilha e tem características de autoestrada (A4) até Amarante, da A11 e das Estradas Nacionais (EN) 15, 106 e 312, não esquecendo a ligação prevista do Itinerário Complementar (IC) 35, que visa a ligação de Penafiel/IP4 a Sever do Vouga/IP5.

A norte do concelho surge ainda a A11 que possibilita a ligação de Penafiel a Braga, com passagem por Guimarães, e a variante EN106.

A estrada nacional 15 complementa a ligação do município ao Porto e a Bragança; a EN106 de Vizela a Entre-os-Rios, com acesso à EN320, que liga o norte do concelho a Lousada e a sul ao Marco de Canaveses; a EN593 inicia-se no centro de Penafiel e liga até à estrada nacional nº106-3, que une o centro urbano de Paço de Sousa a Paredes.

A Estrada nacional 106 (EN106) atravessa o centro da cidade de Penafiel, engloba os Paços do Concelho, as Finanças, o Mercado, a loja do cidadão, os serviços técnicos da autarquia, os correios e, ainda hoje, é a principal ligação deste aglomerado urbano a Entre-os-Rios e à antiga estrada nacional que ligava o Porto a Vila Real. Ao longo deste eixo, “existem hoje os maiores equipamentos de utilização pública quer governamentais (poder central e local) quer privados de utilização pública”¹¹⁴, a maior centralidade comercial ao ar livre da região do Vale do Sousa, um conjunto de monumentos de forte atração turística, como é o caso do Santuário do Sameiro e do maior museu do Vale do Sousa, um dos últimos projetos do arquiteto Fernando Távora e concluído pelo seu filho José Bernardo Távora, equipamentos escolares, culturais, serviços e habitação.

A rede ferroviária tem grande importância no concelho, visto que faz parte da linha do Douro e dá acesso a outras linhas ferroviárias. Esta rede é composta por três ligações, sendo que a estação de caminho-de-ferro de Penafiel fica situada na freguesia de Novelas e conta com paragens em Irivo e Bustelo. A rede de transportes públicos, autocarros e táxis, vem complementar as ligações existentes e facilitar a deslocação das pessoas dentro do concelho e para os arredores. É pertinente a adoção de medidas estratégicas de acessibilidades a um território concreto, que detete os problemas existentes, estude soluções e proponha medidas específicas em prol do acesso a toda a cidade e áreas periféricas.

¹¹⁴ Programas de promoção da acessibilidade, Câmara Municipal de Penafiel, Acedido em 22/08/2017, em: <http://www.cm-penafiel.pt/pt-pt/servicos-municipais/mobilidade/programas-de-promocao-da-acessibilidade.aspx>

5. SÍNTESE

Ainda que lentamente verificados, os progressos da atividade industrial e da urbanização em Portugal e, bem mais tarde, as dinâmicas de transformação social induzidas pelo 25 de Abril de 1974 contribuíram para uma acentuada alteração dos modos de vida das populações rurais e camponesas do país. A primeira grande transformação que ocorreu disse respeito ao trabalho, tratou-se de um movimento de separação e especialização dos espaços: os locais de trabalho deixaram de ser os da vida doméstica, ou seja, o mundo do trabalho deixou de ser regido por normas de carácter privado e passou a ser regido por contratos coletivos, principalmente nas áreas laborais ligadas à indústria. O desagrado da população por causa das más condições de vida que levavam no campo era elevado e muitos foram aqueles que, por isso, partiram para o estrangeiro ou para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Contudo, devido ao baixo nível de escolaridade da população, muitos só conseguiam arranjar trabalho na atividade industrial ou em trabalhos precários e de baixa remuneração. O sustento económico destas famílias era reduzido e, por isso, muitos trabalhadores e as suas famílias optaram por residir mais perto do seu local de trabalho originando assim movimentos de saída populacional das Terras do Sousa. Não obstante, foram muitos os habitantes que permaneceram, ainda que em configurações espaciais cada vez mais compósitas. Com efeito, esta situação proporcionou conurbações entre as cidades e fez com que a população se fosse fixando entre elas, no que diz respeito à habitação e emprego, misturando padrões de urbanização e densificando linearmente as estradas nacionais e municipais que articulam as regiões; surgiram também novos núcleos e vão-se densificando os povoamentos rurais historicamente dispersos pelos vales e encostas.

Hoje em dia, com o desenvolvimento das acessibilidades e dos transportes já é possível percorrer distâncias maiores em menos tempo, assim assiste-se ao repovoamento de algumas aldeias nos arredores das grandes cidades, por exemplo, há um número significativo de pessoas a trabalhar no Centro Metropolitano do Porto e a residir nos arredores.

Através da análise sociodemográfica realizada é possível constatar que, atualmente, o desemprego de longa duração é uma tendência que tem aumentado, afeta principalmente as pessoas com baixo nível de formação e é uma consequência direta da crise económica que afetou os principais sectores económicos da região. A população mais jovem e

escolarizada tende a sair da área de residência atraída por melhores condições de vida e de emprego quer no estrangeiro quer noutras áreas do país. Também por isso o nível da escolarização da população que habita este território é inferior à media nacional e este pode ser um quadro explicativo para alguns dos problemas sociais que mais afetam os concelhos que compõem o Vale do Sousa, tais como a desestruturação das famílias, possivelmente devido à emigração de alguns dos seus elementos, a falta de apoio a idosos, o nível de pobreza elevado em alguns locais, a quebra da natalidade, entre outros. A rede de serviços de saúde e apoio social também é restrita e de difícil acesso para muitos utentes, visto que muita da população, essencialmente mais idosa, encontra-se em maior isolamento físico e social nas aldeias.

Face à tendência dominante de crescimento das grandes metrópoles, enfatizou-se também a importância das cidades médias enquanto aglomerados importantes na estrutura do sistema urbano nacional, iniciaram-se algumas estratégias intercidades e intermunicípios. A curta distância da região do Vale do Sousa à cidade do Porto, à Galiza e ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro permite a valorização e o desenvolvimento das principais atividades económicas da região, pois permite a exportação de produtos produzidos na região, como é o caso dos produtos agrícolas, têxteis e de calçado, e, no sentido inverso, a entrada de turistas. O seu património histórico e cultural, em especial a Rota do Românico, o Caminho de Santiago e o património Castrejo (Castro de Monte Mouzinho), bem como um conjunto diverso de valores patrimoniais de arquitetura civil, potenciam o turismo na região. Outras das mais valias da região são os valores paisagísticos relacionados com as suas características naturais, como é o caso do Rio Douro e a Bacia Hidrográfica do Sousa, e ainda a biodiversidade que apresenta.

Nos últimos tempos tem-se verificado uma reestruturação de explorações agrícolas, o aumento da área de produção, especialização em determinados produtos, incentivo a novos agricultores entre a população mais jovem, investimento em novos produtos vinícolas, hortícolas, frutícolas e o desenvolvimento da agricultura biológica; desta forma, a crescente valorização da agricultura é capaz de gerar emprego, rendimento e contribuir para a fixação de mais população na região; sendo essencial o incentivo à comercialização dos produtos e alargamento da escala de venda dos mesmos. As condições climatéricas favoráveis para a produção de bens alimentares é um dos pontos fortes para o sucesso e expansão da atividade agrícola na região, com consequentes vantagens comerciais junto do norte e centro da Europa.

Atualmente, Penafiel continua a ser um dos concelhos do Vale do Sousa com maior área agrícola, no entanto estas áreas verdes têm um uso diferente daquele que outrora tiveram. Neste enquadramento efetuou-se uma análise sistematizada das características da ruralidade e das condições de vida da população que antecedeu esta nova condição urbano-rural e que agora permitem compreender as transformações que estão a acontecer no território em estudo.

PARTE III
A HABITAÇÃO RURAL: TENDÊNCIAS RECENTES E ELEMENTOS
FUNDAMENTAIS PARA A SUA ANÁLISE

1. INTRODUÇÃO

A habitação pode ser compreendida como um programa heurístico para perceber e revelar as estruturas das sociedades; assim sendo, procurou-se compreender os processos de recomposição da habitação rural no concelho de Penafiel e atentar nas novas estratégias de organização da estrutura da casa. Com recurso a informações provenientes de consulta de arquivos oficiais, de análise de bibliografia pertinente e de observação de terreno, tornou-se pertinente entender os modos de apropriação que estas habitações tiveram antes das transformações sociais e territoriais referidas e o quadro de recomposições a que estiveram sujeitas.

Até aos anos 70 do século XX, um grande contraste separava lares burgueses e lares populares. Enquanto nos primeiros havia muito espaço: salas de visitas, uma cozinha e os seus anexos para a cozinheira e as criadas, um quarto para cada um dos membros da família e mais algumas dependências; a entrada, os corredores e a estratificação dos pisos asseguravam a independência dos diferentes espaços. A estas grandes casas opunham-se as habitações populares onde viviam os camponeses e se amontoavam nas duas ou três divisões que compunham o espaço de habitar.

Segundo Philippe Ariès e Georges Duby, a disposição da casa europeia tal como a conhecemos é recente, até ao século XVIII as casas populares não tinham funções fixas, os espaços de descanso misturavam-se com os espaços de convívio e refeições. Ao longo do tempo, os progressos foram acontecendo e as mudanças foram se sucedendo, quer ao nível da quantidade quer da qualidade dos espaços e das condições de vida das coletividades. Com o aumento demográfico, o número de elementos do agregado familiar também aumentou, o que fez estruturar o espaço habitacional de uma outra forma. Foi necessário criar mais espaço para viver em casa, por um lado o número de divisões aumentou e por outro ocorreu a especialização funcional das mesmas. Surgiu então uma nova configuração do espaço doméstico, pelo menos para o povo, assim as habitações populares e rurais ganham uma nova imagem e a vida de cada indivíduo autonomizou-se relativamente no seio familiar.

Tal como as vivências das pessoas se alteram também a paisagem se modifica e absorve os novos modos de vida de quem nela habita. Para clarificar algumas das transformações ocorridas no concelho de Penafiel optou-se por estudar a aldeia de Quintandona, em Lagares, porque se trata da recuperação de um aglomerado onde as características regionais não foram desconsideradas.

É de recordar que os principais propósitos desta dissertação assentam no estudo dos modos de vida das colectividades rurais do Vale do Sousa e dos caminhos que estão a ser seguidos em matéria de reabilitação das habitações rurais.

A partir da experiência vivenciada no território, como se pode verificar no anexo desta dissertação, de visitas a contextos habitacionais da região, de leituras relacionadas com o tema e à luz dos processos anteriormente descritos sobre a estratificação das sociedades camponesas apresentar-se-ão, nesta parte do trabalho, os dois modelos de habitação mais frequentes e com características comuns de lugar para lugar e de coletividade para coletividade – Casa Senhorial e Quinta Camponesa. No decorrer da apresentação deste tema são enunciadas as características arquitetónicas destas habitações e a articulação dos espaços que as constituem. O esforço inicialmente feito para entender as vivências do mundo rural tradicional e compreender a sua evolução foi crucial para identificar as tendências habitacionais existentes na região; a partir daí, iniciou-se o estudo territorial para perceber o modo como estão a ser transformadas e reabilitadas essas habitações. Importa realçar que a sua apropriação é diferente da que teve outrora, deriva de variados fatores socioeconómicos, mas as questões arquitetónicas, históricas e culturais de cada lugar devem ser tidas em conta quando se trata de intervir na paisagem e no edificado existente.

Portanto, além das transformações conjuntas de aglomerados, como é o caso de Quintandona, deve prestar-se uma especial atenção às recomposições de habitações individuais. Estas reabilitações são as mais comuns e, por vezes, podem pôr em causa os princípios e as tendências originais de tipos habitacionais mais elementares, como os que são relativos à Casa Senhorial e à Quinta Camponesa. Nesta parte da dissertação pretende-se analisar as lógicas de transformação arquitectónica destes tipos de habitação, de modo a que possa ser respeitada a identidade da região sem que se perca de vista a adequação destes espaços aos novos tempos e às necessidades das pessoas.

2. (RE)NASCIMENTO DO RURAL

*“Nas últimas décadas, passo a passo – como fizeram os Berlinenses -, redescobrimos a qualidade da arquitectura da cidade antiga ao mesmo tempo que observamos, atónitos, a falência das teses, mais ou menos científicas, que projetavam as cidades de um admirável mundo novo, iluminado pela racionalidade das leis da ciência e alimentado por uma inabalável fé na técnica e no progresso. Nos nossos dias, na maior parte dos países conserva-se e reabilita-se mais do que se constrói de novo. Assim, para muitos de nós ‘as cidades do futuro já existem hoje’.”*¹¹⁵

Em Portugal, assiste-se a um aumento da sensibilização pela conservação do património construído, para além dos monumentos, é necessário salvaguardar a memória das cidades, reabilitar as fábricas e arquiteturas domésticas, cheias de histórias e significado, dando-lhes um novo uso e vitalidade. “As cidades do futuro já existem hoje”¹¹⁶, porque é necessário reabilitar os edifícios construídos, olhar para o passado afim de compreender o que foi feito, evitar calamidades anteriormente cometidas e melhorar a qualidade dos espaços e do urbanismo.

Atualmente, na maior parte dos países ocidentais já se reabilita mais do que se constrói, porque nas cidades existe um maior número de equipamentos e habitações do que é realmente necessário. No entanto, é quase um contrassenso perceber que num dos poucos países europeus que não sofreu destruições com a II Guerra Mundial, e possuidor de um património único, o estado de conservação dos edifícios seja bastante precário e com um futuro comprometido por alterações incontroladas ou tardias; a maior parte das pessoas prefere o novo em detrimento do antigo e o litoral ao invés do interior, contribuindo desta forma para a degradação de muito património existente em Portugal¹¹⁷.

A degradação do património arquitetónico rural deve-se, fundamentalmente, à antiguidade dos edifícios, à qualidade dos materiais de construção, à desagregação da tradicional economia agrícola, expressa no abandono dos campos e na procura de melhores condições de vida dos seus habitantes noutras cidades ou mesmo no estrangeiro, pela falta de desenvolvimento das indústrias e revitalização da atividade

¹¹⁵ AGUIAR, José, artigo Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português publicado na Revista Sociedade e Território – (Sub) urbanismo e modos de vida - nº 21, p. 24.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 24.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 26.

agrícola. Quanto aos camponeses que permaneceram na região são pessoas com uma faixa etária mais elevada, que continuaram a viver na habitação onde sempre viveram, ainda que com poucas condições de habitabilidade. Algumas destas habitações foram adquiridas a baixo preço aos seus senhorios, na altura em que estes começaram a aperceber-se da decadência da atividade agrícola; outras habitações são alugadas e têm rendas muito baixas, o que não permite aos proprietários fazer grandes intervenções nessas casas. Outras pessoas, inclusive as que chegam de fora, continuam a preferir o novo em vez de reconstruir o antigo, porque reconstruir pode sair mais caro do que construir de novo; assim preferem recorrer a novas ideias e a materiais recentes. Para a população em geral, as transformações que vão ocorrendo nas habitações populares apenas significam traços de modernidade incorporados na arquitetura rural. No entanto, existem casos em que é possível garantir conforto e comodidade sem criar descontextualização perante o meio. Desta forma, neste estudo realiza-se um esforço para compreender a origem e a evolução da arquitetura de matriz rural no concelho de Penafiel, para compreender os fatores que estão diretamente relacionados com a transformação territorial aqui em curso. Esta análise deve ser feita a uma escala aproximada, pois as Terras do Sousa têm características bastante diferentes de concelho para concelho. Optou-se, deste modo, por fazer um estudo ao longo de Penafiel, elegendo as transformações em curso na casa senhorial e na casa camponesa como quadro de leitura de referência para o estudo de uma arquitetura singular e com grande potencial de desenvolvimento.

3. CASA SENHORIAL

O território em estudo é bastante diverso e durante a Época Moderna houve uma reformulação das casas senhoriais, e edificaram-se outras, onde se conjugaram espaços de recreio e produção vinícola; ainda hoje, muitas dessas casas continuam ligadas à produção de vinho, em especial do vinho verde que é muito caraterístico na região. As casas senhoriais com os seus grandes jardins e campos de trabalho, “comportam espaços de residência de grande qualidade dentro da arquitetura da casa nobre dos séculos XVII e XVIII”¹¹⁸, têm mantido a sua lógica organizativa dos espaços e a sua estrutura, que se caracteriza por construções simples e racionais no seu programa ou por construções com grande aparato, que em comum têm o uso da pedra de armas de família e a edificação de uma capela; este cuidado arquitetónico não era exclusivo do edificado, estendia-se aos jardins, fontes, pátios e outros componentes de lazer e produção.

3.1. CARATERIZAÇÃO

Entre os séculos X e XIV, distribuídos ao longo do país, existiam várias casas nobres e solares, mas com maior presença na região Entre Douro e Minho; no entanto, parte desta arquitetura residencial encontra-se em mau estado de preservação, ainda que não seja completamente assertiva, a razão mais admissível depreende-se com a própria estrutura do edifício e a fragilidade dos materiais usados na sua construção, como é o caso da madeira usada nos pavimentos e nos tetos ou dos azulejos que revestem as paredes. Maioritariamente os edifícios que sobreviveram foram construídos a partir do século XV¹¹⁹.

Entre as habitações estudadas, que conseguiram resistir ao tempo e ao homem, foram selecionadas algumas construídas durante a Idade Média e que mais tarde foram adquiridas por famílias nobres da região.

“Sendo a diversidade uma das principais características deste território, assistimos durante toda a Época Moderna a uma reforma dos espaços monásticos, a edificação

¹¹⁸ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, MOREIRA DA ROCHA, Manuel Joaquim, SANTOS, Diana, BARROS, Márcia Santos, op. cit., p. 64.

¹¹⁹ MOREIRA, Telma Alexandra, *Itinerário das Casas Nobres do Porto-Investigação e Empreendedorismo na criação de uma Aplicação Móvel*, Vol. I, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017, p. 37.

*de novas casas senhoriais em quintas, aliadas a estruturas dedicadas ao recreio e à produção agrícola (...) criam áreas contínuas de paisagem, como portam espaços de residência de grande qualidade dentro da arquitectura da casa nobre dos séculos XVII e XVIII. A tipologia de casa nobre em Portugal ilustra, na maior parte dos casos, o poder e a identidade aristocrática da região (...)*¹²⁰.

É ao longo do século XVII e princípios do século XVIII que a construção de casas nobres adquire um crescimento mais acelerado, principalmente pelo prestígio que dava a uma família possuir uma habitação deste teor. A posse de terras sempre fez parte das preocupações do homem, por ser através da sua extensão que se pode avaliar a sua riqueza e o seu poder.

Dentro da tipologia de casa senhorial é possível perceber que nem todas foram construídas na mesma altura e têm utilizações originais diversas, a passagem do tempo é notória entre uma residência do século XVI e outra do século XVII ou XVIII, porque possuem características diferentes – sendo que com o tempo a classe senhorial começou a ficar mais disposta a fazer apropriações e assimilações culturais que transformaram por completo a imagem original dos espaços habitacionais; por exemplo a partir do século XVI começa a ser recorrente a incorporação de capelas dentro das imediações da propriedade, nos séculos seguintes essas construções tornam-se generalizadas, são feitos acrescentos às casas que deixam transparecer a diferença de época em que foram construídos e através da pedra de armas pode ser possível fazer um estudo heráldico sobre a família e época em que a casa foi edificada.

A casa funciona como espelho do modo de vida de quem a habita, sendo que todos os elementos e componentes da casa são necessários e estão de acordo com as necessidades dos seus proprietários. Para compreender estas arquiteturas é necessário olhar para elas enquanto testemunhas de uma organização social bem estabelecida. Só a partir de determinada altura passaram a conviver vários estratos sociais na mesma casa, nomeadamente a família proprietária e os criados, por isso as casas começavam a demonstrar a estratificação social existente.

¹²⁰ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, MOREIRA DA ROCHA, Manuel Joaquim, SANTOS, Diana, BARROS, Márcia Santos, op. cit., p. 64.

Na Época Moderna as hierarquias sociais estão muito bem vincadas e na sociedade dos séculos XVI ao XVIII a estratificação está muito bem regulada¹²¹.

A partir do século XVI, começa a surgir a “segunda casa”, por um lado existia uma casa na cidade, uma vez que era no espaço urbano que tinham lugar os grandes acontecimentos e, por outro lado, começavam a construir-se segundas casas de ocupação sazonal. Esta “segunda casa” ficava no seio das propriedades fundiárias, porque uma das características da nobreza era a posse de terras de exploração agrícola, por isso vão surgir, assim, associadas aos meios rurais. Importa lembrar que primariamente o único indivíduo que possuía mais de uma casa era o rei, no entanto, chegada a Idade Média, este conceito de “segunda casa” vai-se estender até às elites aristocráticas, evoluindo, posteriormente, para a alta burguesia e burguesia¹²².

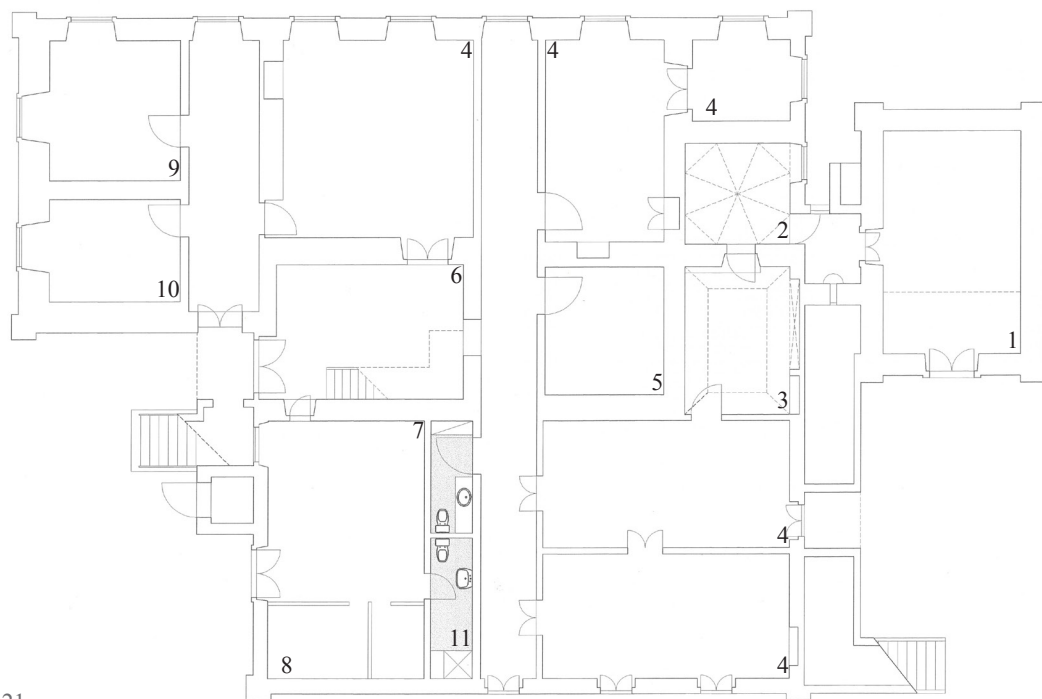
Com o surto expansionista que ocorreu no século XVIII¹²³, os modos de vida voltaram a alterar-se, o que fez com que a habitação senhorial se alterasse também durante a segunda metade do século. O número de elementos do agregado familiar aumentou e isso refletiu-se nas dimensões das próprias casas senhoriais.

¹²¹ A partir das visitas e do registo fotográfico efetuado é possível verificar que as casas senhoriais do Vale do Sousa são hierarquizadas. Nos pisos superiores ficavam os patrões, era o piso habitacional, enquanto no piso inferior ficavam os criados e as zonas mais técnicas da casa.

¹²² MOREIRA, Telma Alexandra, op. cit., p. 37.

¹²³ *Ibid.*, p.38.

3.2. CASA DA COMPANHIA, PAÇO DE SOUSA



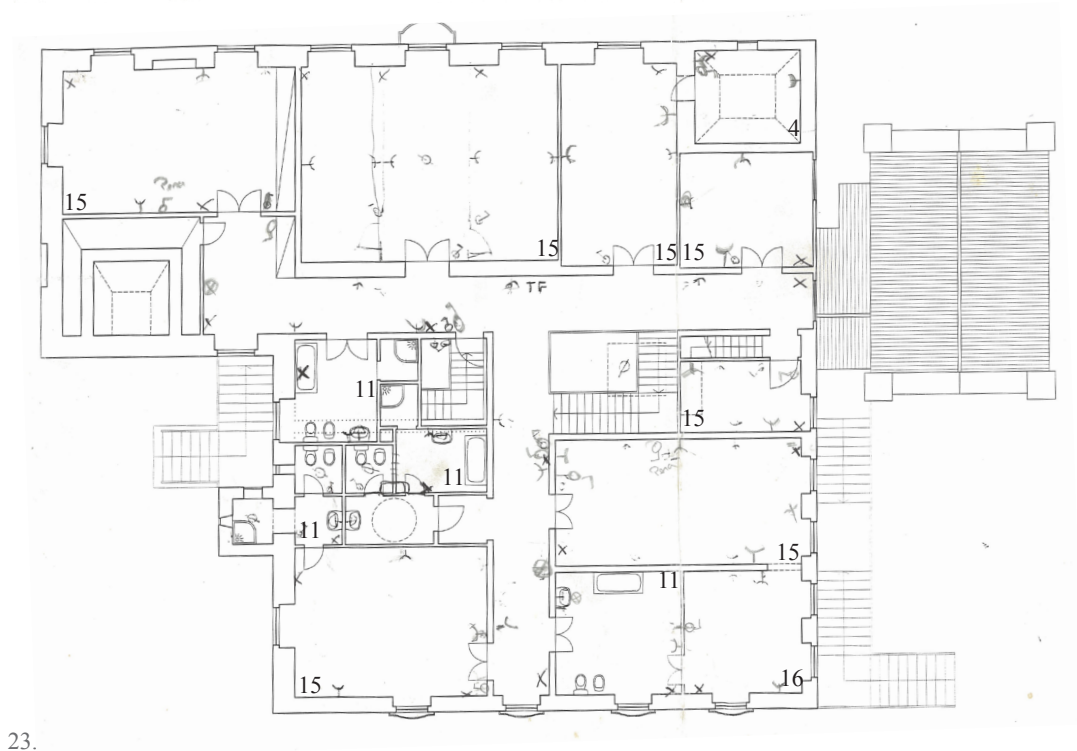
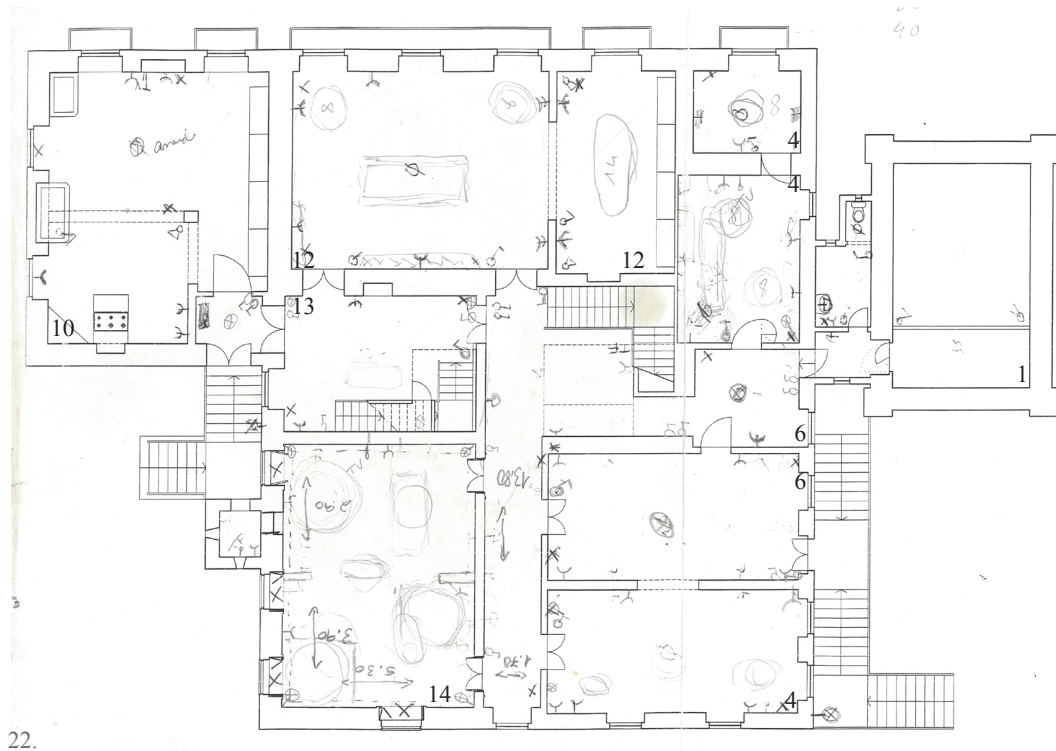
21.

21. Planta da habitação Casa da Companhia. Piso 0.

Cedida pela proprietária.

Planta sem escala.

Legenda: 1 - Capela; 2 - Sacristia; 3 - Entrada; 4 - Sala(s); 5 - Garrafeira; 6 - Hall; 7 - Casa das máquinas; 8 - Despensa; 9 - Arrumos; 10 - Cozinha; 11 - Sanitários.



22. Planta da habitação - Casa da Companhia. Piso 1.

Cedida pela proprietária

Planta sem escala.

Legenda: 1 - Capela (coro); 4 - Sala; 6 - Hall; 10 - Cozinha; 12 - Sala de jantar; 13 - Copa; 14 - Biblioteca.

23. Planta da habitação - Casa da Companhia. Piso 2.

Cedida pela proprietária

Planta sem escala.

Legenda: 4 - Sala; 11 - Sanitários; 15 - Quarto; 16 - Quarto de vestir.



24.



25.

24. Percurso de entrada até à Casa da Companhia

Foto da autora (2017/12/01)

25. Fachada principal da Casa da Companhia

Foto da autora (2017/12/01)

O acesso à Casa da Companhia, em Paço de Sousa, faz-se através de um portão recortado, acompanhado de pináculos e coroado por uma pedra de armas; após um percurso ladeado por antigas cavaliariças, anexos e jardins (fig. 24) encontra-se a habitação com proporção imponente (fig. 25); a fachada principal é composta por três pisos e por uma série de vãos simétricos. Esta fachada deixa transparecer duas linguagens, supõe-se que foi construída em momentos distintos, possivelmente houve um acrescento à esquerda, no século XIX, e isso pode justificar a diferença entre uma zona mais nobre e outra mais despojada. A parte da habitação menos decorada, de paredes muito espessas em pedra e com ligação à capela, poderá ser a memória dos padres Jesuítas nesta casa.

A fachada é enquadrada por um pátio com jardins, fontes, lagos, ou seja, espaços para o lazer da família, os quais enobrecem a propriedade. Sendo a casa nobre uma afirmação social do seu proprietário, no que diz respeito à casa rural, esta função é acentuada no elemento que contacta com a esfera pública, a portada nobre. Tal como a fachada, a portada nobre é o primeiro elemento de introdução da habitação e da família aos convidados e o elemento visível do exterior da propriedade, que expressa o estatuto social e económico da família proprietária.

A Casa da Companhia, construída a partir do século XVI¹²⁴, deve a sua designação à ordem religiosa Companhia de Jesus (Jesuítas) que habitava no Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa.

Quando, em 1535, o Cardeal D. Henrique, futuro regente e rei, se tornou abade-comendatário desta casa religiosa e no contexto da reforma dos Mosteiros Beneditinos (o papa Pio V ordenou que todas as casas que não pudessem ser reformadas fossem entregues a outras ordens religiosas), o Mosteiro de Paço de Sousa foi cedido à Companhia de Jesus, ou melhor ao Colégio do Espírito Santo em Évora, em 1570; no entanto, com as reivindicações dos Beneditinos, em 1578, o Papa Gregório XIII viu-se forçado a anular a ordenação do Papa Pio V e, assim, à Companhia de Jesus apenas concedia a mesa abacial e aos Beneditinos a posse do Mosteiro e a renda da

¹²⁴ “Perto do mosteiro, seria então erguida em 1581, uma residência e seus celeiros, servindo de morada aos padres jesuítas que recolhiam as rendas da mesa abacial e administravam os coutos que lhe couberam.”

CARDOSO, Vilma, O Morgado de Paço de Sousa: da administração de Pedro Leite Pereira de Melo à organização documental do arquivo da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada, I Seminário Penafiel e Penafidelenses na História, Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, 29 de Outubro de 2016.

mesa abacial¹²⁵.

Por este motivo, uma vez que os religiosos Beneditinos possuíam as instalações conventuais, os Jesuítas foram forçados a construir uma residência religiosa com celeiro, que hoje corresponde à Casa da Companhia, nos terrenos cedidos do Mosteiro e onde pudessem receber as rendas dos caseiros que trabalhavam nos seus campos¹²⁶.

A casa começou a ser construída pelos padres Jesuítas, no século XVI, mas sofreu alterações significativas entre os séculos XVI e XX. No decorrer do século XVI ocorreu uma separação na igreja, os monges beneditinos dividiram os seus bens, as suas terras, com os padres da Companhia de Jesus; o Cardeal D. Henrique fez a separação dos bens relativos ao Mosteiro e Convento de Paço de Sousa, aos Jesuítas couberam os terrenos onde está implantada a Casa da Companhia e os campos nas suas imediações, enquanto aos beneditinos coube o Mosteiro de Paço de Sousa¹²⁷, o lugar onde está implantada a Casa do Gaiato atualmente e outros tantos terrenos.

O primeiro projeto da casa não é conhecido, segundo a atual proprietária da Casa da Companhia, aquilo que hoje está construído já não corresponde ao original do século XVI, mas sim a transformações que o seu bisavô Diogo Leite fez, por volta de 1880, tanto em acrescentos exteriores como transformações interiores. Foram alterações significativas que alteraram a proporção da casa e a organização dos seus espaços internos.

“Em 1759, com a expulsão dos jesuítas do território português”¹²⁸, a casa foi deixada à Universidade de Coimbra, tal como os restantes bens dos Jesuítas; mais tarde, em hasta pública, a casa foi arrematada por um comerciante de Vila Nova de Gaia, José de Azevedo e Sousa, por um valor baixo, com a intensão de possuir muitas terras e pelo estatuto que isso lhe concedia. Segundo a atual proprietária, a família que arrematou a Casa da Companhia não tinha qualquer ligação a Paço de Sousa e nunca habitou nesta casa permanentemente, visitavam-na em determinadas épocas e para receber a renda anual dos caseiros¹²⁹. A casa desenvolve-se ao longo dos terrenos em seu redor, integra espaços ajardinados e mata, e as quintas de caseiros. No entanto, o Morgadio desta

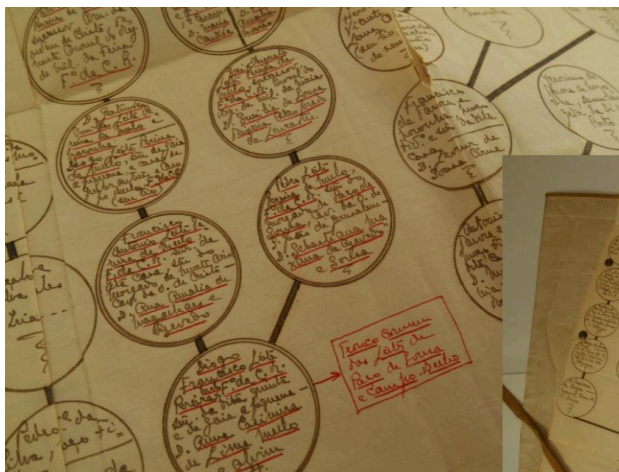
¹²⁵ GOMES, Cecília José Barbosa, *Casa da Companhia: O Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador*, I Seminário Penafiel e Penafidenses na História, Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, 29 de Outubro de 2016.

¹²⁶ CARDOSO, Vilma, op. cit.

¹²⁷ *Diário da República*, 2.^a série – N.º71 – 11 de abril de 2013. Portaria n.º205/2013, p.11962.

¹²⁸ CARDOSO, Vilma, op. cit.

¹²⁹ GOMES, Cecília, op. cit.



Apontamentos Genealógicos presentes no fundo da Casa da Companhia contendo notas e árvores genealógicas.



26.



27.

26. Apontamentos genealógicos no fundo da Casa da Companhia, contendo notas e árvores genealógicas
CARDOSO, Vilma, O Morgado de Paço de Sousa: da administração de Pedro Leite Pereira de Melo à organização documental do arquivo da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada

27. Casa do Choupelo, atuais instalações dos Vinhos do Porto Croft
GOMES, Cecília, Casa da Companhia: O Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador

família ia para “além da Casa e Quinta da Companhia, juntamente aos foros desta, encontravam-se vinculados ao Morgado de Paço de Sousa, um rol de propriedades que se estendiam por dezoito freguesias do concelho de Penafiel e por mais concelhos dos distritos do Porto, Aveiro e Braga”¹³⁰.

A Casa da Companhia quase sempre pertenceu à família da atual proprietária, foi o seu avô em quinto grau que a adquiriu, mas nunca serviu de residência principal da família, que esteve sempre ligada às cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia; eram proprietários da Casa do Choupelo (fig. 27) em Vila Nova de Gaia e, mais tarde, chegaram a ter residências em Santo Ildefonso e na Foz.

Na segunda metade do século XIX, um dos herdeiros, Diogo Leite Pereira de Melo, fidalgo da Casa Real e presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, foi o responsável por profundas alterações efetuadas na residência; estas remodelações ainda ficaram aquém do que Diogo Leite desejava por falta de recursos financeiros. Após a sua morte esta casa foi vendida e o novo proprietário fez mais um conjunto de alterações, mas desta vez no interior da habitação.

O morgadio desta casa durou três gerações até Diogo Leite, bisavô da atual proprietária; nessa altura, também deixou de ser possível delegar os bens em determinado filho e deserdar os outros. Poucos anos depois, uma filha de Diogo Leite recuperou parte dos bens do pai, inclusive a Casa da Companhia, porque casou com um homem descendente de uma família endinheirada da região, aumentando desta maneira as terras e as propriedades relacionadas com esta casa; nesta ocasião as uniões matrimoniais favoreciam os laços familiares e económicos, porque uns detinham o nome nobre e outros a condição económica para manter as propriedades¹³¹.

A Casa da Companhia e o Morgado de Paço de Sousa, diretamente relacionados, representam um exemplo de ascensão económica, social e política. Em Fevereiro de 1772, quando a casa, juntamente com toda a extensão de terrenos e propriedades, foi arrematada por José de Azevedo e Sousa deu-se início a um novo ciclo, diretamente

¹³⁰ CARDOSO, Vilma, op. cit.

Em Penafiel, nas freguesias de Paço de Sousa, Irivo, Urrô, Valpedre, Capela, Canelas, Lagares, Cabeça Santa, Oldrões, Galegos, Rans, Vila Cova, Duas Igrejas, Marecos, Guilhufe, Santiago de Subarrafana, Milhundos e São Mamede de Recezinhos. E ainda, foros vinculados ao Morgadio nos concelhos de Arouca, Baião, Castelo de Paiva, Chaves, Felgueiras, Guimarães, Lamego, Lousada, Melgaço, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Paredes, Porto (cidade), Santa Maria da Feira, São Pedro do Sul, Tondela, Trofa, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia.

¹³¹ *Ibid.*

relacionado com o poder que a nobreza tinha na altura; fizeram-se uniões matrimoniais com vista à entrada neste grupo social, adquiriram-se bens e instituíram-se morgadios para manter esses mesmos bens na posse da família¹³².

Pode perceber-se que a casa, desde muito cedo, tem um papel fundamental na construção da identidade de casa família, é representativa do poder económico e social dela. Esta Casa passou de geração em geração, mas atualmente pertence a uma das herdeiras que comprou a parte dos seus irmãos, com a sua intenção de converter a casa para espaço de turismo; no entanto, devido ao excesso de burocracia que estava associado desistiu dessa ideia, apenas optou por pedir a classificação da Casa da Companhia como Monumento de Interesse Público¹³³, com a intensão de proteger os seus bens e evitar serem forçados a ceder terrenos para a construção de obras públicas, e afins. Agora impera a proibição de construir num raio de 100 metros à volta da casa, o que salvaguarda toda a propriedade.

¹³² GOMES, Cecília, op. cit.

“Com a extinção dos jesuítas no Reinado de D. José I, pela mão do Marques de Pombal, esta propriedade mudou de mãos, neste caso foi comprada por José de Azevedo e Sousa, um grande mercador de vinho, e acima de tudo um exemplo da ascensão da burguesia no século XVIII. Quando conseguiu ascender economicamente, José de Azevedo e Sousa comprou em Praça Pública, em 1772, a Quinta de Paço de Sousa. Esta tinha duas casas, cozinha, celeiro, engenhos de azeite, moinhos de água, e horta e uma Capela lindíssima, com um trabalho único de talha doura e retábulos, em honra de Nossa Senhora da Conceição. (...) José de Azevedo e Sousa ao comprar esta casa deu um grande passo para a nobilitação da sua família. Além desta propriedade comprou uma série de terrenos na zona de Penafiel e em zonas díspares do país (...) Segundo uma lei do tempo de Marques de Pombal, a burguesia poderia fazer um vínculo de Morgadio e assim aceder à Nobreza. José de Azevedo e Sousa não demorou a instituir o vínculo do Morgado de Paço de Sousa, e assim o fez em 1779 na sua filha Dona Sebastiana, casada com uma nobre de Vila Nova de Gaia, Pedro Leite Pereira de Mello. E assim a Casa da Companhia passou a ser habitada por uma família nobre, algo que podemos verificar no se portão principal, onde se encontra o escudo de armas desta família.”

¹³³ Diário da República, 2.ª série – N.º71 – 11 de abril de 2013. Portaria n.º205/2013, p.11962.

3.3. ELEMENTOS ARQUITETÓNICOS E CONSTRUTIVOS FUNDAMENTAIS

As Casas Senhoriais vivem de uma forte relação com os símbolos de prestígio e de hierarquia social; estas casas, nas suas mais variadas formas, testemunham as transformações que a sociedade e o sentido de belo vão assumindo ao longo dos séculos; além disso representam as aspirações mais profundas entre o homem e Deus, em comunhão com natureza. Importa esclarecer “que, quer os modelos subjacentes às casas nobres, rurais ou urbanas, quer o vocabulário decorativo utilizado na restante arquitectura, serão reutilizados durante mais de meio século (primeira metade do século XVII) em construções semelhantes, no Porto e em geral em todo o norte do país”¹³⁴; desta forma, “só surgirão alterações significativas, a partir de meados do século XVIII. Deve no entanto constatar-se um aumento generalizado da cércea das construções, face à densidade urbana entretanto verificada, bem como um acréscimo de pé direito dos andares dos edifícios, o que lhe alterará a expressão e a escala seiscentistas, para o que também contribui em muitos casos, a realização, pela primeira vez, de ordenamentos conjuntos de razoáveis frentes de edificação; por outro lado assiste-se quer à generalização de um maior número de aberturas por piso, desaparecendo o pano central característico da fase anterior, quer à modificação do desenho dos vãos, pela utilização de padieiras arqueadas ou apontadas, quer ainda a atualização do vocabulário decorativo dos elementos arquitectónicos das fachadas, agora de cariz manifestamente rocaille”¹³⁵. Assim, é conveniente destacar alguns dos elementos mais representativos e comuns a esta tipologia, nomeadamente a fachada, que devia refletir o máximo da opulência familiar a quem os visitava; a pedra de armas, fundamental para compreender a casa e o estatuto da família, pode ser considerada o elemento mais importante de uma habitação de carácter nobre, pois constitui a representação da linhagem da família que a edificou; a capela associada à casa reforça o poder e o estatuto do proprietário. “A partir do século XVI”¹³⁶ torna-se recorrente a instituição de espaços religiosos nas habitações de carácter nobre, generalizando essa prática ao longo dos séculos seguintes. A escadaria, que adquiria um papel fundamental na organização dos espaços interiores da casa, enobrecia o acesso ao piso habitacional e destacava-se dos restantes elementos por permanecer no mesmo local da sua construção, uma vez que

¹³⁴ FERRÃO, Bernardo José, *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758/1813*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 3ª edição, 1997, p. 158.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 158.

¹³⁶ MOREIRA, Telma Alexandra, *op. cit.*, p. 38.

no caso da casa sofrer alterações, as escadarias nobres não mudavam de sítio.

- FACHADA

Genericamente, existem duas tipologias de casa nobre, que se distinguem pelo meio onde se inserem: a casa urbana e a de casa rural. A primeira está em contacto direto com o domínio público, muitas vezes insere-se junto à via pública, e a segunda está implantada num meio mais privado e rural. Desta forma, a fachada e a sua envolvência são as principais características para a distinção destes dois tipos de casa senhorial.

A casa urbana exhibe uma fachada de aparato voltada para a via pública, ou melhor a ornamentação nestas casas ocorre nas fachadas que têm uma visualização direta da via pública, é enaltecida por vãos, materiais e formas cuidadas. Em alguns casos, ao contrário da casa implantada em meio rural que apresenta uma fachada enquadrada por pátio ou jardim de uso privado e geralmente pouco enobrecida plasticamente, sendo o esforço ornamental concentrado na portada nobre e em espaços de lazer. Os dois tipos de casa nobre apresentam fachadas secundárias mais simples, praticamente sem ornamento, estas só recebem ornamento quando estão em contato com o espaço público. No caso de Penafiel existe uma grande diversidade de contextos associados ao ‘mundo rural’, os princípios de organização social são os mesmos, contudo vão se adaptando ao lugar onde se inserem as habitações; por exemplo na Quinta da Curveira (HRP_29), que é uma casa de frente urbana, a fachada principal revela o cuidado com que as formas arquitectónicas são exibidas, no entanto não se pode dizer que as restantes fachadas foram mais descuradas, porque as quatro frentes da casa podem ser observadas do exterior. Por outro lado, “o século XVIII é a época das grandes casas, e muitas destas, de consideráveis dimensões e ostentando ricas fachadas (...) foram ainda mais numerosas as novas casas que se ergueram por todo o século e são essas, mais do que as de qualquer outra época, que revelam a expressão mais acabada da casa portuguesa. Por vezes, trata-se de casas relativamente pequenas, cuja arquitectura um tanto rude denuncia uma construção de tipo popular embora para servir famílias nobres”¹³⁷. As casas de Sta. Maria (HRP_17) e a Casa do Casal (HRP_22) são também exemplos deste género de construção.

¹³⁷ AZEVEDO, Carlos, Solares Portugueses, , Lisboa: Livros Horizonte, 2ª edição, 1988, pp. 78-79.



28.



29.

28. Casa de Cabanelas, Bustelo

Foto da autora (2018/01/16)

29. Entrada da Casa da Companhia, Paço de Sousa

Foto da autora (2017/12/01)

A casa senhorial é mais do que uma habitação, é a afirmação socioeconómica da família que a constrói¹³⁸. “São muito características, nesta época, as longas fachadas (...), e as casas adoptam geralmente dois andares. Todo o desenvolvimento se faz, portanto, em comprimento”¹³⁹. Geralmente com dois registos, a fachada principal é rematada por pilastras nos cunhais e ritmada por vãos de acesso e de iluminação. O centro da fachada é o mais valorizado, acentua a simetria e a porta principal, normalmente encimada por uma janela de sacada e pelo brasão da família, o qual se destaca pelo emprego de um frontão que interrompe a continuidade da cornija (Fig.28).

A fachada da casa senhorial rural, normalmente, é envolvida pelo espaço privado e distanciada da via pública, por isso apresenta, usualmente, formas arquitetónicas e ornamentais mais sóbrias e simples que as casas urbanas. A fachada da casa rural é principalmente vivenciada pela família e pelos seus convidados, por isso na questão da afirmação social é menos essencial ser muito enobrecida e decorada, quando comparada com a casa nobre em contexto urbano. As fachadas laterais e a tardoiz são tratadas de forma diferente da principal, são menos decoradas e são erguidas de frente para um pátio de apoio à componente agrícola da casa, às adegas e ao lagar, e às próprias quintas dos caseiros (Fig.29). Em anexo, nesta dissertação, estão presentes outros casos representativos de casas senhoriais em meio rural, entre os quais o Solar da Honra de Barbosa (HRP_06), a Casa do Bovieiro ((HRP_10) e a Casa de Mesão Frio (HRP_16), que ilustram as características anteriormente descritas.

¹³⁸ AZEVEDO, Carlos, Solares Portugueses, op. cit., p. 79.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 71.



30.

30. Escadaria da Casa da Companhia, Paço de Sousa
Foto da autora (2017/12/01)

- ESCADARIA

A escadaria da casa nobre “conhece (...) maior desenvolvimento e chega mesmo a desempenhar papel primacial no exterior do edifício. Se durante o século XVIII certas escadarias apresentam linhas rígidas e feição arcaizante, outras revelam claramente, nas suas ramificações extravagantes, a inquietação do espírito barroco e mais uma vez imprimem uma acentuada noção de movimento”¹⁴⁰. A arquitetura senhorial em contexto rural até aos anos 60 do séc. XX caracterizava-se pela habitação no piso superior e a escadaria era essencial na distribuição dos vários espaços interiores, honrava o acesso ao piso habitacional e, em caso de transformações ou alterações na casa, nunca alterava o seu local de construção; “É curioso observar o choque da escadaria com a casa – esta definida pelo plano da fachada, estática e presa à terra, aquela desenvolvendo-se em profundidade e caracterizada pela impressão de movimento (...). Grande número de casas, porém, não adopta a escadaria exterior mas reserva considerável espaço para o desenvolvimento da escadaria nobre no interior da casa”¹⁴¹.

A casa senhorial afirma-se pela sua constituição altimétrica, pois o piso nobre assenta sobre o piso de arrumos e apoios domésticos. Simbolicamente, a acentuação entre o alto e o baixo revela-se um importante constituinte da casa senhorial, o alto relaciona-se com o poder e a afirmação enquanto o baixo é entendido como transitório e inferior.

Na Casa da Companhia (HRP_05), em Paço de Sousa, o acesso ao primeiro piso, onde se localizam as áreas mais privadas, é feito através de uma escadaria exterior, convergente, e assimétrica, porque de um lado é composta por dois lanços e do lado da capela só tem um (Fig. 5467). Nos outros casos estudados também é possível compreender que a escada é um dos elementos fundamentais e enobrecidos da habitação, sendo exemplo disto também a Casa de Cabanelas (HRP_01) ou a Casa do Marmoiral (HRP_26).

¹⁴⁰ AZEVEDO, Carlos, Solares Portugueses, op. cit., p. 72.

¹⁴¹ *Ibid.*



31.



32.

31. Exterior da Capela da Casa da Companhia, Paço de Sousa

Foto da autora (2017/12/01)

32. Interior da Capela da Casa da Companhia, Paço de Sousa

disponível em: <https://casa.sapo.pt/Quinta-T6-ou-superior-Venda-Penafiel-Paco-de-Sousa-tem.Piscina-108f6a1d-ee0-44e9-b73e-7f1df2a3b86e.html?pn=7> (consultado em Janeiro de 2018)

- CAPELAS PRIVADAS

Em regra geral, as capelas eram fundadas pelas famílias de maior notoriedade social e económica, no contexto local e regional. A construção de capelas nestas casas pode ser explicada pela religiosidade da própria família, já que muitas vezes eram construídas em honra de uma promessa, ou então explicada pela importância simbólica e social que transmitiam.

A capela privada é um dos elementos fundamentais que melhor caracterizam as casas nobres, “desde muito cedo a casa seiscentista chamou a si a capela, procurando agregá-la à casa (...) e lançou assim um tipo de residência que iria fazer escola, tornando-se numa das habitações nobres mais correntes e mais características de Portugal”¹⁴². As capelas eram uma espécie de pequenas igrejas, onde habitualmente não existia culto religioso diário, eram entendidas como um local de atendimento destinado à família. Eram um espaço destinado apenas ao culto Divino. Normalmente, estas capelas ocupavam um lugar importante e de destaque no contexto da casa senhorial, mesmo sendo anterior, posterior ou contemporânea à construção da própria casa. Por exemplo na Casa de Santa Maria (HRP_17), em Valpedre, a capela é anterior à construção da habitação nobre, apesar de não ser exata a data da sua construção, a sua edificação deve remeter para a presença de alguma ordem religiosa que mais tarde foi expulsa de Portugal, deixando assim a capela ao abandono.

Algumas capelas continham um espaço de tribuna, tal como acontece na Casa da Companhia (HRP_05), que normalmente era o espaço eleito pelos proprietários da casa assistirem às cerimónias, sendo que a nave da capela era destinada aos criados e ao povo que quisesse assistir à missa. Quando a capela era destacada da casa, não era construída uma tribuna. A entrada principal da capela tinha de ser acessível e em contacto direto com o espaço público; a capela, apesar do carácter privado, era pensada para que todos pudessem usufruir dela. No entanto há outras que foram pensadas enquanto oratório, de função doméstica e reservada aos próprios proprietários, estava numa dependência interior da casa e era inacessível a outras pessoas, como por exemplo o oratório da Casa da Mouras (HRP_15).

Relativamente ao principal caso de estudo deste tipo de habitação senhorial, a Casa da Companhia (HRP_05), pode ainda dizer-se que a capela e os anexos foram construídos

¹⁴² AZEVEDO, Carlos, Solares Portugueses, op. cit., p. 72.

posteriormente, possivelmente ao mesmo tempo em pleno século XVIII¹⁴³, com um estilo barroco tal como denuncia o imponente revestimento da capela em honra da N^a Sra. da Conceição e de mais dois Santos Jesuítas. Esta construção mais tardia pode ter acontecido numa altura mais desafogada dos padres, que habitavam nesta casa, pode ter sido construída numa altura em que tenham recebido rendas maiores e, por esse motivo, puderam construir este lugar de oratório.

A capela foi construída paralelamente à fachada principal, só com uma nave e um coro alto que tem ligação ao piso intermédio da habitação. O alçado principal e o tardoz deste pequeno oratório são definidos por duas pilastras, encimadas por pináculos, e no centro do alçado principal está o portal de acesso, rematado por um frontão curvo, sobre o qual se sobrepõe um óculo. No interior, o altar é decorado com talha dourada e o teto é dourado e policromado.

Como já foi referido, esta casa foi alvo de grandes modificações entre os séculos XIX e XX, que lhe conferiu uma imagem mais neoclássica, apenas a capela manteve os seus traços originais e depurados. A capela e o celeiro, implantado a sul da habitação, são a lembrança mais presente da vivência Jesuíta nesta casa¹⁴⁴.

¹⁴³ CARDOSO, Vilma, O Morgado de Paço de Sousa: da administração de Pedro Leite Pereira de Melo à organização documental do arquivo da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada, Penafiel e Penafidenses na História, 29 de Outubro de 2016.

¹⁴⁴ Diário da República, 2.ª série – N.º71 – 11 de abril de 2013. Portaria n.º205/2013, p.11962.

- PEDRA DE ARMAS

A pedra de armas era um dos elementos fundamentais em termos de representação social, adquiria uma dimensão simbólica e cultural que permitia identificar a família edificadora da casa, representava a linhagem da família, afirmando o seu estatuto social e enobrecia a construção da habitação. Na parte superior do portão de entrada da Casa da Companhia (HRP_05) existe um brasão com as armas dos Azevedos¹⁴⁵. Tal como nas outras casas senhoriais analisadas neste trabalho e que podem ser observadas em anexo.



33.

33. Pedra de Armas da Casa da Companhia, Paço de Sousa

Foto da autora (2017/12/01)

¹⁴⁵ CARDOSO, Vilma, op. cit.

“José de Azevedo e Sousa e Pedro Leite Pereira de Melo, fundador e 1º administrador do Morgadio, respetivamente”.

GOMES, Cecília, op. cit.

“brasão de armas da família Azevedo, que terá sido colocado naquela entrada posteriormente á morte de José de Azevedo e Sousa, pois este nunca fez nenhum pedido de cartas de armas. Este brasão é um escudo de armas italiano, esquartelado: primeiro e quarto quartel com fundo amarelo com uma águia preta; segundo e terceiro quartel, fundo azul com escudetes brancos. Contem bordadura de ouro de fundo vermelho com as cruces de Santo André. Possui um timbre com elmo, assentado com uma águia, símbolo do poder e da propriedade.”

3.4. A PERSISTÊNCIA DA CASA SENHORIAL: INTERPRETAÇÃO

Depois de uma observação atenta ao território e às Casas Senhoriais, optou-se pelo estudo de uma casa que transporta história; foi construída ao longo de vários séculos e, por esse motivo, é possível através da sua análise compreender a evolução e as transformações que estas casas tiveram ao longo do tempo.

A contextualização temporal das Casas Senhoriais é um pouco difícil de interpretar, existem características comuns ao longo de alguns séculos, também existe uma mistura e sobreposição de estilos, o que torna confusa a compreensão cronológica da construção e evolução da casa. Habitualmente, uma casa que persiste ao longo de vários séculos já sofreu alterações, mais ou menos significativas, quer no exterior quer no interior. Nestes casos, pode-se praticamente afirmar que as habitações sofreram aumentos com o crescimento do agregado familiar, essas remodelações estavam de acordo com a época e as possibilidades económicas dos proprietários.

No que respeita à história, com o fim da lei do morgadio (Carta de Lei de 19 de Maio de 1863) e com a desvalorização terra, houve necessidade de fragmentar as propriedades, dispersando-as por um grande número de herdeiros.

Nas visitas que foram efetuadas durante a realização desta dissertação e as conversas com a população local, pode-se perceber que a maioria das Casas Senhoriais estão ligadas às mesmas famílias ao longo de várias gerações. Atualmente, continua a existir um sentimento de enaltecimento e afirmação social de quem possui uma habitação desta tipologia. Muitos destes proprietários não habitam de forma permanente na casa, tal como acontece no caso que esteve em análise, preferem arranjar novas formas de rentabilizar as habitações e optaram por vender as quintas rurais que lhes estavam associadas, como forma de não perder a ligação que têm aos seus antepassados ou passarem pelo desprestígio de vender uma casa que está ligada à mesma família há alguns séculos. Mais recentemente, o recurso ao turismo afigurou-se como um meio para conseguir manter economicamente as casas ou, em alternativa, estas unem-se a grandes explorações agrícolas, como acontece nalguns solares durienses.

4. REABILITAÇÃO DE UM AGLOMERADO EM CONTEXTO RURAL: QUINTANDONA, UMA ALDEIA DA FREGUESIA DE LAGARES

Para a maior parte das pessoas, falar de aldeias rurais remete para um imaginário utópico, onde os modos de vida se repetiam de geração para geração, “modelo arcádico de harmonia social, felicidade e equilíbrio com a natureza sobre o qual se foi construindo uma certa identidade nacional”¹⁴⁶.

Entre terras férteis e uma matriz territorial rústica localiza-se a aldeia de Quintandona – uma aldeia isolada, onde as terras eram exploradas individualmente e a cada casa pertencia uma ou mais parcelas de terreno descontínuas. Situada a cerca de 30 Kms do Porto, na Estrada Nacional 319, a sul do Concelho de Penafiel e fazendo parte da Vila de Lagares, Quintandona é uma aldeia com casas de paredes em xisto intercalado com granito nas ombreiras e nas padieiras das portas e janelas. Tal como foi referido, o granito é um material muito usado nas construções rurais do concelho de Penafiel. No entanto, nesta aldeia também é utilizado o xisto, visto que esta se situa nas proximidades das serras de Valongo e da Boneca, onde este material é abundante.

Até à primeira metade do século XX, as habitações desta aldeia estavam degradadas e completamente adaptadas aos modos de vida de então; as pessoas viviam da agricultura como forma de subsistência e, por isso, esta era uma aldeia com pouquíssimos recursos, tal como acontecia nas restantes aldeias do concelho de Penafiel. Por exemplo, os recursos financeiros da maior parte das famílias eram muito escassos, daí que em muitas habitações fossem construídos anexos para albergar os filhos e a família constituída depois do casamento.

Com as transformações ocorridas ao longo dos anos, as aldeias começaram a disseminar-se e a perder população. Contudo, Quintandona torna-se uma exceção porque ao longo dos últimos anos tem feito um esforço para manter vivos os costumes, as tradições e a identidade característica dos aglomerados rurais.

Em pleno século XXI, em Quintadona, foi criado um projeto cultural com o objetivo de revitalizar as ruas e o edificado da aldeia, preservando a identidade e os materiais típicos da região; a elaboração e execução do projeto de recuperação do património desenvolveu-se numa parceria que envolveu a ADER-SOUSA, o Município de Penafiel, a Junta de Freguesia de Lagares, a Associação para o Desenvolvimento de

¹⁴⁶ Soeiro, Teresa, Quintandona. As muitas vidas de uma aldeia, Penafiel: Museu Municipal, 2013, p. 29.

Lagares e a população de Quintandona.

Em 2003 foi apresentada a candidatura ao programa AGRIS¹⁴⁷, medida 7.1 (QREN), e entre 2005 e 2008, foram intervencionados 25 edifícios (telhados, fachadas, vãos,...) e espaço público (arruamentos, iluminação, muros,...). As medidas de apoio ao investimento que foram tomadas tiveram como principal objetivo apoiar projetos de investimento, público e privado, que fomentassem o desenvolvimento dos meios rurais, assentando numa lógica de proximidade e de valorização dos recursos endógenos. A candidatura a este projeto teve por trás um longo trabalho de diagnóstico e de elaboração do plano de intervenção. Nas declarações ao Jornal de Notícias, o Sr. Belmiro Barbosa afirma que “Concorremos a três programas comunitários, o primeiro em 2003, que suportaram 50% dos custos que os privados tiveram com as obras de reabilitação das habitações e 100% do investimento feito no espaço público. Houve um investimento global a rondar os 500 mil euros”¹⁴⁸.

Com a mobilização das entidades locais e o envolvimento da população, através de formação e sensibilização dos habitantes para a importância da preservação e recuperação do património, foi possível fixar a população, fomentar as tradições, aumentar a autoestima, reforçar a identidade da população, melhorar a qualidade de vida dos habitantes, preservar o património e criar emprego. A população local, com a sua autenticidade, teve um papel fundamental na reabilitação da aldeia, com o saber e receber genuínos e a partilha das suas tradições e costumes com quem visita a aldeia. Esta aldeia é um exemplo bem-sucedido no que diz respeito à regeneração de um aglomerado rural e, por isso, o número de habitantes tem aumentado gradualmente; segundo o Sr. Belmiro Barbosa, ex-presidente da Junta de Freguesia de Lagares e Figueira, “tínhamos 40 pessoas a viver na aldeia e hoje são 80. Antigamente, quase todos os habitantes tinham mais de 60 anos e agora há muitos mais casais com cerca de 30 anos e cada vez mais crianças”¹⁴⁹.

Agora, ao contrário do que acontece na maior parte das restantes aldeias, Quintandona respira um ar rejuvenescido; as habitações foram reabilitadas, melhoradas e adequadas às pessoas que agora habitam nelas, às suas necessidades, aos novos trabalhos e modos de vida.

¹⁴⁷ Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural – Medida especialmente direcionada para a recuperação arquitectónica e de espaços públicos das aldeias.

¹⁴⁸ Jornal de Notícias, publicado a 3 de Dezembro de 2017, p. 32.

¹⁴⁹ Ibid., p. 32.

4.1. RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇO PÚBLICOS

Um dos domínios onde o processo de intervenção na aldeia foi, desde muito cedo, evidente foi o espaço público. A recuperação/construção de outros elementos aliados à componente do espaço público foi importante na medida em que envolveu a parceria da Câmara Municipal de Penafiel na execução deste tipo de projetos - arranjo da envolvente da Aldeia, o que entre outros, abrangeu, iluminação (tendo sido enterrada toda a cablagem), caminhos, incluindo muros, lavadouros, saneamento e telecomunicações, conforme se pode verificar nas fotografias (figs. 34 a 41).



34.



35.



36.



37.

34. Muros (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

35. Muros (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

36. Presa (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

37. Presa (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné



38.



39.



40.



41.

38. Tanque (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

39. Tanque (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

40. Rua e edificado (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

41. Rua e edificado (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

4.2. RECUPERAÇÃO DAS UNIDADES DE RESIDÊNCIA

Quintandona é envolvida por uma paisagem agrícola e florestal e muitos dos seus habitantes procuram manter vivas as práticas de outros tempos, por isso alguns continuam a viver da agricultura, enquanto outros reabilitaram as suas casas para criar um negócio, fortemente em expansão, associado ao turismo rural. As ruas da aldeia são constituídas por cubos graníticos, a rocha mais abundante na região, e as casas são construídas em pedra de granito e xisto, o que constitui um elemento diferenciador das restantes aldeias de Penafiel.

Nesta aldeia, em concreto, as habitações eram complexos de exploração rural em que predominava o modelo de casa-pátio, fechado e sobradado, distribuíam-se em banda ao longo da rua principal. As habitações tradicionais são simples, pequenas e puramente funcionais. São compostas por dois pisos sobrepostos, mas independentes devido à dualidade das funções respetivas; o piso térreo era composto por compartimentos que serviam para guardar os produtos e as alfaías agrícolas, as cortes dos animais e a loja, e o piso sobrado era destinado à habitação da família, era lá que se localizavam os quartos e a sala. Normalmente, no piso térreo existia ainda uma grande cozinha, um dos principais espaços interiores da habitação, porque era lá que se reunia toda a família e onde recebiam as visitas.

Antes da intervenção geral na aldeia, construíram-se muitas casas dissonantes e que não respeitavam a arquitetura vernacular da região, tanto na utilização dos materiais como nos sistemas construtivos. Importa realçar que os modos de vida vão-se alterando, mas que a arquitetura pode acompanhar e adaptar-se a essas mudanças. Depois da reestruturação que aconteceu em Quintandona as pessoas ficaram mais atentas e informadas, portanto as novas construções procuram estar integradas na paisagem, há um crescente interesse por recuperar os edifícios existentes, evitando a degradação total desses espaços, respeitando a história e a identidade da aldeia.

Como a agricultura já não é a atividade mais praticada na aldeia, ao não ser pelas pessoas mais antigas, as casas sofreram reestruturações no que diz respeito aos seus usos internos. Os quinteiros (espaço central, exterior, de distribuição para os vários espaços que compunham a habitação e onde se soltavam os animais) deixaram de exercer as antigas funções e passaram a receber novos usos que não estão diretamente ligados à lavoura, os espaços interiores foram reabilitados e melhoraram as suas condições, tanto ao nível de salubridade como de redimensionamento. Por aqui se

percebe que a arquitetura local já não serve as mesmas necessidades para as quais foi desenvolvida, mais recentemente foram sendo-lhe atribuídas novas funções de acordo com os novos tempos e as necessidades atuais. A sustentabilidade da aldeia de Quintandona está assim intimamente ligada às suas gentes e, depois desta grande mudança efetuada na aldeia e na mentalidade das pessoas que a habitam, foram surgindo, nos últimos anos, diversas ideias criadas e levadas a cabo pelos seus habitantes. A reabilitação de diversas habitações para Turismo Rural, algumas ainda em construção, como é o caso da Casa do Amásio que será analisada mais adiante neste trabalho, constituem alguns dos grandes processos efetuados na aldeia capazes de promover, dinamizar e torná-la sustentável através da diversificação de atividades, potenciando assim os seus recursos endógenos e garantindo a fixação das populações.



42.



43.



44.



45.

42. Eira e Casa da Eira de habitação privada (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

43. Eira e Casa da Eira de habitação privada (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

44. Casa do Aguiro (antes da recuperação).

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

45. Casa do Aguiro (depois da recuperação). É uma casa recuperada para servir de alojamento local, com dois quartos, uma sala, uma casa de banho e uma cozinha.

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné



46.



47.



48.



49.

46. Casa de Valxisto. A Quinta de Valverde foi transformada na Casa de Valxisto – Country House.
Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-valxisto.pt> (consultado em 2018/09/17)

47. Casa de Valxisto. A Quinta de Valverde foi transformada na Casa de Valxisto – Country House.
Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-valxisto.pt> (consultado em 2018/09/17)

48. Casa da Viúva. Cozinha em estado de conservação
Foto de autora (2017/10/17)

49. Casa da Viúva. WINEBAR
Foto da autora (2017/10/17)

Pode-se concluir que em Quintandona já se faz sentir a recuperação demográfica, o rejuvenescimento da população residente, a fixação de jovens (com mais formação escolar e profissional), a dinamização da economia, a criação de novas atividades que fizeram aumentar o número de postos de trabalho e o rendimento das famílias. Nos últimos anos, a procura de casas e terrenos aumentou, não para a finalidade de outrora, mas para construir uma segunda habitação ou então habitações destinadas ao arrendamento turístico, cresceu também o interesse em recuperar as habitações pertencentes ao agregado familiar que se encontravam abandonadas.

No século XXI, a dinamização cultural e turística é uma novidade, para isso contribuiu a recuperação do património vernacular edificado, a identidade própria da região e a partilha de saberes com a população local. A festa anual, designada por ‘Festa do Caldo’, que se realiza no mês de Setembro também permite divulgar a região, dar a conhecer aos visitantes as tradições rurais, apoiar a recuperação e criação artística.

Quintandona faz parte das Aldeias de Portugal e a proximidade da Rota do Românico, que atrai muitos visitantes à região do Vale do Sousa, constituem oportunidades para divulgar a aldeia numa área mais alargada. A decisão da autarquia, em Setembro de 2013, de tornar Quintandona um núcleo vivo do Museu Municipal de Penafiel também contribuiu para a divulgar junto de um público diferente e que à partida podia não estar tão alertado para a necessidade de proteger o edificado rural, por exemplo os estudantes, de diversas faixas etárias, são uma das visitas mais assíduas.

A requalificação do meio rural desta aldeia tem conseguido manter-se genuína e fiel às características sociais, tradicionais e arquitetónicas dentro de um país com história.

4.3. QUINTA CAMPONESA

A quinta camponesa era acima de tudo uma produção do homem, era funcionalista, e era construída para responder eficazmente às necessidades de quem nela habitava, principalmente ao nível do trabalho de lavoura e animal. A casa servia para agilizar o trabalho que se fazia no campo, guardar a produção, e ao mesmo tempo servia de teto para a família e os animais.

Segundo Edward Hall, existe uma ‘dimensão oculta’ à qual o homem não pode escapar que é sua própria cultura e que condiciona a sua perceção do mundo, por isso, para analisar estas arquiteturas, importa compreender a cultura da própria coletividade, que em princípio está de acordo com a história, os movimentos de difusão e influências, componentes sociais, económicas e profissionais, da própria região.

4.3.1. CARATERIZAÇÃO

A comunidade camponesa vivia social e economicamente do vínculo à terra¹⁵⁰, do cultivo e da produção animal, e tinha por base da sua organização o casal senhorio, que geria a economia, os direitos e obrigações das famílias rendeiças dos seus campos e quintas. No decorrer do séc. XVIII, acentuaram-se as tendências individualistas dos grandes proprietários, que adquiriram e privatizaram terrenos baldios, em prejuízo da

¹⁵⁰ As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património. Braga, 2009 “O panorama geral para o território do Vale do Sousa, vai descrito na Memória de Bitarães (concelho de Paredes), cuja realidade se estenderá a toda a Ribeira que «compreende mais de 60 paróquias». Produz-se, diz o memorialista, todo o «necessário à conservação da vida»: milho grosso, «por outro nome milho ou mais»; em menor quantidade, milho branco ou miúdo e milho painço (ainda assim este em maior quantidade); centeio em maior abundância (que os milhos miúdos). Trigo «esse não se costuma semear»; caíra em desuso: «não porque o não podem produzir em terras, mas porque pela nímia fertilidade e mimo dela costuma criar ervas e não frutificar como em outras mais áspersas». Vão aqui claramente explicitadas as razões do crescente abandono do trigo e dos avanços do milho mais, pela maior fertilidade, maior resistência à pobreza e aspereza das terras deste. Mas para além dos cereais, regista-se a abundância de feijão, fruta de toda a casta. O vinho é verde «criando-se em árvores que ocupam as margens e extremidades dos campos (...) a que chamam de enforcado». A produção é elevada, em igual proporção à do cereal: tantos almudes de vinho, quantos alqueires de pão. E cita Sá de Miranda, em abono dos vinhos verdes, azedos é certo, mas bons para a saúde dos homens e também para o seu equilíbrio espiritual. Os vinhos alguns são ditos de elevada qualidade, como os referidos em Boelhe (concelho de Paredes), que «é um dos escolhidos na falta dos do Alto Douro para as armadas, pelos assentos da câmara da cidade do Porto». Esta relação atesta de facto a elevada e abundante produção de vinho. Nalguns casos fala-se mesmo já de excesso de vinho sobre o cereal e danos que o enforcado produz sobre os campos de cereal (Memória de Marecos, Penafiel). A razão da elevada qualidade dos frutos é explicada pela «humidade e fertilidade» das terras da Ribeira, com abundantes e constantes águas de rega e bom equilíbrio e repartição de ventos e temperaturas (Memória de Bitarães, concelho de Paredes). Outras Memórias referem a abundância de outras culturas: linhos (Memória de Aião, concelho de Felgueiras), cevadas (Memória de Mouriz, concelho de Paredes), colmeais, azeite (Memória de Figueira, concelho de Penafiel). O azeite que em alguns anos atinge abundantes produções como refere a memória de Rio de Moinhos (concelho de Penafiel), cuja colheita rendeu no ano de 1757, 700 almudes, todos colhidos e moídos em cinco lagares ou engenhos situados nos limites da freguesia”.

economia e direitos comunitários, com a intensão de expandir as suas explorações, novas culturas, recolha de matérias primas e rendas.

A comunidade rural da região, até fim do Antigo Regime, caracterizava-se pelo isolamento dentro de cada aldeia, ou mesmo ao nível da casa ou da quinta, os habitantes dependiam social e economicamente da terra e isso diminuía a interação para fora do seu quadro territorial e o contacto com outros homens. Este autofechamento tendencial das coletividades limitava o desenvolvimento ao grupo de vizinhança, o conhecimento era recíproco e existia um forte controle social sobre a generalidade dos membros da coletividade. Quanto aos grupos domésticos caracterizavam-se pela produção para autoconsumo e satisfação das necessidades alimentares do agregado doméstico em detrimento da produção excessiva para trocas comerciais, as sociedades rurais resistiram durante muito tempo à penetração das relações de produção capitalista, assim como às lógicas dominantes do processo de urbanização.

As casas em contexto rural são construídas principalmente para auxiliar no trabalho de campo - são “um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaías e ferramentas de lavoura”¹⁵¹ - e não funcionam apenas como abrigo. As quintas camponesas caracterizam-se, essencialmente, pela distribuição e organização dos espaços que as constituem, “de acordo com as relações que nelas se verificam entre os homens, o gado e as coisas”¹⁵², mais do que pelas suas formas exteriores ou pelos materiais em que são construídas.

De uma forma geral, o modelo de Casa-pátio é o mais presente na região do Vale do Sousa, onde o primeiro piso é reservado para a habitação da família e o piso térreo para alojar os animais, os instrumentos e produtos do campo. Sendo que, a maior parte das quintas adapta-se às necessidades sociais e económicas do caseiro que trabalha a terra juntamente com a sua família, algum gado e alfaías agrícolas. A forma destas casas é linear com paredes toscas, construídas em pedra granítica à vista ou com outros materiais provenientes da região e telhados de quatro águas.

¹⁵¹ Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, op. cit., p. 13.

¹⁵² Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando, op. cit., p. 13.

4.3.2. A QUINTA COMO ESPAÇO DE HABITAÇÃO

Nas quintas camponesas, o modelo de casa-pátio aberto ou fechado e sobrado é o mais utilizado. Devido às atividades de natureza rural desenvolvidas anteriormente e nos dias de hoje, mas com menos predominância, este modelo era o que melhor se adequava ao dia-a-dia dos seus habitantes. Estas casas, usualmente, caracterizam-se por ter um pátio fechado, quinteiro, para onde estão voltadas as portas da habitação, das cortes e dos anexos; neste local também se faziam as desfolhadas do milho e a separação de outros cereais e os animais passavam o dia neste espaço, e só à noite eram levados para os currais.

As plantas das quintas camponesas, normalmente, são em forma de U com um quinteiro central, e o construído desenvolve-se em dois pisos. É transversal nos casos de estudo, que o piso térreo servia para acolher os animais e também contribuía para aquecer o piso superior onde os caseiros habitavam. A tipologia da quinta camponesa que podemos encontrar no concelho de Penafiel, ou melhor na região do Vale do Sousa, é bastante funcionalista e pensada de modo a articular o espaço de trabalho com o de habitação. Tratam-se de habitações de carácter popular e por isso foram desenvolvidas de modo a responder eficazmente às necessidades básicas dos seus residentes; são construções semelhantes quanto ao padrão de desenvolvimento e articulação dos seus espaços, quer interiores quer exteriores.

Neste trabalho é essencial fazer uma reflexão sobre o passado, compreender que estas quintas são reflexo de uma sociedade fechada e oprimida, que tinha afinidades próximas e partilhava conhecimentos essencialmente com os lugares vizinhos; mas, ao mesmo tempo, é crucial olhar para o presente e perspetivar o que pode vir a ser o futuro destas construções. Os tempos mudaram, o papel do homem e da mulher na sociedade também mudou e os objetivos pessoais e profissionais destes tendem a acompanhar o crescimento socioeconómico verificado nos últimos anos. Em quase meio século as pessoas aprenderam a valorizar-se e a procurar melhores condições de vida, ainda que isto não signifique esquecer o passado; importa deixar claro que as habitações populares, regionais, são vestígios da história do país. Apreendidas estas noções torna-se necessário estabelecer uma conexão entre o passado, o presente e o futuro de uma dessas habitações, e para tal a Casa do Amásio (HRP_20), em Quintandona, servirá de exemplo para esclarecer melhor o argumento desta dissertação. De seguida, é feita uma caracterização espacial dos espaços que compunham o exemplo referido; após

essa descrição o foco da análise passará para as apropriações e transformações que vão acontecer num futuro próximo através da apresentação do projeto aprovado para a reabilitação desta quinta (Casa do Amásio). Como já foi referido, é relevante compreender o caso de Quintandona como um possível exemplo a ser seguido no futuro no que diz respeito a reabilitações arquitetónicas e de espaço público em meios rurais, ou melhor em espaços que transportem história. Concluindo importa demonstrar que o cariz arquitetónico de uma obra pode acompanhar o progresso dos tempos, sem que seja necessário colocar em causa a identidade local e até mesmo nacional.



50.



51.

50. Entrada Sul (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/03)

51. Acesso ao piso sobrado (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/03)



52.



53.



54.



55.



56.



57.

52. Sala e espaço de distribuição para os quartos (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

53. Sala (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

54. Material construtivo: Xisto

Foto da autora (2017/10/17)

55. Materiais construtivos: Xisto e Granito

Foto da autora (2017/10/17)

56. Cozinha exterior, vista por fora (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

57. Cozinha exterior com forno, vista por dentro (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

Tal como se pode observar nas imagens, o acesso ao piso sobrado fazia-se por uma escadaria de pedra (fig. 51), que acabava em patim, continha guardas de madeira e um alpendre, com colunas graníticas e com teto em madeira para o proteger. No piso superior, encontrava-se a sala de receber (fig. 53), um espaço pequeno, soalhado, com teto de madeira e com duas janelas que permitiam a iluminação do espaço interior da habitação.

Voltados para a sala (fig. 52) estavam pequenos quartos de dormir, as alcovas, fechados por uma porta ou mesmo por uma cortina, sendo que nestes espaços apenas cabia uma cama e pouco mais. No piso superior, ficavam também outros quartos e salas, caso houvesse necessidade de alojar mais famílias camponesas.

No que diz respeito à higiene, não lhe cabia um espaço próprio, “na melhor das hipóteses limitava-se a uma latrina de madeira que descarregava para as cortes, com ou sem nitreira”¹⁵³; em algumas casas existia um pequeno espaço, sem condições, no exterior destinado a este efeito.

Na construção da casa usava-se alvenaria de xisto (fig. 54), um material usado em quase todas as casas de Quintandona, placas tabulares de pedra local colocadas na horizontal, justapostas ou ligadas por argamassas pobres, os vãos e os cunhais estruturavam-se muitas vezes com blocos de granito amarelo (fig. 55); mas o granito torna-se sobretudo necessário nas padieiras mais largas das entradas exteriores e na definição dos vãos das janelas. A tonalidade escura do xisto era visto como um elemento decorativo e prestigiante das casas da aldeia, mesmo nas casas reconstruídas ou ampliadas este material voltou a ser respeitado e conjugado com pedras de granito sobrepostas. Importa relembrar que o xisto é aplicado na aldeia de Quintandona, devido à proximidade da Serra de Valongo e da Boneca, porque nas restantes aldeias rurais do Vale do Sousa o material de revestimento mais usado é simplesmente o granito.

Como alternativa ao granito, aplicavam-se barrotes e tábuas de madeira nas vergas, que era igualmente funcional, em vãos mais reduzidos e nas portas voltadas para os quinteiros, em alguns casos com uma laje de xisto saliente do peitoril de modo proteger a madeira, à maneira de beiral. Já nas pequenas janelas usavam revestimentos simples, lousas ou molduras de madeira.

No caso de Quintandona, à face da rua, o edificado é elevado, contém apenas pequenos

¹⁵³ Soeiro, Teresa, op. cit., p. 41.

orifícios com a função de ventilação, alguns postigos e frestas ao nível do piso térreo, que correspondiam às lojas e às cortes. As aberturas só aconteciam no andar superior, no piso de habitação.

A cobertura do bloco principal da casa há bastante tempo que se apresenta em telha. A armação que suporta a cobertura, simples ou de asnas, ficava à vista nas casas com menor poder económico e nas melhores era rematada com forro de madeira plano (nos quartos e corredores) ou alteados em masseira (na sala principal).

Na casa rural, a cozinha (figs. 56 e 57) é o espaço central onde decorria toda a vida familiar, onde se recebia quem chegava, se preparavam refeições, se comia e convivia. Formando um corpo destacado, térreo ou no sobrado, a cozinha organizava-se em torno de uma lareira sobre o qual se cozinhava. O espaço da cozinha é fundamental para compreender o desenrolar da vida quotidiana dos camponeses, havia sempre uma que estava inserida no pátio, ou seja num compartimento independente, e, nalguns casos, outra no piso da habitação.

Quando comparada a outros espaços da habitação, pode dizer-se que a cozinha é um espaço grande e retangular, com uma única abertura (a porta). A cobertura era simples e assentava numa armação de madeira, sem revestimento pelo interior, só com telha no exterior.

O mobiliário característico destas cozinhas era a masseira (móvel em madeira onde se fazia a preparação da massa do pão), o barreleiro do linho, a cantareira ou o louceiro completavam, entre outros. O mobiliário ficava completamente negro, coberto por cinzas das brasas, porque as cozinhas, inicialmente, não possuíam chaminé; o fumo permanecia no interior, só escapava pela porta e por pequenas fendas da cobertura e das paredes, o que originava um cheiro caraterístico, que ainda hoje é recordado por muitos que viveram naquela época¹⁵⁴.

O sustento da casa também era perceptível através do forno, onde se cozia o pão, integralmente feito pelos próprios moradores e com cereal cultivado nos seus campos; podiam existir um ou dois fornos, proporcionados em relação à riqueza da família, caso fossem dois teriam tamanhos diferentes, “o maior, com cerca de 1m de diâmetro interior e capacidade para dez broas, cozia a fornada semanal para a família e os criados;

¹⁵⁴ Soeiro, Teresa, op. cit., pp. 38-39.

no mais pequeno supriam-se as falhas de pão e preparavam-se os assados de carne, metia-se a pingadeira do arroz e a assadeira da sopa seca”¹⁵⁵.

A estrutura do forno assentava em blocos de granito e o interior do forno era formado por peças de granito lavrado. Nos fornos maiores a câmara tem uma cúpula falsa, de pedra ou tijolo, enquanto nos menores é realizada através de uma forra de cerâmica.

¹⁵⁵ Soeiro, Teresa, Quintandona. As muitas vidas de uma aldeia, Penafiel: Museu Municipal, 2013, p. 39.

4.3.3. A QUINTA COMO ESPAÇO DE TRABALHO



58.



59.



60.



61.

Os componentes anexos do edificado rural, normalmente, localizavam-se fora do núcleo central da casa, mas com acesso pela porta ao fundo do quinteiro; aí, podia encontrar-se o acesso à água para consumo, a casa da eira ou palheiro e o canastro, entre outros instrumentos que auxiliavam na lavoura e na manutenção da vida familiar. Algumas parcelas de horta, com árvores de fruto e plantas de tempero ou infusões conviviam neste espaço próximo da casa de residência, o restante era plantado em parcelas de terreno descontinuadas.

58. Quinteiro (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

59. Quinteiro e sobreloja (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

60. Lojas e cortes dos animais (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

61. Lojas e cortes dos animais (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

A economia local apoiava-se principalmente na produção de cereais e na engorda de gado, por isso era fundamental que a casa tivesse ao dispor os equipamentos necessários para o processamento e armazenamento deles; muitas vezes os anexos eram adaptados para esse fim, quando estavam desocupados ou então por cima das lojas.

A agricultura em Quintandona sempre esteve muito voltada para a produção de cereal (centeio, milho, trigo, entre outros) e, por este motivo, houve necessidade de construir espaços próprios para armazenar as colheitas.

- QUINTEIRO

O Quinteiro (figs. 58 e 59), era o espaço central, exterior, das quintas dos caseiros, onde se soltavam os animais domésticos, como é o caso das galinhas, dos cabritos e dos porcos, e onde também se despejavam algumas sujidades produzidas no interior da habitação. É o principal espaço de distribuição nestas quintas davam acesso ao piso habitacional, mas também à loja, à cozinha e as cortes dos animais.

- LOJA E SOBRELOJA

As lojas são construções ao nível do piso térreo, justapostas à área habitacional (figs. 60 e 61), por vezes verifica-se a existência de uma sobreloja para guardar as palhas (figs. 58 e 59). A sobreloja é elevada e com paredes de ripado, de modo a permitir guardar os produtos que necessitam de arejamento.

As restantes lojas, onde se armazenam as colheitas, ficam preferencialmente no piso térreo, por baixo do sobrado da habitação.

- CORTES

As cortes (figs. 60 e 61) eram os aposentos dos animais, onde se podiam encontrar das mais variadas espécies que servissem para alimento dos proprietários ou então para ajudar nos trabalhos agrícolas. Nesta altura ainda não existiam máquinas agrícolas, por isso eram necessários animais de maior porte para facilitar o trabalho do homem, serviam para carregar e transportar utensílios e produtos agrícolas.



62.



63.



64.



65.



66.



67.

62. Palheiro (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

63. Palheiro e eira (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

64. Eira de secagem e casa da eira (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

65. Lagar (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

66. Moinho

Foto da autora (2017/04/02)

67. Moinho

Foto da autora (2017/04/02)

- EIRA DE SECAGEM E CASA DA EIRA

A eira fica ao nível do solo e apresenta um empedrado de lousa delimitado por uma beira saliente, por vezes em granito; aqui separava-se a palha do próprio cereal e deixavam-se a secar, para depois serem armazenados no interior da casa da eira (fig. 64).

Junto da eira encontra-se uma pequena casa, térrea ou com dois pisos, materializada em xisto e granito, com beirais de lousa e cobertura de telha. A porta é relativamente larga, e por cima dela pode haver outro vão que facilita a movimentação direta das palhas, e as paredes têm buracos de ventilação.

Antigamente, guardavam-se as batatas e as cebolas no piso térreo, tal como o milho e o cereal, que depois de seco no piso superior, eram guardados em grandes caixas de madeira que se encontravam no piso inferior da casa de eira.

- PALHEIRO E EIRA

Os grandes palheiros já são menos comuns em Penafiel. Por norma, estão associados às eiras, que podem incluir no seu piso superior, em ripado de madeira, um espigueiro com acesso por portinhola que a fachada denuncia (fig. 62). O tamanho generoso destas construções permite estender-se a batata, guardar a fruta, e pendurar as cebolas, aqui reúne-se a diversidade produzida pela casa, as palhas e as lenhas; o piso inferior destes palheiros pode ser aberto e servir para guardar as alfaias, máquinas e roupa a secar durante o inverno, ou então, fechadas e transformadas em lojas e abrigos para o gado (fig. 63). Estes palheiros podiam ser ainda maiores, caso se localizassem em campos cuja casa era bastante afastada ou então, depois das partilhas, pertencessem a campos que não contemplavam a habitação.

- O ESPIGUEIRO

O espigueiro é um espaço arejado, onde eram armazenadas as espigas e deixadas a secar.

O corpo, de planta quadrangular, com dimensões variáveis, é integralmente de madeira e assente em pilares de granito. As paredes são em ripado de madeira vertical com travessas a consolidar. “Acede-se ao canastro por uma escada amovível, sendo a porta

central e de ripado. Alguns destes exemplares não se erguem sobre os pés, constituem antes o piso superior de uma casa de eira, mantendo a estrutura interna, mas com acesso permanente pelo exterior”¹⁵⁶.

- LAGAR

O lagar (fig. 65) está muito associado às casas rurais e as suas dimensões correspondem às necessidades da exploração de cada casa. São construídos junto de uma ou duas paredes do compartimento, com blocos de granito a formar o lastro e os tampos, e com um orifício em baixo que, quando aberto, permitia a saída do vinho que repousava no lagar, depois das uvas serem pisadas e fervidas durante alguns dias. Depois de escorrido o vinho, o cangaço era acumulado e utilizava-se o “sistema de prensa de feixe e parafuso”¹⁵⁷ para fabricar bagaço; estas tradições ainda se verificam em casas que mantêm a tradição anual das vindimas.

- MOINHO

Entre os anexos que eram construídos para auxiliar o trabalho realizado pelos camponeses estava o moinho (figs. 66 e 67), que era construído mais longe da casa, fora da aldeia, por norma perto do ribeiro de Quintandona e nas levadas de rega. Cada proprietário procurava ter o seu, ou, no mínimo, direito a moer num moinho partilhado, pois o cereal estava presente na alimentação humana e era usado na dos animais

¹⁵⁶ Soeiro, Teresa, op. cit., p. 49.

¹⁵⁷ Soeiro, Teresa, op. cit., p. 52.

“Esta prensa tradicional compõe-se de um forte braço – o feixe – tronco do sobreiro ou de outra madeira resistente, colocado por cima da linha média do lagar, com um dos topos embutidos na parede, girando sobre um eixo de madeira que passa em duas argolas abertas em pedras, também elas fortemente presas na parede. Perto do outro extremo, este feixe é vazado dando passagem a um parafuso em madeira, ajustado num sistema macho/fêmea – as conchas. O parafuso, por sua vez, liga-se na extremidade a um peso troncocónico de granito, furado ao centro segundo o eixo vertical para deixar passar o veio de ferro com sapara a que fica preso por uma chaveta.

Em descanso, o peso permanece no chão e o braço apoiado no lagar, num toro de madeira. Para funcionar, prende-se o peso ao parafuso, que é bem oleado, e apertam-se as conchas onde vai rodar. O bagaço, amontoado debaixo do braço da prensa, é coberto por um tampo de tábuas, começando-se então a fazer rodar o parafuso, empurrado por uma vara que o atravessa junto ao peso.

À medida que a rosca vai rodando, o feixe desce e pressiona os malhais sobre o tampo, comprimindo o cangaço. Quando este ponto de resistência se torna mais forte, o rodar do parafuso acaba por levantar o peso, que assim suspenso aumenta a pressão, até pousar novamente no chão. Noutros tempos de maior carência, a prensagem repetia-se sucessivamente, depois de libertar o sistema e picar com um ferro ou machado a massa comprimida do cangaço, a fim de obter o máximo do vinho. Estas prensas de feixe vêm sendo, desde o final do século XIX, substituídas por prensas de cincho feitas em ferro fundido pela indústria. Os alambiques foram pouco numerosos, pertenciam a casas abastadas, (...), a que os vizinhos recorriam, deixando em pagamento uma parte do bagaço obtido.”

também, para farinhas e milhos. Trata-se de uma construção de planta retangular, construído em xisto, com verga de porta de madeira, rebocada e caiada apenas em torno das pequenas frestas e no alçado principal. Com cobertura em telha e beiral em lousas. Se a água correr e impulsionar as pernas do rodízio, colocado na abertura por baixo do aparelho de moagem, todo o conjunto, da mó ao rodízio, roda e permite a moagem¹⁵⁸.

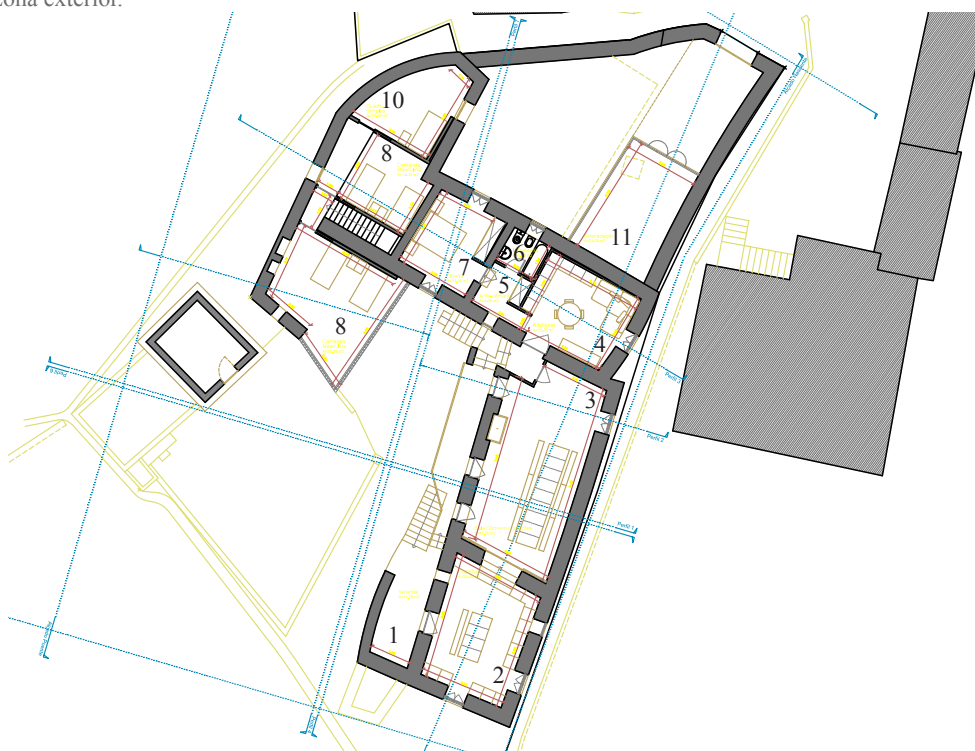
¹⁵⁸ Soeiro, Teresa, op. cit., p. 53.

4.3.4. REABILITAÇÃO DA CASA DO AMÁSIO (QUINTA CAMPONESA), QUINTANDONA



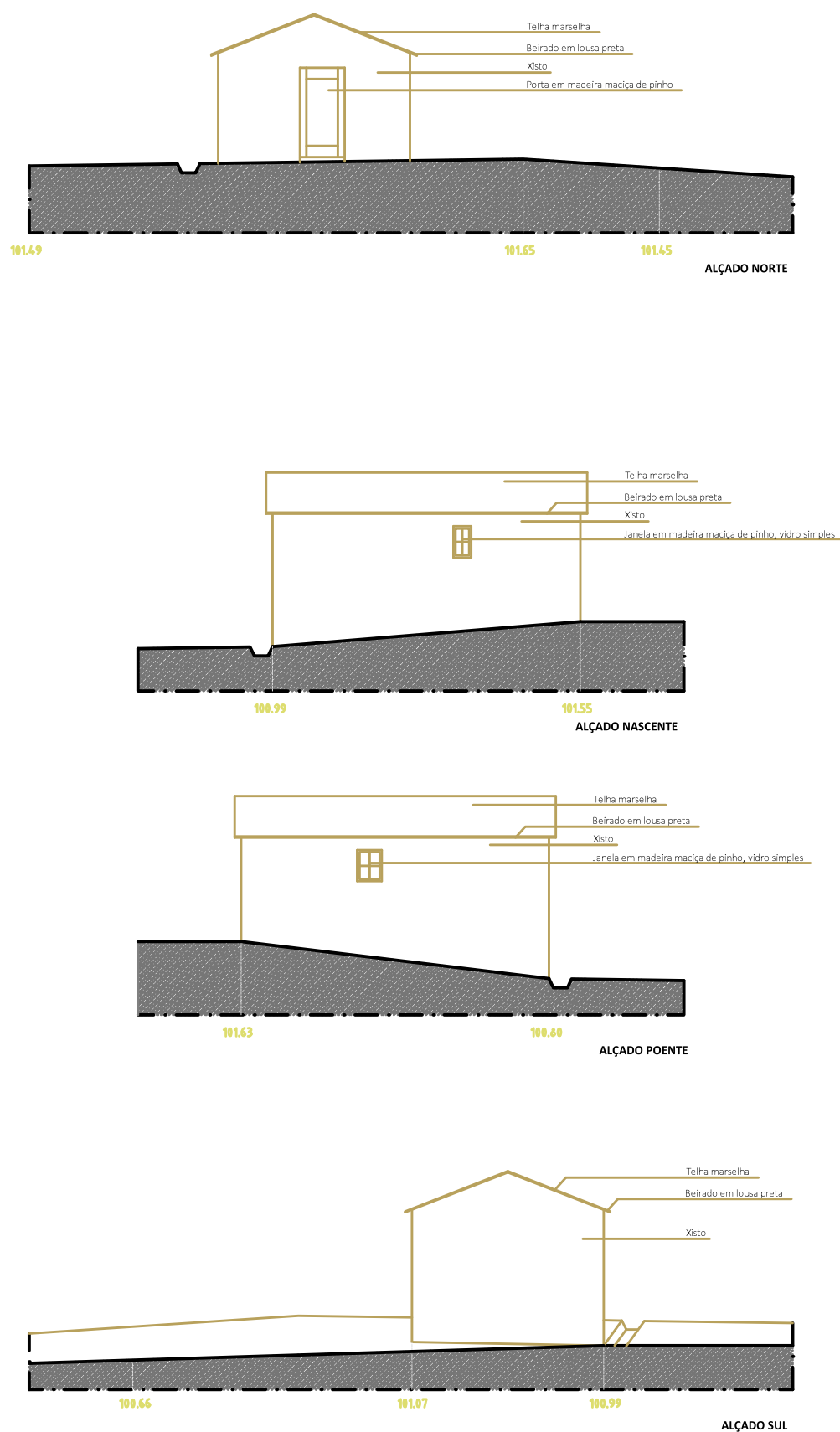
68. Planta da habitação_Piso 0 (Planta s/ escala). Cedida pela Associação CasaXiné

Legenda: 6 - Sanitários; 9 - Camarata feminina; 10 - Quarto smples; 12 - Loja; 13 - Lagar; 14 - Vestiário feminino; 15 - Arrumos / Eira; 16 - Zona técnica; 17 - Hall; 18 - Vestiário masculino; 19 - Quinteiro / Zona exterior; 20 - Eira / Zona exterior.



69. Planta da habitação_Piso 1. (Planta s/ escala). Cedida pela Associação CasaXiné

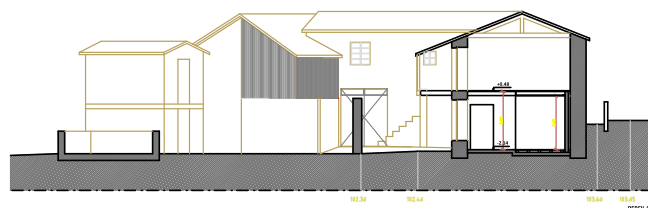
Legenda: 1 - Varanda; 2 - Cozinha; 3 - Sala de convívio; 4 - Kitchenet; 5 - Ante-câmara; 6 - Sanitários; 7 - Quarto; 8 - Camarata masculina; 10 - Quarto simples; 11 - Arrecadação.



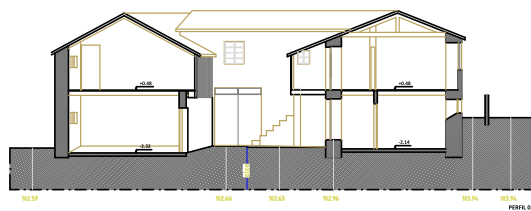
70. Alçados da habitação. Referência dos materiais.

Alçados sem escala.

Cedidos pela Associação CasaXiné



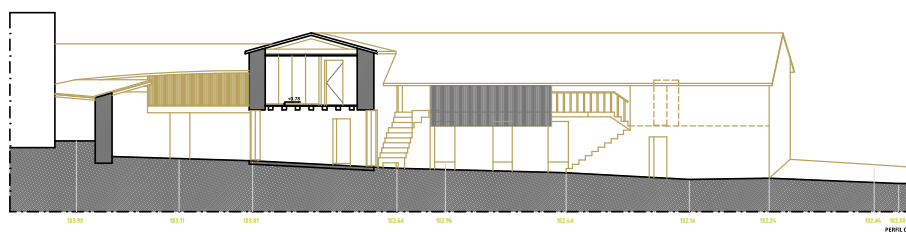
71.



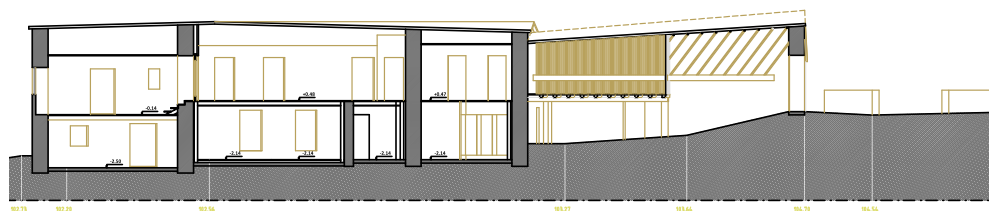
72.



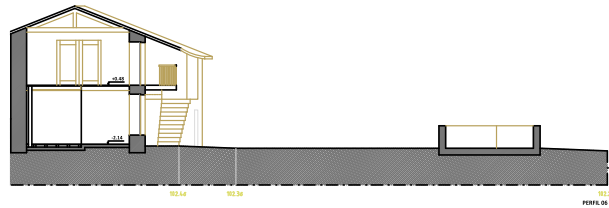
73.



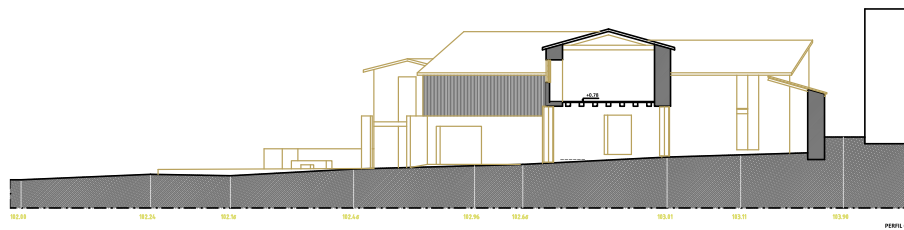
74.



75.



76.



77.

71. Perfil 1

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

72. Perfil 2

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

73. Perfil 3

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

74. Perfil 4

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

75. Perfil 5

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

76. Perfil 6

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

77. Perfil 7

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

Fernando Távora publica, em 1947, um ensaio a que chamou “O Problema da Casa Portuguesa”¹⁵⁹. Nele reflete abertamente sobre a Arquitetura Moderna. Contesta a falsa interpretação da antiga arquitetura portuguesa, fazendo apontamento para a casa popular, “aquela que está de acordo com as novas intenções”¹⁶⁰. Para Távora, é no estudo do meio, nas suas componentes naturais e humanas, que se encontrará a “verdade portuguesa”, é aí que se mostra a verdadeira condicionante da nova arquitetura.

O arquiteto reforça a necessidade do florescimento de uma nova arquitetura, uma arquitetura portuguesa viva, que seja capaz de resgatar o carácter, adaptando-o às possibilidades da construção moderna. “Tudo há que refazer, começando pelo princípio”¹⁶¹, abordando os múltiplos caminhos e conceitos, reconhecendo a plasticidade dos materiais. O princípio referido será reforçado pelo estudo da história e da tradição, extraindo aquilo que convém às necessidades atuais, dando sentido ao desenvolvimento histórico, atendendo desta forma ao Homem e à Terra – factores decisivos no condicionamento da arquitetura que dentro da “verdade portuguesa” pretende construir-se.

¹⁵⁹ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, Lisboa: Manuel João Leal, 1947.

¹⁶⁰ Fernando Távora citado por Ana Tostões in TOSTÕES, Ana, Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50 2ª ed. - Porto: Faup Publicações, 1997 p. 29.

¹⁶¹ TÁVORA, Fernando, O problema da casa portuguesa, Lisboa: Manuel João Leal, 1947, p. 9.

Com a intervenção iniciada em 2003 e finalizada em 2008, percebeu-se que a reabilitação da aldeia de Quintandona é um processo dinâmico e continuado. Passados estes anos continuam a haver novas propostas e pedidos de licenciamento. As casas do centro da aldeia já foram recuperadas, mas continua a ser necessário um alargamento da área de intervenção e por isso agora reforça-se essa ideia com a reabilitação de outra habitação - a Casa do Amásio -, que em breve fará parte das vivências da aldeia.

O projeto de intervenção da Casa do Amásio é da autoria do Atelier Sápode, em Ovar, sendo coordenador do projeto o arquiteto Paulo Coelho e estagiário o arquiteto João Aires. O requerente da obra é a Associação CasaXiné, que desde o início esteve ligada ao projeto revitalização da aldeia. No entanto, a reabilitação desta quinta assenta num contrato de comodato assinado em 2015 e com a duração de vinte anos, entre a proprietária do terreno e da casa com a Associação para o Desenvolvimento de Lagares; se não houver renúncia de nenhuma das partes o contrato é automaticamente renovado de cinco em cinco anos. O projeto desta antiga quinta camponesa continuará a manter o espírito do lugar, ao nível arquitetónico e com todo o património imaterial associado. No projeto de intervenção da Casa do Amásio, o fundamento rural continua presente, os espaços serão apenas recuperados e serão atribuídas novas funcionalidades a alguns deles. A área total da Casa do Amásio é de 892,00 m², sendo que a área construída é de 290,50 m² e a área verde corresponde a 601,50 m². Tratar-se-á de uma habitação de carácter temporário, que irá alojar grupos de visitantes da aldeia e contribuir para a comodidade de quem a visita ou pratica alguma atividade, desportiva ou cultural, desenvolvida em Quintandona. De acordo com os responsáveis da associação, este projeto tem como objetivo a continuidade da preservação do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural; pretende criar condições para a visita de mais pessoas à aldeia, quem sabe atrair novos habitantes, e dinamizar culturalmente os espaços¹⁶².

¹⁶² Segundo o Sr. Belmiro Barbosa, presidente da associação CasaXiné, na visita à aldeia realizada a 2017/10/17. A intenção deste projeto é dar continuidade ao processo iniciado em 2003, de revitalização da aldeia, sem que seja posta em causa a sua identidade; e além disso contribuir para o aumento do número de visitantes da aldeia, dando-lhe condições de alojamento coletivo.



78.



79.



80.

O acesso ao novo alojamento temporário para grupos (Casa do Amásio) far-se-á através da principal rua de Quintandona, uma rua estreita e com pavimento granítico. Após passar o Centro Interpretativo (fig. 78), o Cruzeiro e a Capela da aldeia (fig. 79), avistam-se habitações recentemente reabilitadas e enquadradas no espírito do lugar, e da paisagem. Continuando o percurso entre a Capela e o Cruzeiro, mais à frente pode observar-se um tanque público que serve de referência para a entrada Norte da Casa do Amásio (fig. 80).

De acordo com a nova proposta, os visitantes, ou hóspedes, serão recebidos num espaço aberto, onde se localizava o quinteiro, que encaminha as pessoas para o interior da casa. Ainda no piso térreo, poderão encontrar um edificado com paredes em xisto a ladear o percurso. Tal como acontecia noutros tempos não existirá propriamente um espaço de receção, as pessoas serão convidadas a descobrir entre portas e janelas, em

78. Centro Interpretativo de Quintandona

Foto da autora (2017/10/17)

79. Capela e Cruzeiro de Quintandona

Foto da autora (2017/10/17)

80. Tanque público e rua de acesso à Casa do Amásio

Foto da autora (2017/10/17)

madeira pinho maciço, os interiores da antiga quinta de cariz rural. Os visitantes, à chegada, serão acompanhados pelos caseiros da Casa do Amásio ou pelos colaboradores da Associação CasaXiné, uma das responsáveis pela continuidade da reabilitação desta aldeia. Além de criar novas condições de alojamento, a Associação e os próprios habitantes pretendem dar a conhecer a um público mais abrangente o melhor que Quintandona tem para oferecer.

O projeto tem como base a estrutura existente, desenvolve-se em dois pisos, ou seja num piso térreo e noutro sobrado, e a preservação das características arquitetónicas e materiais da quinta serão assegurados. Neste projeto em concreto, destinado a habitação e alojamento temporário de grupos, serão recuperadas as coberturas, fachadas, vãos, portas, janelas, caixilharias e beirados; e no que respeita aos materiais a usar, o telhado será em telha marselha, os beirados em lousa preta, as paredes em xisto e as janelas e portas em madeira maciça de pinho (fig. 70).

Os espaços interiores serão adaptados às necessidades do novo programa, sendo que no piso térreo mantém-se a área do lagar e da loja, e a restante construção será redimensionada de modo a incluir as camaratas femininas, um quarto simples, os sanitários, e a zona técnica (fig. 68). A escada que dá acesso ao piso sobrado manterá a mesma localização e dá acesso à sala de convívio dos visitantes alojados na casa, este piso superior inclui uma cozinha, as camaratas masculinas e uma pequena ‘Kitchenet’ destinada ao alojamento de um casal de caseiros que ficará responsável por assegurar o funcionamento da casa, tomar conta dos animais e das parcelas agrícolas (fig. 69). Manter-se-á ainda a cozinha de lenha, deslocada do edificado principal da quinta, a escassos metros da casa, onde permanecerá o forno a lenha e a recordação do modo de vida rural da Casa do Amásio.

Depois da análise ao projeto de reabilitação da Casa do Amásio pode-se concluir que este constitui mais um modelo de referência, implantado na aldeia de Quintandona, para futuros projetos de reabilitação em meio rural. O projeto da Casa do Amásio vem comprovar que é possível recuperar o edificado rural sem pôr em causa o espaço público e privado envolvente. Ainda há muito por fazer, há aldeias a perderem de dia para dia a sua população, porque não existem incentivos à sua recuperação e ao desenvolvimento coletivo.

Penafiel tem as condições necessárias para alargar o desenvolvimento a outras zonas do concelho, tal como tem acontecido em Quintandona. É um concelho com boas

acessibilidades à Área Metropolitana do Porto, a empresas que geram postos de trabalho e contém serviços públicos que servem toda a região do Vale do Sousa. Por estes motivos, entre outros, cabe aos organismos públicos tomar a iniciativa e proporcionar a recuperação das conurbações existentes e das aldeias que têm por revitalizar, deste modo podem atrair mais população, alargar o desenvolvimento turístico e o potencial económico da região.

5. SÍNTESE:

Nos últimos anos, em Portugal, tem-se verificado uma crescente preocupação na requalificação e recuperação das aldeias pertencentes ao mundo rural. As aldeias estão repletas de história, riqueza, e têm muito para oferecer, são objeto de valorização, promoção e tornam-se pontos fulcrais na estratégia de desenvolvimento das áreas rurais envolventes. É cada vez mais necessário desenvolver políticas de intervenção que permitam reverter a atual decadência observada no território, principalmente no interior do país, em espaços mais débeis e pouco estruturados, devido ao constante abandono demográfico e de desvalorização das tradições. Com a criação de políticas que fomentem a fixação da população, o desenvolvimento económico das aldeias, a criação de emprego e sustentabilidade territorial é possível potenciar a criação de diversas atividades atrativas e melhorar a qualidade de vida dos residentes. O incentivo a investimentos privados também contribui para a criação de emprego, dinamização da sociedade, da economia, e valorização dos recursos endógenos. A realização de visitas às aldeias e habitações rurais em Penafiel permitiu uma aproximação à realidade própria deste concelho, dando a perceber os tipos de habitações existentes – Casa Senhorial e Quinta Camponesa - que se encontram diretamente relacionadas com as colectividades rurais até meados do século XX, com características socioeconómicas que variam de geração em geração. A Casa Senhorial é um modelo hierarquizado, por norma, com tendência a expandir-se de acordo com o crescimento da família e, frequentemente, vai sendo herdada por familiares diretos. As Quintas Camponesas, na sua maioria, são pequenas e estão bastante degradadas; algumas encontram-se ao abandono porque as famílias que as habitavam procuraram melhores condições de vida noutros locais e não regressaram, outras estão a ser apropriadas e revitalizadas de modo a manter a herança deixada pelos modos de vida rurais.

Além do estudo individual de algumas habitações onde se pôde compreender a sua organização, as materialidades e as características arquitectónicas e construtivas, é possível compreender que as colectividades rurais organizavam de forma funcional os seus espaços em função das suas necessidades. Este fenómeno repete-se hoje em dia, talvez de forma mais pensada e estudada, as habitações são construídas para dar resposta a um determinado programa e numa determinada época. Contudo, importa realçar a ideia de que é possível reabilitar e responder com sucesso às novas solicitações, tal como acontece nos casos anteriormente estudados; a reconstituição do aglomerado

rural da aldeia de Quintandona merece uma atenção especial, pois constitui um exemplo de sucesso de revitalização de vários espaços habitacionais, que eram complexos de exploração rural, e públicos que contribuíram para a dinamização e rejuvenescimento de uma aldeia que progressivamente estava a ficar desertificada, sem que houvesse descaraterização do edificado.

Pelos motivos elencados, torna-se bastante pertinente olhar para estas habitações, que são arquiteturas anónimas, e conservá-las; visto que assumem um papel muito importante em diversas áreas de estudo e são testemunhos ativos da história da arquitetura portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos principais deste trabalho eram o estudo das géneses do modo de vida rural no Vale do Sousa, a relação das pessoas com o espaço habitacional e as transformações que começaram a ocorrer após o período da industrialização, e ainda uma apreciação às tendências que estão a ser aplicadas na reabilitação das habitações rurais.

Com um olhar atento aos factores intervenientes na alteração do modo de vida rural, pretendeu-se compreender o modo como as pessoas, atualmente, se relacionam com as habitações vernaculares da região e a forma como os respetivos espaços habitacionais têm vindo a ser reconfigurados. Por vernacular, num contexto rural em transformação, pode entender-se a herança reconfigurada do espaço; o que é próprio e original de determinada região. Em termos arquitetónicos está relacionado com as construções ligadas à terra, ao modo como o homem se relaciona com o meio, transformando-o em seu benefício, recorrendo aos materiais e técnicas tradicionais da região e da coletividade.

Para compreender este tema foi necessário fazer um recuo no tempo e perceber a origem da arquitetura popular de matriz rural, que corresponde ao termo ‘arquitetura sem arquitetos’, ou seja, a arquitetura produzida por entidades anónimas que construíram de acordo com padrões de orientação mais funcionalista, de modo a dar respostas às suas necessidades; como forma de minimizar custos, tratam-se de arquiteturas que recorriam aos materiais provenientes da região relacionando a sua atividade com construções vizinhas. Entre o final do século XIX e o início do século XX, houve necessidade de compreender, retomar ou preservar a cultura do povo, por isso surgiram diferentes movimentos atentos à relação do homem com o espaço de habitar. Um dos casos é a perspectiva promovida por Raul Lino e pelo movimento da ‘Casa Portuguesa’ que defendiam um tipo português de habitação, atentos apenas ao exterior e ao enquadramento no espaço; ainda na primeira metade do século XX surgiu outra perspectiva, levada a cabo pelos defensores do Movimento Moderno, que também defendiam a adequação da obra ao lugar, no entanto alertavam para a relação da arquitetura construída com as más condições de vida de quem dela usufruía e o facto da agricultura já não ser suficiente para sustento da família. O Estado Novo inicialmente defendeu a perspetiva do Movimento Moderno, no entanto no final de 1930 verifica-se uma mudança de opinião, adoptam uma política fascista e apoiante da arquitetura tradicional portuguesa, da ‘Casa Portuguesa’, anteriormente defendida

por Raul Lino.

Em Portugal, os anos 70 do século XX podem ser considerados como um ponto de viragem na sociedade rural, por causa da introdução do impacto das migrações na respetiva população e da máquina no quotidiano dos trabalhadores. O processo de industrialização foi extremamente rápido em Portugal, aconteceu em cerca de 30 anos, enquanto noutros países demorou muitos mais anos a acontecer. Portugal não estava preparado para tal processo de transformação e por isso alguns espaços ganharam rapidamente densidade.

Esta situação também teve reflexo na região do Vale do Sousa, assistiu-se a uma migração da população para as zonas mais industrializadas à procura de melhores condições de vida. A maioria das indústrias localizava-se distante das habitações onde os trabalhadores viviam, e por isso muitos preferiram morar mais próximo do local de trabalho, deixando assim as quintas onde moravam e os campos que exploravam ao abandono. Nesta mesma altura as classes senhoriais, proprietárias das quintas onde habitavam os caseiros, devido à falta de mão de obra e antevendo a decadência do mundo rural português, começam a vender algumas quintas a preços mais reduzidos. O espaço, mais perto das cidades, vai tornar-se raro e investido de uma lógica industrial e capitalista, com jornadas intensas de trabalho nas fábricas e com salários baixos devido à abundância de mão de obra. Os proprietários destas indústrias acabam por fazer uma dupla exploração dos seus operários, tanto ao nível laboral como residencial. Estes dois espaços acabam por se articular sem que hajam diferenças significativas e relevantes entre eles. Por toda a Europa, manteve-se a articulação do padrão sócio-industrial e residencial, formaram-se cidades urbanizadas. No entanto, este crescimento em Portugal foi tão acelerado e desmedido que a lógica fabril intensa não obteve os resultados esperados, muitas fábricas acabaram por fechar, a paisagem voltou a modificar-se e o território desvaneceu com vastas áreas industriais deixadas ao abandono.

Neste momento, Vale do Sousa é um dos principais eixos de circulação da Área Metropolitana do Porto, é uma passagem quase obrigatória na ligação do litoral ao interior. E Penafiel, o território em análise nesta dissertação, constitui um motivo de interesse porque reflete as mudanças sociodemográficas e arquitetónicas ocorridas com a industrialização e urbanização dos campos. Atualmente, continua a ser um dos

concelhos do Vale do Sousa com maior área agrícola, no entanto estas áreas verdes têm um uso diferente daquele que outrora tiveram. Neste enquadramento efetuou-se uma análise sistematizada das características da ruralidade e das condições de vida da população que antecedeu esta nova condição urbano-rural.

Retomando a metodologia proposta neste trabalho, e inspirando-se no legado teórico de tradições disciplinares provenientes do Urbanismo, da Arquitetura, da História, da Etnologia, da Geografia e da Sociologia. Além dos objetivos inicialmente mencionados, esta dissertação pretendeu compreender as lógicas subjacentes às tipologias das habitações presentes no território de estudo, ou seja os modelos da casa senhorial e da quinta camponesa, as tendências e os elementos utilizados na sua arquitetura, além de compreender as transformações ocorridas nos modos de vida das coletividades rurais. É importante, desde já, realçar que não ficou tudo abordado neste trabalho, devido à extensão do tema. Assim, foi necessário iniciar este estudo a partir da origem, através de visitas aos lugares e de conversas com quem vivenciou a transformação do mundo rural da região. O contacto direto com a população foi essencial para a realização deste trabalho, pois foi facultado o acesso a diversas histórias que de outro modo seria complicado de obter. O registo fotográfico também foi um meio crucial para o desenvolvimento deste trabalho. Através das fotografias foi possível constatar duas formas de abordagem diferentes para a reestruturação dos meios rurais: por um lado a transformação de um aglomerado, por exemplo o caso da aldeia de Quintandona, pois trata-se de uma reabilitação coletiva onde intervêm os próprios habitantes e as entidades públicas; por outro, mais frequente, a intervenção por particulares que fazem a reabilitação de uma ou outra quinta camponesa ou casa senhorial, uns de forma mais consciente com o passado e outros de forma menos informada. No entanto, apesar de já ter passado quase meio século, as informações relativas a esta temática estão muito dispersas, muitas pessoas tentaram esquecer o passado e essa intenção reflete-se até na própria arquitetura, que foi deixada ao abandono. Algumas pessoas, menos atentas, deixaram de querer compreender a história dos lugares e optaram por construir de uma forma generalizada em qualquer parte do país, indiferentes ao contexto local e com materiais bastante variados; no entanto, é possível preservar o vasto património rural de cada região, com o intuito de superar os efeitos negativos da degradação e desertificação de alguns lugares, principalmente no interior do país, contribuindo para a reafirmação desses territórios, para o reforço da autoestima e fixação das populações.

Atualmente, assiste-se a um fenómeno que já não é novo na região, as famílias mais endinheiradas dos arredores e até mesmo dos grandes centros metropolitanos vão adquirindo habitações e outros bens na região do Vale do Sousa. Muitas habitações que estavam abandonadas e num estado de degradação elevado estão a ser adquiridas como segunda habitação, para enaltecer socialmente os proprietários, ou com a finalidade de rentabilizar os espaços, nomeadamente para fins turísticos ou culturais.

Em suma, o Vale do Sousa já teve momentos de desertificação e abandono, mas agora volta a haver uma tendência contrária, a região é redescoberta por pessoas que não têm ligação direta à região.

Reabilitar o património rural é um grande desafio a enfrentar nos próximos anos, porque ainda há muito por fazer. A partir da aproximação ao contexto é possível compreender que os núcleos históricos, as casas antigas e as ruas estreitas não têm de significar tempos de opressão e pobreza, são simplesmente espaços que transportam história e, ao mesmo tempo, alertam o presente e o futuro para questões socioeconómicas e arquitetónicas, de modo a evitar que os erros ocorridos no passado voltem a ser repetidos.

O património edificado no Vale do Sousa caracteriza-se pela sua origem histórica, pelos seus valores sociais e culturais, mas ao mesmo tempo demonstra uma crescente sensibilização da população para a salvaguarda e valorização dos edifícios e do património.

Constatando que o património cultural, arquitetónico e natural está cada vez mais ameaçado, não só pelas causas mais tradicionais de degradação, mas também pelos mais recentes modos de vida, ao nível social, económico e político, importa alertar para a necessidade urgente de qualificar e tratar, com conhecimento, estes bens únicos e insubstituíveis.

É sempre possível integrar novos edifícios, sejam eles de raiz ou de complemento aos já existentes, desde que se respeite as pré-existências, construindo com sistemas de construção e materiais próprios dos locais. É perceptível que as vivências de outrora são diferentes das atuais, mas as funções das formas arquitetónicas construídas podem acompanhar essas transformações e responder às solicitações ao longo de várias gerações.

“O Passado serve-nos de base de trabalho no presente para a sustentação de um futuro com identidade”¹⁶³.

CASAXINÉ , Associação para a Promoção e Desenvolvimento Cultural de Quintandona

¹⁶³ Apresentação da aldeia realizada pela associação Casaxiné em 17/10/2017, na Casa do Xiné em Quintandona.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “*Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho, nos séculos XII e XIII*”, in Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, Vol. II, 1988.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Vol. I. Porto: Ed. Autor, 1978. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada a F.L.U.P. (Ed. Policop.).

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges, *História da Vida Privada*, Vol. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

ASCHER, François, *Métapolis ou L’Avenir des Villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA, *Bem-Vindo às Terras Verdes do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa.

BENEVOLO, Leonardo, ALBRECHT, Benno, *As origens da arquitetura*. Lisboa: Edições 70, LDA., 2002.

BISPO, Cristina Leite da Silva, *A territorialização do Urbano e a sua representação*. FAUP: Prova Final para Licenciatura em Arquitetura 2007/2008.

BRAGANÇA, Pedro, *Lugares de habitar entre a terra e o mar – Apontamentos sobre temas do território Entre Douro e Minho*, Vol. I. Porto: Ed. Autor, 2014. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à F.A.U.P. (Ed. Policop.).

CALVINO, Italo, *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema SA, 2002.

CARDOSO, Vilma , *O Morgado de Paço de Sousa: da administração de Pedro Leite Pereira de Melo à organização documental do arquivo da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada*. I Seminário Penafiel e Penafidelenses na História, Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, 29 de Outubro de 2016.

CARITA, Hélder, *A casa senhorial em Portugal*. Alfragide: Leya, 2015.

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE PENAFIEL, *Diagnóstico Social de Penafiel 2014*. Penafiel: Rede Social de Penafiel, 2014.

CORTESÃO, Jaime, *Portugal – A Terra e o Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.

COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. 2.^a Edição, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007.

COSTA, J. Almeida, MELO, A. Sampaio, *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8.^a Edição, Porto: Porto Editora, 1999.

DE AZEVEDO, Carlos, *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 2º edição, 1988, p. 72.

DOMINGUES, Álvaro, *A Rua da Estrada*. Porto: Dafne Editora, 2009.

DOMINGUES, Álvaro, *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2011.

DOMINGUES, Álvaro, TRAVASSO, Nuno, *Território – Casa Comum – Morfologias e Dinâmicas do Território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2015.

FERRÃO, Bernardo José, *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758/1813*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 3.^a edição, 1997.

FERREIRA, Alfredo Matos – *Aspetos da Organização do Espaço Português, Pref. de Fernando Távora*. Porto: F.A.U.P. Publicações, 1995

FERREIRA DOS SANTOS, Maria José, SOEIRO, Teresa, LOPES CARDOSO, Augusto-Pedro, *Cadernos do Museu: Município de Penafiel. Uma Longa História*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, 2005.

GIPP – Gestão Integrada de Projetos e Planeamento, *Plano Diretor Municipal de Penafiel – Relatório com programa de execução e plano de financiamento*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2007.

GOMES, Cecília José Barbosa, *Casa da Companhia: O Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador, I Seminário Penafiel e Penafidelenses na História*. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, 29 de Outubro de 2016.

HALL, Edward T., *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870 – 1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. 1.^a Edição, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

LEFEBVRE, Henri, *O Direito à Cidade*. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre, 2012.

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, Lda., 2011.

LOBO, Manuel da Costa, artigo *Planeamento Urbano em Portugal* publicado na Revista Sociedade e Território – (Sub) urbanismo e modos de vida - nº 21.

MARCOLIN, Paolo, *O desenho da cidade alargada e os sistemas rurais e naturais : princípios e critérios metodológicos de ocupação nos territórios centrais do Vale do Sousa*. Porto: F.A.U.P. Publicações, 2012. Dissertação de Doutoramento apresentada à F.A.U.P.

MARTINS, Fernando Cabral, ZENITH, Richard, *Cancioneiro: Uma Antologia. Fernando Pessoa*. Porto: Porto Editora, 2013.

MASCARENHAS, Jorge, *Sistemas de Construção: XV – Arquitetura Popular Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

MATTOSO, José, *Identificação de um país – ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325 – Oposição*, vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

MATTOSO, José, *Identificação de um país – ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325 – Composição*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João, *NUNO PORTAS, PRÉMIO SIR PATRICK ABERCROMBIE UIA 2005*. 2.^a Edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2005.

MOREIRA, Telma Alexandra, *Itinerário das Casas Nobres do Porto – Investigação e Empreendedorismo na criação de uma aplicação móvel*. Volume I, Porto: Ed. Autor, 2017. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga; GALHANO, Fernando, *Arquitectura tradicional portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

PEREIRA, Virgílio Borges, *Distinction comes to Porto: Class and class culture in the (re)production of urban social space*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

PINTO, José Madureira, *Estruturas e dinâmicas demográficas, económicas e sociais do Vale do Sousa e do concelho de Penafiel (1950-2006)*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

PINTO, José Madureira e QUEIRÓS João (Orgs.). *Ir e Voltar – Sociologia de uma Coletividade Local no Noroeste Português (1977-2007)*, Vol. I. Porto: Edições Afrontamento, 2010

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro e CABRAL, João, *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*. 4.^a Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro e CABRAL, João, *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

RAMOS, Rui (Coord.); VASCONCELOS, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição*, Porto: Edições Afrontamento, 3^a. Edição, 2004.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Herman, DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal: a vida económica e social*. Lisboa: João Sá da Costa, 1987.

ROSAS, Lúcia, *O Românico: do fenómeno europeu às regiões do Vale do Sousa e baixo Tâmega*, 2012.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, MOREIRA DA ROCHA, Manuel Joaquim, SANTOS, Diana, BARROS, Márcia Santos, *Rota do Românico do Vale do Sousa*. 2.^a Edição, Lousada: Valsousa.

SARAIVA, Ana, *Casas pós rurais entre 1900 e 2015: expressões arquitectónicas e trajetórias identitárias*. Lisboa: Edições Colibri, 2017.

SILVA, Manuel Carlos, *Sócio-antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2000)*. Porto: Edições Afrontamento, 2012.

SILVANO, Filomena, *Antropologia do espaço*, Lisboa: Celta Editora, 2001.

SOEIRO, Teresa, *Quintandona. As muitas vidas de uma aldeia*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel, 2013.

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*. Porto: F.A.U.P. Publicações, 2006.

TÁVORA, Fernando, *“O problema da casa portuguesa”*, in *Teoria e crítica de Arquitetura séc. XX*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul e Caleidoscópio, 2010.

TOSTÕES, Ana, *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. 2.^a edição, Porto: Faup Publicações, 1997.

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS:

ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa

(Consultado em Novembro de 2017)

Disponível em: <http://www.dlbc.adersousa.pt/> e <http://adersousa.pt/iniciativas/aldeias-de-portugal/>

Câmara Municipal de Penafiel

(Consultado em Agosto de 2017)

<http://www.cm-penafiel.pt/pt-pt/servicos-municipais/mobilidade/programas-de-promocao-da-acessibilidade.aspx>

HARPER, Douglas, *Framing photographic ethnography: A case study*, Ethnography, 2003, vol. 4(2)

(Consultado em: Agosto de 2018)

Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/14661381030042005?journalCode=etha>

Instituto Geográfico Português, Atlas de Portugal.

(Consultado em Julho 2018)

Disponível em: <http://www.igeo.pt/DadosAbertos/Listagem.aspx#>

Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2011, Censos - Resultados definitivos. Região Norte – 2011*.

(Consultado em Fevereiro de 2018)

Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156638623&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

LEAL, João, *Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português*.

(Consultado em Fevereiro de 2018)

Disponível em: <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>.

CRÉDITOS DE IMAGEM

1. “Habitação Evolutiva”, Nuno Portas.

MILHEIRO, Ana Vaz, AFONSO, João, *NUNO PORTAS, PRÉMIO SIR PATRICK ABERCROMBIE UIA 2005*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2005, 2ª edição, p. 4.

2. Palheiro em Marvão, relacionado com as construções primitivas

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p.126.

3. “Povo Que Canta”

Série da autoria do etnomusicólogo Michel Giacometti, exibida entre 1971 e 1974, na RTP. Uma viagem pelo Portugal profundo, em busca das imagens, das vozes com que se produziu uma das mais importantes recolhas antológicas de sempre da música regional portuguesa e um retrato da vida em meio rural. <http://www.rtp.pt/programa/tv/p33734>. (Consultado em Junho de 2018)

4. Fotografia de uma coletividade rural

SILVA, Manuel Carlos, *Sócio-anthropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*, Porto: Edições Afrontamento, 2012, capa.

5. Página do Inquérito à Habitação Rural.

LEAL, João, *Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português*, p. 32. <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. (Consultado em Fevereiro de 2018).

6. Página do “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal”.

LEAL, João, *Conferência Arquitecto Marques da Silva. 2008. Arquitecto, Engenheiros, Antropólogos: Estudo sobre a arquitectura popular no século XX português*, p. 46. <https://fims.up.pt/ficheiros/LivroFinalConferencias.pdf>. (Consultado em Fevereiro de 2018).

7. Casa em Vilarinho da Mó, Boticas. Tradicional casa transmontana.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 127.

8. Conjunto de casas para trabalhadores agrícolas em Picanceiros, Mafra.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 125.

9. Casas em Santa Vitória do Ameixial, Estremoz.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 128.

10. “Delimitação da Ruralidade”

DOMINGUES, Álvaro, *Vida no Campo*, Porto: Dafine Editora, 2011, p. 149.

11. “A Lição de Salazar”.

DOMINGUES, Álvaro, *Vida no Campo*, Porto: Dafine Editora, 2011, p. 123.

12. Fotografia do Inquérito à Habitação Rural. Uma Habitação com aspeto modesto, mas que ilustra a precariedade com que as sociedades rurais viviam.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 122.

13. Quinta da Venda, pertencente à Casa de Cabanelas, em Bustelo.

Fotografia da autora (2018/01/26).

14. Casa da Câmara da Honra de Barbosa, Rans

Fotografia da autora (2018/01/15).

15. Distribuição da densidade populacional em Portugal.

Atlas de Portugal, Instituto Geográfico Português (ed. Online – Consultado em Julho 2018).

16. As transformações do território

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 72.

17. Fotografia Aérea do Vale do Sousa, levantamento de 1965

SOEIRO, Teresa, *Penafiel, composição de um espaço administrativo*, Penafiel: Cadernos do Museu Municipal, 2005, p. 106.

18. Fotografia Aérea da cidade de Penafiel, levantamento de 1965

SOEIRO, Teresa, *Penafiel, composição de um espaço administrativo*, Penafiel: Cadernos do Museu Municipal, 2005, p. 107.

19. Conurbação Urbano-Industrial - Vale do Sousa

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projetos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, p. 120.

20. Cartografia da Rede Viária Capilar - Arco Metropolitano do Porto

BISPO, Cristina Leite da Silva, A territorialização do Urbano e a sua representação, FAUP: Prova Final para Licenciatura em Arquitetura 2007/2008, p. 96.

21. Planta da habitação Casa da Companhia. Piso 0.

Cedida pela proprietária.

22. Planta da habitação - Casa da Companhia. Piso 1.

Cedida pela proprietária

23. Planta da habitação - Casa da Companhia. Piso 2.

Cedida pela proprietária

24. Percurso de entrada até à Casa da Companhia

Foto da autora (2017/12/01)

25. Fachada principal da Casa da Companhia

Foto da autora (2017/12/01)

26. Apontamentos genealógicos no fundo da Casa da Companhia, contendo notas e árvores genealógicas

CARDOSO, Vilma, O Morgado de Paço de Sousa: da administração de Pedro Leite Pereira de Melo à organização documental do arquivo da família Leite Pereira de Magalhães Alpendurada

27. Casa do Choupelo, atuais instalações dos Vinhos do Porto Croft

GOMES, Cecília, Casa da Companhia: O Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador

28. Casa de Cabanelas, Bustelo

Foto da autora (2018/01/16)

29. Entrada da Casa da Companhia, Paço de Sousa

Foto da autora (2017/12/01)

30. Escadaria da Casa da Companhia, Paço de Sousa

Foto da autora (2017/12/01)

31. Exterior da Capela da Casa da Companhia, Paço de Sousa

Foto da autora (2017/12/01)

32. Interior da Capela da Casa da Companhia, Paço de Sousa

disponível em: <https://casa.sapo.pt/Quinta-T6-ou-superior-Venda-Penafiel-Paco-de-Sousa-tem.Piscina-108f6a1d-eec0-44e9-b73e-7f1df2a3b86e.html?pn=7> (consultado em Janeiro de 2018)

33. Pedra de Armas da Casa da Companhia, Paço de Sousa

Foto da autora (2017/12/01)

34. Muros (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

35. Muros (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

36. Presa (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

37. Presa (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

38. Tanque (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

39. Tanque (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

40. Rua e edificado (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

41. Rua e edificado (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

42. Eira e Casa da Eira de habitação privada (antes da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

43. Eira e Casa da Eira de habitação privada (depois da recuperação)

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

44. Casa do Aguiheiro (antes da recuperação).

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

45. Casa do Aguiheiro (depois da recuperação). É uma casa recuperada para servir de alojamento local, com dois quartos, uma sala, uma casa de banho e uma cozinha.

Foto cedida pelo Sr. Belmiro Barbosa, presidente da Associação CasaXiné

46. Casa de Valxisto. A Quinta de Valverde foi transformada na Casa de Valxisto – Country House.

Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-valxisto.pt> (consultado em 2018/09/17)

47. Casa de Valxisto. A Quinta de Valverde foi transformada na Casa de Valxisto – Country House.

Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/pt/casa-valxisto.pt> (consultado em 2018/09/17)

48. Casa da Viúva. Cozinha em estado de conservação

Foto de autora (2017/10/17)

49. Casa da Viúva. WINEBAR

Foto da autora (2017/10/17)

50. Entrada Sul (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/03)

51. Acesso ao piso sobrado (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/03)

52. Sala e espaço de distribuição para os quartos (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

53. Sala (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

54. Material construtivo: Xisto

Foto da autora (2017/10/17)

55. Materiais construtivos: Xisto e Granito

Foto da autora (2017/10/17)

56. Cozinha exterior, vista por fora (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

57. Cozinha exterior com forno, vista por dentro (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

58. Quinteiro (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

59. Quinteiro e sobreloja (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

60. Lojas e cortes dos animais (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

61. Lojas e cortes dos animais (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

62. Palheiro (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

63. Palheiro e eira (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

64. Eira de secagem e casa da eira (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/04/02)

65. Lagar (Casa do Amásio)

Foto da autora (2017/10/17)

66. Moinho

Foto da autora (2017/04/02)

67. Moinho

Foto da autora (2017/04/02)

68. Planta da habitação_Piso 0

Cedida pela Associação CasaXiné

69. Planta da habitação_Piso 1.

Cedida pela Associação CasaXiné

70. Alçados da habitação. Referência dos materiais.

Cedida pela Associação CasaXiné

71. Perfil 1

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

72. Perfil 2

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

73. Perfil 3

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

74. Perfil 4

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

75. Perfil 5

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

76. Perfil 6

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

77. Perfil 7

Desenho cedido pela Associação CasaXiné

78. Centro Interpretativo de Quintandona

Foto da autora (2017/10/17)

79. Capela e Cruzeiro de Quintandona

Foto da autora (2017/10/17)

80. Tanque público e rua de acesso à Casa do Amásio

Foto da autora (2017/10/17)

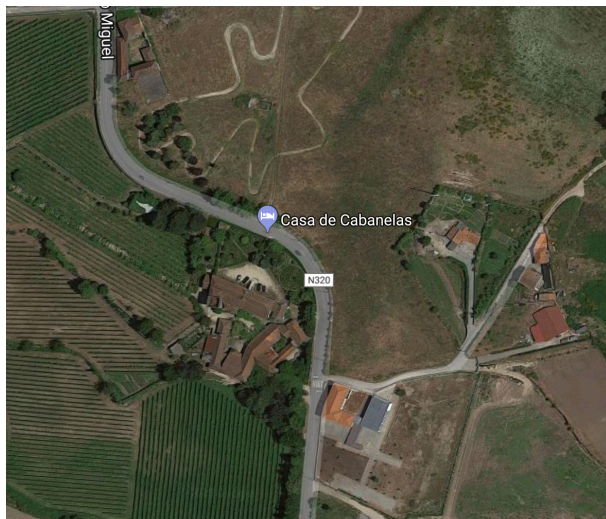
ANEXOS
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DE ALGUMAS
HABITAÇÕES RURAIS EM PENAFIEL (HRP)

NOTA:

Nas seguintes fichas técnicas, sobre algumas das habitações rurais do concelho de Penafiel, apenas constam as informações confirmadas e obtidas junto das entidades locais e da população.

Todas as fotografias apresentadas são da autora desta dissertação, enquanto os elementos gráficos foram recolhidos através do Google Maps, da 2.^a alteração ao PDM sobre o Património de Penafiel e juntos dos proprietários das habitações.

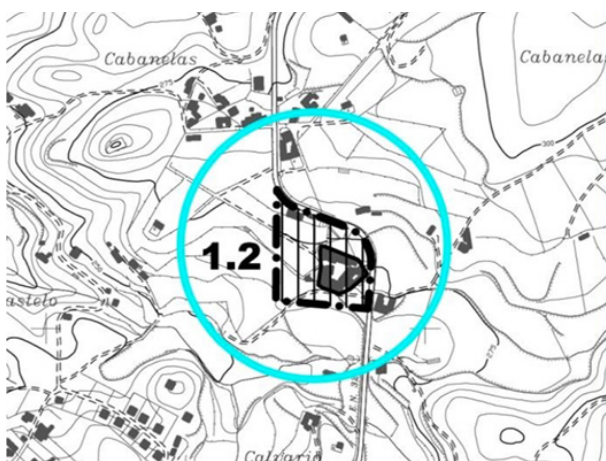
INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa de Cabanelas

Distrito: Porto Concelho: Penafiel
 Avenida de São Miguel 1091
 data de construção:
 projetista:

Freguesia: Bustelo
 coordenadas: 41°14'8.42"N 8°15'33.55"W
 data de referência: Séc. XVIII
 proprietário:

utilização original: casa nobre

utilização atual: habitação privada e turismo rural

área total (m²):

área verde (m²):

construído ☒ demolido ☐ parcialmente construído ☐ parcialmente destruído ☐ reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐ casa de andar ☒ casa em banda ☐ casa-pátio aberto ☐ casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒ tijolo ☐ xisto ☐ granito ☒ outra ☐

cobertura: colmo ☐ telha ☒ xisto ☐

interior: tetos: pavimentos: paredes: s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 3 nº de quartos: nº de salas: nº de cozinhas: nº de quartos de banho:

área exterior: terrenos e anexos agrícolas, capela, fonte armoreada e piscina.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒ caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel
 licença de obra:

cota:
 data de entrada:

folhas:
 data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PIMENTEL, Ângelo, "O Solar de Cabanelas" - Penafidel, 2.^a Série, n.º 3, Penafiel, 1965;
 IPPAR, "Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado - vol. II", Lisboa, 1993.

NOTAS

O solar foi mandado edificar pela família Sottomayor Menezes em Bustelo e nele reside uma fonte armoreada que está considerada como Património de Interesse Municipal. Possivelmente a fonte foi construída na altura de ampliação do edifício habitacional, iniciada em 1690 e terminada em 1771, em pleno século XVIII.

A casa, de planta retangular, apresenta uma longa fachada, depurada, com janelas ao nível do piso nobre, portas de verga reta no piso térreo e sobre a cornija surge outro piso, provavelmente acrescentado posteriormente, que desenha um frontão triangular sobre a entrada. A entrada principal é feita por uma escada perpendicular à fachada principal, num lanço único, que permite o acesso ao piso nobre da casa. Na fachada tardoz surge uma torre ameada, vestígio de uma construção anterior e possivelmente de carácter utilitário.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta da Venda

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Bustelo

Travessa de Souto de Rei

coordenadas: 41°14'14.41"N 8°15'37.32"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário: Irmãos Ribeiro, de Baltar

utilização original: quinta camponesa da Casa de Cabanelas

utilização atual: s/ utilização

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: madeira

pavimentos: madeira

paredes: rebocadas

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos: 2

nº de salas: 1

nº de cozinhas: 2

nº de quartos de banho: 1

área exterior: anexos agrícolas, cortes, eira e casa da eira

RENDIA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Segundo o Sr. Zé da Venda, antigo morador desta quinta, esta foi uma das oito quintas arrendadas em Bustelo pelos proprietários da Casa de Cabanelas a caseiros, bem como outras em Paredes, Novelas e Lousada.

A quinta organiza-se em torno de um quinteiro, onde se soltavam os animais, no piso térreo ficavam os abrigos dos animais, a loja e duas cozinhas, e no piso superior a sala, os quartos dos caseiros e quarto de banho das senhoras, enquanto a dos senhores era no exterior.

O celeiro e a eira que pertencem este conjunto eram de serventia dos caseiros da Quinta da Porta, a quinta que ficava à porta da Casa de Cabanelas, e a escassos metros desta quinta ficava então a casa da eira e a eira que lhe estavam destinados.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta da Mouta

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Marecos

Estrada Nacional 106

coordenadas: 41°11'21.97"N 8°18'8.54"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: Quinta da Casa da Mouta

utilização atual: s/ utilização

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: terrenos e anexos agrícolas, cortes e palheiro.

RENDA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta na EN 106

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Marecos

Estrada Nacional 106

coordenadas: 41°11'21.28"N 8°18'7.25"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: quinta privada

utilização atual: quinta privada

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior:

RENDA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa da Companhia

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Paço de Sousa

Rua Padre Américo 104

coordenadas: 41°10'00.1"N 8°20'42.5"W

data de construção: séc. XVI

data de referência: séc. XVI

projetista:

proprietário: Dra. M. Filomena L. P. M. Alpendurada

utilização original: residência de padres Jesuítas

utilização atual: habitação privada

área total (m²):

área construída (m²): 1000 m²

área verde (m²): 14 246 m²

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: Estuque

pavimentos: madeira

paredes: rebocadas

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 3

nº de quartos: 7

nº de salas: 6

nº de cozinhas: 2

nº de quartos de banho: 5

área exterior: jardins, cavalariças, anexos agrícolas, eira e casa da eira.

RENDA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Cecília José Barbosa - Casa da Companhia: O Morgado de Paço de Sousa e o seu fundador;
PENAFIEL E PENAFIDELENSES NA HISTÓRIA;

Atas. Penafiel: Amigos do Arquivo de Penafiel, ISBN: 978-989-207084, 2016.

NOTAS

Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público

A Casa da Companhia, original do século XVI, deve a sua designação à Companhia de Jesus (jesuítas), e estava intimamente ligada ao Mosteiro de Paço de Sousa;

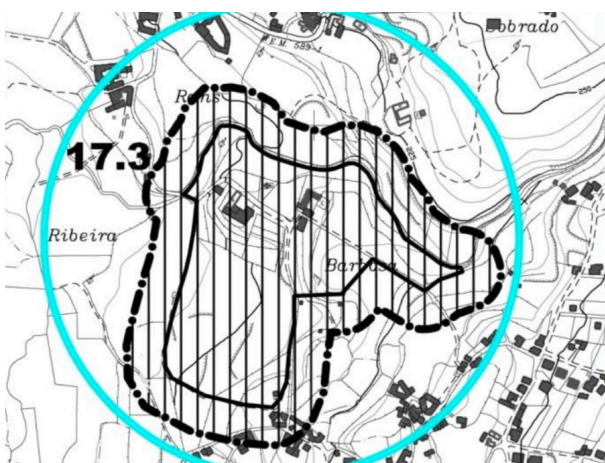
INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Solar da Honra de Barbosa

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Rans

Rua Honra de Barbosa

coordenadas: 41°9'59.75"N 8°18'3.14"W

data de construção: séc. XII

data de referência: 1500

projetista:

proprietário: Família Malafaia

utilização original: casa senhorial

utilização atual: habitação privada

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: quintas de caseiros, terrenos e anexos agrícolas e cortes de gado.

RENDA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMINGUES, Ernesto - "Barbosas, Azevedos e Beato Inácio" – Penafiel, Boletim Municipal de Cultura, n. 2, Câmara Municipal de Penafiel, 1973;

AMARAL, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo - "Elementos para a Carta Arqueológica de Penafiel" - Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Actas I, Cadernos do Museu, n.º 2, Museu Municipal de Penafiel, 1998;

CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes - "Honras e Coutos: o contributo do Livro do Milhão (A Honra de Barbosa e o Couto de Bustelo)" - Cadernos Vianenses, C.M. Viana do Castelo, 1998;

SANTOS, Maria José Ferreira dos – "A Terra de Penafiel na Idade Média – estratégias de ocupação do território (875-1308)" - Cadernos do Museu, n.º 10. Museu Municipal de Penafiel, 2004;

CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, "A Honra de Barbosa. Subsídios para a sua História Institucional (séc. XII-1834)", in Cadernos do Museu, n.º 10, pp. 211-248. Penafiel: Museu Municipal, 2005.

NOTAS

Classificado como Conjunto de Interesse Público.

O conjunto arquitetónico constitui um testemunho da evolução residencial senhorial em Portugal a partir do século XII, no entanto a sua origem pode remeter para a construção de uma estrutura militar primitiva no século IX.

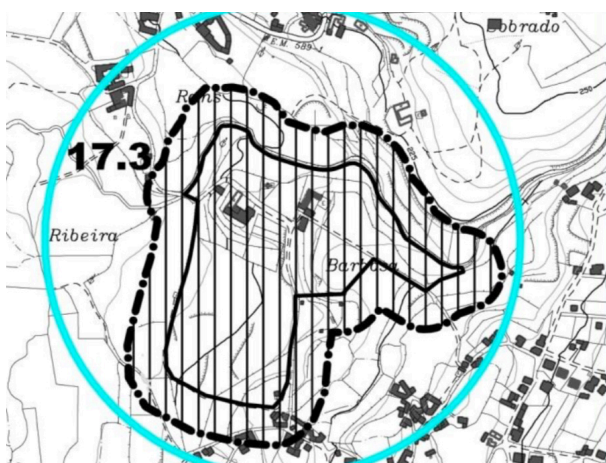
INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa da Câmara da Honra de Barbosa

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Rans

Rua Honra de Barbosa

coordenadas: 41°9'59.75"N 8°18'3.14"W

data de construção:

data de referência: 1500

projetista:

proprietário: Família Malafaia

utilização original: quinta camponesa

utilização atual: s/ utilização

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: anexos e terrenos agrícolas, cortes de gado, espigueiros, eira e casa da eira.

RENDIA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

DOMINGUES, Ernesto - "Barbosas, Azevedos e Beato Inácio" – Penafiel, Boletim Municipal de Cultura, n. 2, Câmara Municipal de Penafiel, 1973;

AMARAL, Paulo e TEIXEIRA, Ricardo - "Elementos para a Carta Arqueológica de Penafiel" - Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Actas I, Cadernos do Museu, n.º 2, Museu Municipal de Penafiel, 1998;

CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes - "Honras e Coutos: o contributo do Livro do Milhão (A Honra de Barbosa e o Couto de Bustelo)" - Cadernos Vianenses, C.M. Viana do Castelo, 1998;

SANTOS, Maria José Ferreira dos – "A Terra de Penafiel na Idade Média – estratégias de ocupação do território (875-1308)" - Cadernos do Museu, n.º 10. Museu Municipal de Penafiel, 2004;

CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, "A Honra de Barbosa. Subsídios para a sua História Institucional (séc. XII-1834)", in Cadernos do Museu, n.º 10, pp. 211-248. Penafiel: Museu Municipal, 2005.

NOTAS

Classificado como Conjunto de Interesse Público.

O conjunto arquitetónico constitui um testemunho da evolução residencial senhorial em Portugal a partir do século XII, no entanto a sua origem pode remeter para a construção de uma estrutura militar primitiva no século IX.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta das Pegas

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Peroselo

Rua

coordenadas: 41°8'43.94"N 8°16'18.99"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário: Filhos do Sr. Augusto Pega

utilização original: quinta rural

utilização atual: s/ utilização

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: anexos e terrenos agrícolas.

RENTA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Segundo um dos proprietários, Sr. Nuno Pega, esta foi a primeira quinta rural a ser construída na freguesia, mas agora encontra-se num elevado estado de degradação e está dividida por vários herdeiros.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa da Aldeia

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Abragão

Rua da Aldeia

coordenadas: 41°9'39.74"N 8°12'34.39"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário: Dra. Luísa

utilização original: casa senhorial

utilização atual: habitação privada

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior:

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa do Bovieiro

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Abragão

Rua do Bovieiro

coordenadas: 41°9'13.40"N 8°13'3.30"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário: herdeiros da Dona Maria Henriqueta

Torres de Castro (Viscondessa do Boviero)

utilização original: casa nobre

utilização atual: habitação sazonal

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: estuque

pavimentos: madeira

paredes: rebocadas

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 3

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: anexos e campos agrícolas, cortes de gado, quinta do caseiro e capela.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

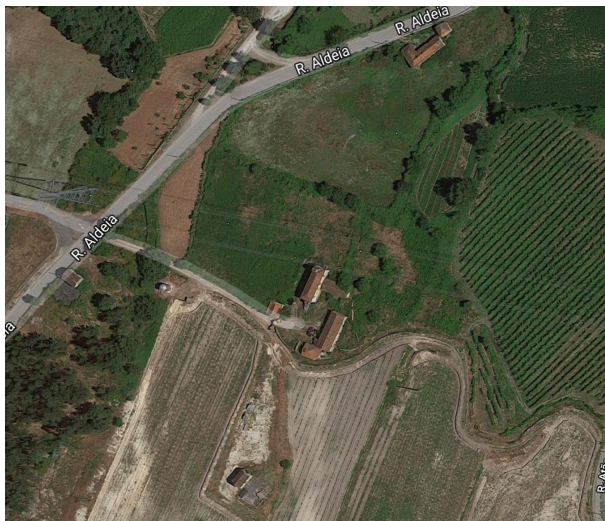
NOTAS

Segundo o feitor da casa, o Sr. Alexandre Vieira, os primeiros proprietários desta casa foram o Conde Joaquim e a sua esposa Dona Maria Isabel; nessa altura a casa contava com 26 quintas espalhadas pelo concelho de Penafiel. A filha deste casal, Dona Maria Henriqueta Torres de Castro casada com José Monteiro Guedes Coelho Nobre Mourão, da Casa de Abragão, viveu nesta casa em anos de grande produção, mas, mais tarde, os seus filhos, imigrados no Brasil, perderam muita da fortuna deixada pelos seus pais e alguma dela estava relacionada com esta casa.

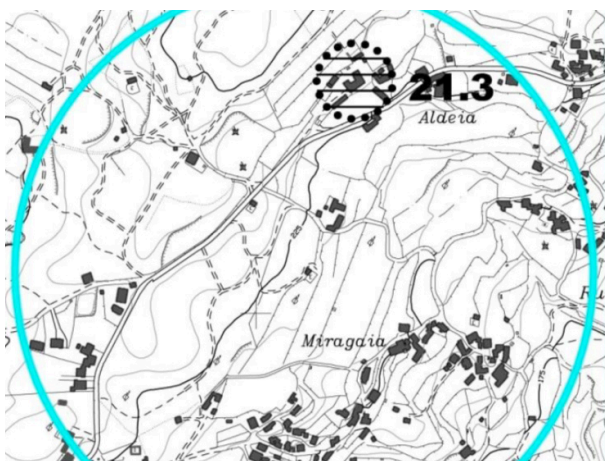
Agora a casa está ao cuidado do feitor, que cuida dos campos e da produção de gado bovino, e de uma governanta que lá vive há muitos anos, e os proprietários só a visitam esporadicamente.

É uma casa imponente, com grandes salas e tetos de estuque pintados.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta do Paço

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Abragão

Rua da Quinta do Paço

coordenadas: 41°9'34.95"N 8°12'33.64"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original:

utilização atual:

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: terrenos agrícolas e capela

RENDIA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO

PLANTA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa do Souto

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Boelhe

Estrada Nacional 312

coordenadas: 41°7'52.92"N 8°14'28.76"W

data de construção: c. séc. X

data de referência: séc. XVII

projetista:

proprietário: Eng.^a Alda Sousa

utilização original: casa nobre

utilização atual: habitação privada

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: anexos, terrenos agrícolas e capela.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Existem registos escritos, no espólio documental, sobre a casa que remetem a sua origem para o século X, no entanto só a partir do século XVII é que esses registos se tornara mais assíduos e esclarecedores relativamente aos proprietários e à própria casa.

Esta terá sido a primeira casa agrícola de Boelhe, e mais tarde surgiram a Casa da Torre e a do Outeiro que estão localizadas na mesma estrada. Há registos que confirmam que os donos destas três casas, a certa altura, eram proprietários da maior parte dos terrenos da freguesia.

Desta casa fizeram parte várias quintas, uma delas adjacente à casa e outras nas redondezas, das quais se pode destacar a quinta de S. João.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta de S. João

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Boelhe

Rua de Boelhe

coordenadas: 41°7'48.58"N 8°14'22.37"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: quinta camponesa

utilização atual: s/ utilização

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: anexos e terrenos agrícolas, cortes de gado, e capela

RENDIA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Foi uma das quintas da Casa do Souto, em Boelhe, e, mais tarde, foi usada como escola primária.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta de Santo António de Juncosa

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Rio de Moinhos

Rua Junsosa

coordenadas: 41°6'43.23"N 8°15'22.23"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: casa nobre

utilização atual: s/ utilização

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: madeira

pavimentos: soalho

paredes: rebocadas e com azulejos

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: quintas de caseiros, campos agrícolas, anexos e cortes de gado, capela, torre medieval e refúgio oratório.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Esta casa é uma das primeiras da região, não é certa a sua origem, possivelmente foi construída durante o período medieval.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa das Mouras

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Rio de Moinhos

Avenida Cans

coordenadas: 41°6'27.66"N 8°15'49.24"W

data de construção: c. séc. XVII

data de referência: séc. XIX

projetista:

proprietário: Prof. Dr. Nogueira da Rocha

utilização original: casa senhorial

utilização atual: turismo rural

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: estuque

pavimentos: tijoleira

paredes: pedra e rebocadas s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos: 7

nº de salas:

nº de cozinhas: 1

nº de quartos de banho:

área exterior: piscina, casa das máquinas, lavandaria e alguns anexos.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Vilma, *O arquivo da Casa das Mouras : estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*, Porto: Dissertação de mestrado em História e Património, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

NOTAS

Segundo o proprietário a primeira data que existe documentada sobre esta casa é 1636, mas ao longo dos anos foi inter-
vencionada e aumentada.

Em termos arquitectónicos, a volumetria inicial era toda em pedra e os restantes acrescentos, e materiais, já são mais
recentes; agora a casa está pensada para dar resposta às solicitações turísticas que a região tem sido alvo, até porque os
proprietários vivem noutra região do país.

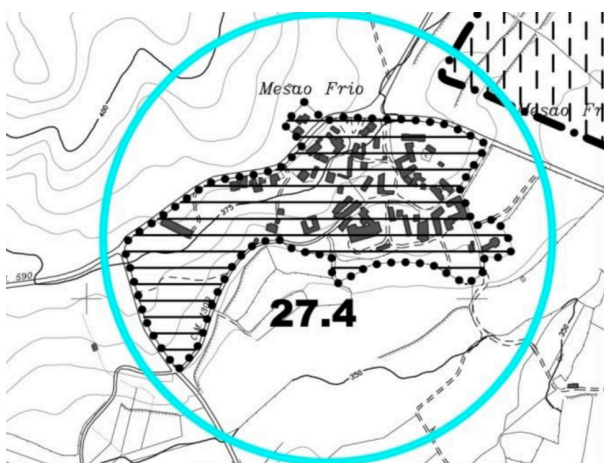
INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

ALÇADO DA HABITAÇÃO

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa de Mesão Frio

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Valpedre

Rua Dr. Joaquim de Andrade

coordenadas: 41°8'30.86"N 8°19'32.50"W

data de construção: séc. XVI

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: casa senhorial

utilização atual: habitação privada

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: torre medieval

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa de Santa Maria

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Valpedre

Rua de Santa Maria, 47

coordenadas: 41°8'7.60"N 8°18'12.74"W

data de construção: séc. XVII - XVIII

data de referência: 1827

projetista:

proprietário: Eng.º Adriano Campos

utilização original: casa senhorial

utilização atual: habitação privada

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: tabique

pavimentos: soalho

paredes: reboco

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: capela, anexos e terrenos agrícolas, espigueiro, eira e casa da eira, palheiro, antigo lagar de azeite, lagar, loja, quinta dos caseiros.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Esta casa tem uma história particular, porque a capela já existia em tempos mais remotos, segundo o proprietário pertencia a uma congregação religiosa, possivelmente Jesuíta, e quando foram expulsos de Portugal o culto da capela ficou ao abandono. A família do atual proprietário já morava nos arredores da capela e ficaram a tomar conta dela, dos terrenos em redor e acabaram por adquiriram a sua posse ao fim de um tempo. Fizeram obras por volta de 1785; em 1927, o bisavô do Eng.º Adriano Campos fez um aumento à casa para albergar o filho e a sua família e, desde então, tem passado de geração em geração esse costume de o casal mais novo habitar a parte da casa mais recente e depois passam para a antiga, deixando aos seus filhos na zona nova.

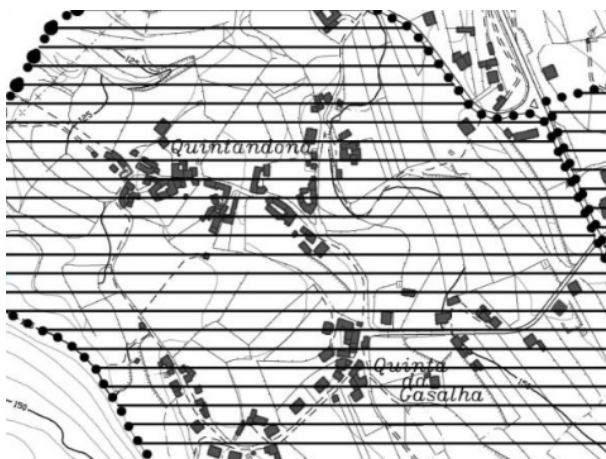
INFORMAÇÃO GRÁFICA LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



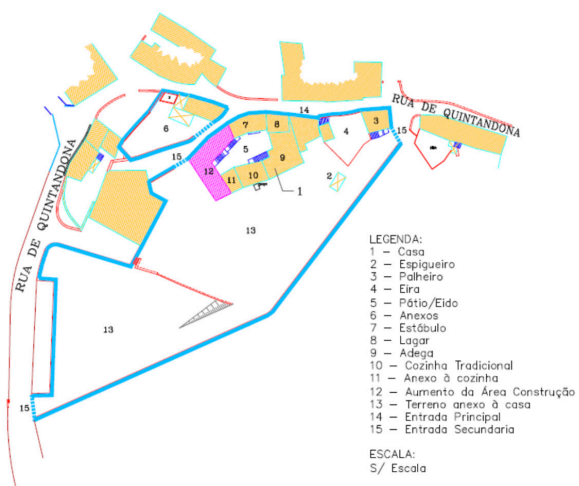
IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Núcleo Rural de Quintandona

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Lagares

Rua

coordenadas: 41°7'57.53"N 8°22'45.74"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original:

utilização atual:

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☒granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior:

RENDIA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Soeiro, Teresa, Quintandona. As muitas vidas de uma aldeia, Penafiel: Museu Municipal, 2013.

NOTAS

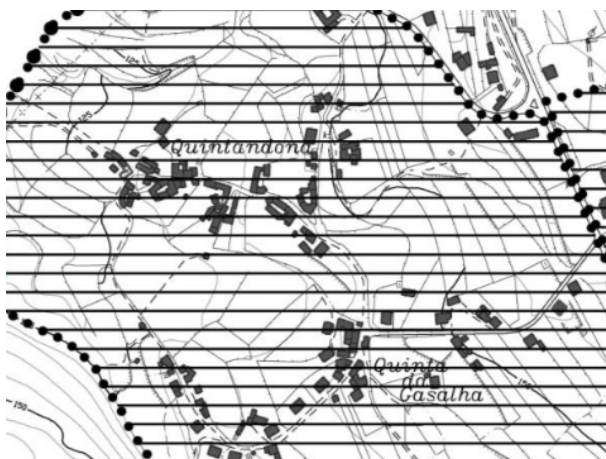
INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: **Casa da Viúva**Distrito: **Porto**Concelho: **Penafiel**Freguesia: **Lagares**

Rua

coordenadas: **41°7'57.53"N 8°22'45.74"W**

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: **quinta rural**utilização atual: **habitação privada e Wine Bar**

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☒granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐interior: tetos: **madeira**pavimentos: **soalho**paredes: **reboco**s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: **anexos e terrenos agrícolas.**

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Soeiro, Teresa, Quintandona. As muitas vidas de uma aldeia, Penafiel: Museu Municipal, 2013.

NOTAS

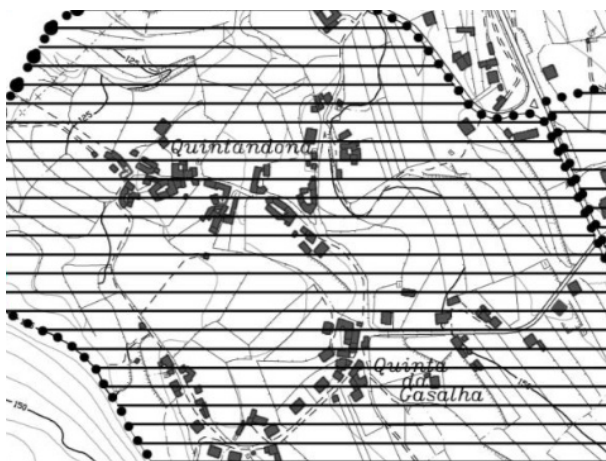
INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa do Amásio

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Lagares

Rua

coordenadas:

data de construção:

data de referência: 41°08'00.4"N 8°22'47.8"W

projetista:

proprietário: Associação CasaXiné

utilização original: quinta rural

utilização atual: em fase de reabilitação

área total (m²): 892,00 m²

área construída (m²): 290,50 m²

área verde (m²): 601,50 m²

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☒granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: madeira

pavimentos: madeira

paredes: reboco

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: cozinha de forno a lenha, eira e casa da eira, anexos e terrenos agrícolas.

RENDIA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Soeiro, Teresa, Quintandona. As muitas vidas de uma aldeia, Penafiel: Museu Municipal, 2013.

NOTAS

Em fase de reabilitação e construção do Centro de Acolhimento Rural e Pedagógico de Quintandona.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta do Barral

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Fonte Arcada

Rua

coordenadas: 41°8'51.40"N 8°21'12.23"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: casa nobre

utilização atual: habitação privada

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: anexos e terrenos agrícolas, capela, jardins e torre medieval.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa do Casal

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Fonte Arcada

Rua do Outeiro

coordenadas: 41°8'41.78"N 8°21'21.52"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: habitação senhoria

utilização atual: em reabilitação

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: quintas de caseiros, anexos e terrenos agrícolas.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta da Casa do Casal

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Fonte Arcada

Rua do Outeiro

coordenadas: 41°8'40.04"N 8°21'23.81"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: quinta de caseiro

utilização atual: s/ utilização

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐tijolo ☐xisto ☐granito ☒outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: madeira

pavimentos: madeira

paredes: reboco

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos: 2

nº de salas: 1

nº de cozinhas: 1

nº de quartos de banho: 1

área exterior: anexos e terrenos agrícolas, cortes de gado, cozinha de forno a lenha e lagar.

RENDA

proprietário / senhorio ☐caseiro / arrendatário ☒

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta da Fonte Arcada

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Fonte Arcada

Rua da Aldeia

coordenadas: 41°8'32.28"N 8°21'25.99"W

data de construção: s. XII

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original: casa agrícola

utilização atual: turismo rural

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos: madeira

pavimentos: soalho

paredes: pedra

s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: jardins, piscina, espigueiro, eira e casa da eira, e fonte.

RENDA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

A Quinta da Fonte Arcada, uma casa do século XII com as características arquitetónicas típicas da região, nela está inserida a fonte que dá nome à freguesia e que data do século XI.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa do Cimo de Vila

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Fonte Arcada

Rua Cimo de Vila

coordenadas: 41°8'26.00"N 8°21'23.52"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original:

utilização atual:

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior: jardins, piscina, terrenos agrícolas, eira e casa da eira.

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Esta casa encontra-se abandonada, recentemente já foi vendida duas vezes, mas pouco se sabe quanto ao seu destino. Pelo exterior, é uma casa bem cuidada, os jardins e terrenos são continuam a ser cuidados pelos caseiros que vivem a escassos metros da casa. Tem capela, eira e casa da eira, espigueiro e um ligeiro toque de modernidade com a implantação de uma piscina num antiga eira.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO

PLANTA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa do Marmoiral

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Fonte Arcada

Rua Isa do Carmo Moreira 5

coordenadas: 41°8'43.21"N 8°21'47.82"W

data de construção: c. 1768

data de referência: 1768

projetista:

proprietário:

utilização original: casa agrícola

utilização atual: casa agrícola

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☒casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior:

RENDA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

A casa, neste momento, está habitada, mas o espigueiro, a eira e o palheiro estão abandonados.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta no lugar do Marmoiral

Distrito: Porto Concelho: Penafiel

Rua Isa do Carmo Moreira 94

data de construção:

projetista:

Freguesia: Fonte Arcada

coordenadas: 41°8'45.58"N 8°21'45.77"W

data de referência:

proprietário:

utilização original: quinta agrícola

utilização atual: quinta privada

área total (m²): área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐ demolido ☐ parcialmente construído ☐ parcialmente destruído ☒ reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐ casa de andar ☐ casa em banda ☐ casa-pátio aberto ☒ casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☐ tijolo ☐ xisto ☐ granito ☒ outra ☐cobertura: colmo ☐ telha ☒ xisto ☐interior: tetos: madeira pavimentos: soalho paredes: pedra s/ referência ☐

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos: 2 nº de quartos: nº de salas: nº de cozinhas: nº de quartos de banho:

área exterior:

RENDA

proprietário / senhorio ☒ caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

Esta quinta sempre foi privada, nunca esteve relacionada com a Casa do Marmoiral, pertenceu sempre à mesma família e foi passando de geração em geração.

Esta quinta tem a típica organização em torno de um quinteiro, onde se soltavam os animais, com dois pisos; no rés-do-chão localizavam-se os estábulos, as cortes dos animais e o armazenamento da produção agrícola, e o primeiro andar era de habitação.

Apesar de, recentemente, esta casa ter sofrido um aumento à sua composição, ainda se verificam muitas características e dos modos de vida de outros tempos; segundo o proprietário, e morador, neste momento vive de acordo com os rendimentos obtidos pelo trabalho de uma vida e da produção que consegue na quinta.

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO

PLANTA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Casa da Ordem

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Fonte Arcada

Rua Ordem dos Templários 64

coordenadas: 41°8'48.63"N 8°21'49.51"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário:

utilização original:

utilização atual:

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☒reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior:

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DO INTERIOR



INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta da Curveira

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Portela

Estrada Nacional 319

coordenadas: 41°6'25.39"N 8°17'45.14"W

data de construção:

data de referência:

projetista:

proprietário: D. Cristina

utilização original:

utilização atual:

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☒demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☐

TIPOLOGIA

casa térrea ☐casa de andar ☒casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

nº de pisos:

nº de quartos:

nº de salas:

nº de cozinhas:

nº de quartos de banho:

área exterior:

RENDA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

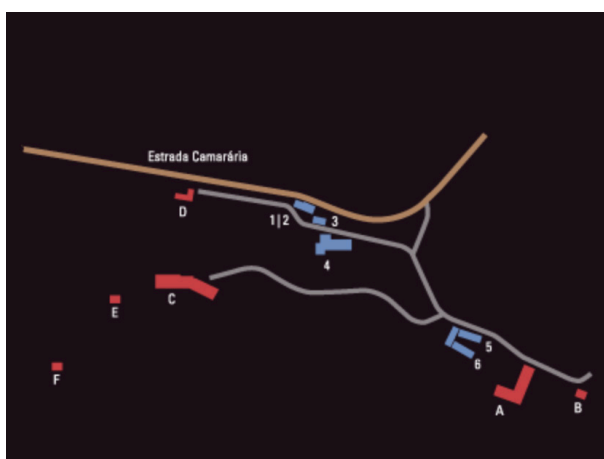
n/a

NOTAS

INFORMAÇÃO GRÁFICA
LOCALIZAÇÃO



IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



PLANTA DA HABITAÇÃO

FOTOGRAFIA DE ENVOLVENTE



FOTOGRAFIA DA HABITAÇÃO



FOTOGRAFIA DO INTERIOR

INFORMAÇÃO BÁSICA

DENOMINAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Denominação: Quinta de Abôl

Distrito: Porto

Concelho: Penafiel

Freguesia: Eja

Caminho Municipal 1313

coordenadas: 41°5'27.41"N 8°17'47.92"W

data de construção: séc. XV

data de referência: séc. XXI

projetista:

proprietário:

utilização original: habitação privada

utilização atual: agroturismo

área total (m²):

área construída (m²):

área verde (m²):

construído ☐demolido ☐parcialmente construído ☐parcialmente destruído ☐reabilitado ☒

TIPOLOGIA

casa térrea ☒casa de andar ☐casa em banda ☐casa-pátio aberto ☐casa-pátio fechado ☐

CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

estrutura: alvenaria exterior de pedra ☒tijolo ☐xisto ☐granito ☐outra ☐cobertura: colmo ☐telha ☒xisto ☐

interior: tetos:

pavimentos:

paredes:

s/ referência ☒

ASSOCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

área interior:

1| Casa do Lugar 2| Casa do Penedo 3| Casa do Forno (receção) 4| Casa da Fonte 5| Casa da Aveleira (poente) 6| Casa da Aveleira (nascente) A| Adega e Alfaias B| Casa do Andeiro C| Casa dos Pomarinhos D| Casa da Eira E| Casa da Ranhadas F| Casa do Tojeiro

área exterior: vinhas, árvores de frutos, rios e adega com alfaias agrícolas

RENDIA

proprietário / senhorio ☒caseiro / arrendatário ☐

INFORMAÇÃO ARQUIVISTA

arquivo: Arquivo Municipal de Penafiel

cota:

folhas:

licença de obra:

data de entrada:

data de referência do projeto:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

www.quintadeabol.com

NOTAS

A Quinta de Abôl de Baixo está situada a meia encosta, por cima da confluência dos rios Tâmega e Douro, e surge de um conjunto de propriedades do casal de Abôl com registos de pertença desde o rei Filipe I, no século XV.

Em 2000 surge a intenção de construir um agroturismo e em Novembro de 2006 o projeto concretiza-se.

O projeto de transformação desta quinta, privilegiou a arquitetura e os materiais originais e típicos da região: as paredes são de granito, os tetos de madeira, tal como as portas e janelas, e o chão é de lousa negra ou madeira.

